



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 172, TERÇA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2025



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 139^a SESSÃO, DE PREMIAÇÕES E CONDECORAÇÕES, EM 13 DE OUTUBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, instituída pela Resolução nº8/2025.	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro pelo Quarteto de Música da Polícia Militar do Distrito Federal	9
1.2.2 – Discurso do Presidente (Davi Alcolumbre)	9
1.2.3 – Oradores	
Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação	11
1.2.4 – Entrega da Comenda à Governadora do Estado de Pernambuco, Sra. Raquel Lyra ...	15
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco	15
Senadora Teresa Leitão	19
1.2.6 – Entrega da Comenda ao Governador do Estado do Ceará, Sr. Elmano de Freitas	22
1.2.7 – Oradores (continuação)	
Sr. Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará	22
Senador Cid Gomes	24
1.2.8 – Entrega da Comenda ao Governador do Estado do Mato Grosso, Sr. Mauro Mendes	28
1.2.9 – Oradores (continuação)	
Sr. Mauro Mendes, Governador do Estado do Mato Grosso	28



1.2.10 – Entrega da Comenda ao Governador do Estado do Amapá, Sr. Clécio Luís Vieira	31
1.2.11 – Oradores (continuação)	
Sr. Clécio Luís Vieira, Governador do Estado do Amapá	31
Senador Randolfe Rodrigues	35
1.2.12 – Entrega da Comenda ao Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Sr. Rossieli Soares da Silva	37
1.2.13 – Oradores (continuação)	
Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais	38
Sra. Marlova Noleto, Diretora e representante da Unesco no Brasil	40
1.3 – ENCERRAMENTO	41
2 – ATA DA 140^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2025	
2.1 – ABERTURA	43
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Registro das ações do Presidente Lula no Estado do Rio Grande do Sul, por ocasião das fortes chuvas na região. Elogios ao relatório apresentado, na CCJ, pelo Senador Rogério Carvalho à PEC nº 148/2015, idealizada por S. Exa., que altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal. Defesa da redução de jornada, sem a redução de salário.	43
Senador Fernando Dueire – Satisfação com a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, concedida pelo Senado Federal, com destaque à atuação da Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra. Alerta para os impactos da pandemia na alfabetização infantil e defesa de políticas públicas integradas para garantir o aprendizado na faixa etária adequada.	46
Senadora Zenaide Maia – Celebração com a concessão, pelo Senado Federal, da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, destacando a importância da universalização da alfabetização mediante uma política pública de Estado, ancorada em maiores investimentos públicos e com educação integral de qualidade.	48
Senadora Damares Alves – Expectativa de decisão favorável ao Sr. Filipe Martins, no âmbito da ação penal que responde perante o STF, após novas informações sobre o documento que o levou à prisão. Celebração da libertação de reféns em Israel, exaltação ao povo israelense e crítica ao Hamas. Lamento pela ausência do Brasil nas cerimônias de paz e elogio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro por seu apoio a Israel.	51
Senador Confúcio Moura – Registro da importância do Zoneamento Socioeconômico criado pela Lei Complementar nº 233/2000 para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, equilibrando crescimento econômico com preservação ambiental, e dos esforços empreendidos por S. Exa. quando governou o Estado buscando consolidar um modelo baseado na sustentabilidade, inclusão e equilíbrio.	53



Senador Humberto Costa – Registro da entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa ao Estado de Pernambuco, que obteve a pontuação máxima no tema equidade e uma taxa de escolarização líquida de 91,2%. Comentários sobre o resultado do relatório Ipsos Health Service Report 2025 (Relatório sobre os Serviços de Saúde 2025), que demonstrou o crescimento da confiança da população no Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando a importância das políticas públicas implementadas pelo Governo Lula e a relevância do SUS como patrimônio nacional, instrumento de inclusão social e base para o desenvolvimento econômico e tecnológico.	55
Senador Marcio Bittar – Censura à atuação de ONGs estrangeiras e da imprensa nacional na abordagem sobre a Amazônia, com defesa de obras de infraestrutura no Estado do Acre como forma de enfrentamento ao isolamento e à pobreza. Exaltação ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado de Rondônia. Condenação à ditadura na Venezuela e críticas à suposta omissão do Governo brasileiro sobre o caso de María Corina Machado. Defesa do ex-Presidente Jair Bolsonaro na CPMI do INSS e desconfiança de que partidos de esquerda possam se utilizar de corrupção para manutenção no poder.	59
Senador Eduardo Girão – Enaltecimento dos avanços no processo de paz no Oriente Médio e condenação aos atos do grupo Hamas. Indignação contra o STF por suposta atuação política na condução dos processos relacionados ao 8 de janeiro de 2023, com denúncia de irregularidades no caso de Filipe Martins e de perseguição ao Deputado Federal Marcel van Hattem. Apelo à atuação do Senado Federal diante de pedidos de <i>impeachment</i> de Ministros do STF, com destaque ao caso do Ministro Alexandre de Moraes.	64
Senador Marcos Rogério – Alerta de suposto desrespeito à Constituição Federal, com ênfase no caso do Sr. Filipe Martins, preso em 2024 na operação que investigou a suposta tentativa de golpe de Estado, e na prisão domiciliar do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Apelo à atenção para a escalada da violência e insegurança pública em várias regiões do país, com destaque para a situação do Estado de Rondônia, onde o crime organizado avança, exigindo ações integradas de repressão e políticas sociais eficazes para garantir a segurança e o bem-estar da população.	68
Senador Jorge Seif – Apresentação do dossier “A Ascensão do Narcoestado do Brasil”, de autoria de S. Exa., que reúne mais de cinco anos de reportagens e dados publicados pela imprensa nacional e internacional sobre decisões do Judiciário que, segundo S. Exa, favorecem a impunidade do crime organizado, e defesa da criação de uma CPMI para investigar possíveis irregularidades em decisões judiciais e ligações entre escritórios de advocacia e magistrados.	75
Senador Chico Rodrigues – Comemoração do acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza, com destaque para os papéis desempenhados pelas diplomacias brasileira e norte-americana. Expectativa de esforços da comunidade internacional para a reconstrução da infraestrutura do território e para o estabelecimento de uma paz duradoura na região.	80
2.2.2 – Convocação de sessões	
Convocação de sessão especial para 14 de outubro, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia do Professor.	85
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 14 de outubro, às 14 horas.	85
2.3 – ENCERRAMENTO	85

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE



3.1.1 – Comunicação

Da Senadora Ana Paula Lobato, que comunica a ausência de S. Exa. do País, no período de 10 a 19 de outubro (**Ofício nº 125/2025**). 87

3.1.2 – Despacho

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 4963 e 5022/2025. 89

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aos Projetos de Lei nºs 4963 e 5022/2025. 89

3.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 1.443/2025, na origem (**Mensagem nº 68/2025, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helêника. 91

Nº 1.455/2025, na origem (**Mensagem nº 69/2025, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque. 111

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 5099/2025, do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para prever a contratação de pessoas com deficiência acima dos percentuais mínimos legais como critério de desempate em processos licitatórios. 131

Nº 5100/2025, do Senador Rogério Carvalho, que acrescenta o § 1º-A ao art. 843 e o § 6º ao art. 844, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a necessidade de apresentação, em juízo, de documento que demonstre a condição de preposto do reclamado, bem como sobre as consequências da ausência de sua apresentação. 137

Nº 5101/2025, do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para instituir a Sociedade Anônima Esportiva, de modo a permitir que as organizações de prática esportiva, de qualquer modalidade, possam ser regidas pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto 2021. 142

Nº 5102/2025, do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para instituir a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas como critério de desempate em licitações públicas. 147

Nº 5103/2025, do Senador Rogério Carvalho, que altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o crime de poluição, e estabelece o crime de poluição luminosa. 152

3.1.5 – Requerimento

Nº 762/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, relativas à denúncia veiculada na imprensa sobre o uso de recursos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) para o pagamento de despesas pessoais de familiares do



presidente da estatal. 158

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	165
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	168
6 – LIDERANÇAS	169
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	172
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	177
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	180
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	226



**Ata da 139^a Sessão, de Premiações e Condecorações,
em 13 de outubro de 2025**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre e Cid Gomes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 37 minutos e encerra-se às 13 horas e 26 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta sessão destina-se à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025, destinada a homenagear Governadoras e Governadores que tenham se destacado na implementação de políticas públicas efetivas em prol da alfabetização infantil.

A Presidência informa que serão agraciadas com a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa as seguintes autoridades: Governador do Estado do Amapá, Governador Clécio Luís; Governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas; Governador do Estado do Mato Grosso, Mauro Mendes; Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra; e o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, neste ato representado pelo Secretário de Educação, e também ex-Ministro da Educação do Brasil, Rossieli Soares da Silva.

Compõe a mesa desta sessão a nossa querida Senadora Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Senadora Teresa Leitão. Compõe a mesa desta sessão solene o autor, idealizador, entusiasta do projeto de resolução do Senado Federal que instituiu esta comenda, esta resolução, neste ano de 2025, S. Exa. o Ex-Ministro de Estado, com muita honra Senador da República, Cid Gomes. Compõe a mesa S. Exa. o Sr. Ministro da Educação e Senador da República pelo Estado do Ceará, Ministro Camilo Santana. Também, a Sra. Kátia Helena Serafina Cruz, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação.

A Presidência informa que também estão presentes nesta sessão os membros do Comitê Técnico Independente da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa: João Paulo Mendes de Lima, Presidente do comitê; Rebeca Otero Gomes, representante da Unesco; Rosalina Maria Soares, representante da Fundação Roberto Marinho; Barbara Panseri, representante da Fundação Lemann; Débora de Freitas Viégas, representante da Associação Bem Comum; e Márcia Ferri, representante do Instituto Natura.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pelo Quarteto de Música da Polícia Militar do Distrito Federal.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Para discursar - Presidente.) – Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades que participam da nossa sessão solene:

- o Deputado Federal Júnior Mano;
- o Deputado Federal Pastor Eurico;
- o Deputado Federal Paulo Lemos; (*Pausa.*)
- o Deputado Federal Gastão.

Também gostaria de fazer um registro da presença de S. Exa. o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Teodoro Silva Santos. Seja muito bem-vindo ao Senado da República, querido amigo e Ministro!

Cumprimento também:

- a Sra. Secretária de Estado de Comunicação do Amapá, Ana Girlene;
- o Secretário da Casa Civil, também do Amapá, Lucas Abrahão;
- o Secretário de Estado da Educação de Pernambuco, Gilson Monteiro;
- a Sra. Primeira-Secretária da Embaixada da República Dominicana, Cruz Maria Capellan;
- o Sr. Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, Mirocles Véras;
- o Presidente do Comitê Técnico Independente da Comenda, João Paulo Mendes de Lima;



- a Vereadora do Município de Vila Velha, no Espírito Santo, Patrícia Crizanto;
- o Vereador de Nova Venécia, no Espírito Santo, Marlon do Bonfim; e
- a Secretária de Educação do Estado do Ceará, Eliana Estrela.

Também está presente a Sra. Marlova Noleto, Diretora e representante da Unesco do Brasil.

Hoje, o Senado Federal realiza a primeira edição da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, nos termos da Resolução nº 8, de 2025, por mim promulgada no dia 29 de maio deste ano.

Esta sessão tem um simbolismo muito forte, ela celebra os avanços em um tema de grande importância para o futuro do Brasil.

Nada é mais importante do que garantir que todas as crianças do nosso país tenham acesso a uma educação rica, inclusiva e democrática. Ensinar todas as crianças a ler e escrever é fundamental; sem isso, elas enfrentam dificuldades por toda a vida escolar. Se até os oito anos a alfabetização não acontece, o pleno potencial dificilmente será alcançado. É, sim, uma tarefa desafiadora que nos foi confiada pela própria Constituição.

Nessa missão complexa, a alfabetização na idade certa é um requisito essencial, mas tivemos avanços e é preciso reconhecê-los. É preciso demonstrar gratidão pelos esforços empreendidos, pelas vidas transformadas, pelos passos dados na direção certa. É preciso cultivar a esperança de que as boas práticas se reproduzam e sirvam de inspiração para novas iniciativas.

Hoje nós prestamos, o Senado da República, este reconhecimento. Hoje o Senado premia os cinco estados da Federação que se destacaram nesta dura, difícil, mas nobre luta pela alfabetização na idade certa. Amapá, o meu estado; Ceará; Mato Grosso; Minas Gerais e Pernambuco, em ordem alfabética, foram os estados que alcançaram o maior IEA, o critério técnico e objetivo dessa comenda – IEA é a sigla para Índice Estado Alfabetizador das Crianças na Idade Certa. A seleção é feita, de forma técnica e independente, por representantes do Senado Federal, do Ministério da Educação, da Unesco e de importantes instituições parceiras deste projeto, como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Lemann e a Associação Bem Comum, além do Instituto Natura. Esse índice consolida indicadores que incluem taxas de alfabetização, equidade racial e socioeconômica, formação de professores e engajamento do estado na alfabetização.

Governadora Raquel Lyra, de Pernambuco; e Governadores Clécio Luís, do Amapá; Elmano de Freitas, do Ceará; Mauro Mendes, do Mato Grosso; e Romeu Zema, de Minas Gerais, recebam V. Exas. os nossos parabéns calorosos pelos resultados que V. Exas. vêm entregando em prol da alfabetização das nossas crianças brasileiras! A elas e a eles, uma merecida salva de palmas. (*Palmas.*)

Peço uma licença especial aos demais Governadores aqui presentes para dizer da minha emoção em ver o meu estado, o Amapá, entre os premiados. É uma honra para mim, como Presidente do Senado Federal, celebrar essa conquista, ao lado do Professor e nosso Governador Clécio Luís, que além de um grande gestor, como disse, é professor. Nada mais simbólico do que ter um educador à frente de um governo que prioriza, Clécio, a alfabetização das nossas crianças amapaenses.

Não posso deixar de lembrar que, na Amazônia brasileira, os desafios são ainda maiores. São escolas ribeirinhas, comunidades indígenas, quilombolas e populações que vivem em áreas de difícil acesso. Levar educação a esses meninos e meninas exige um esforço redobrado, criatividade, dedicação dos professores e compromisso do poder público.

É por isso que a presença do Amapá como o único estado da Região Norte, da Região Amazônica a receber essa comenda tem um valor ainda mais especial. O Amapá vive um momento transformador do ponto de vista do desenvolvimento econômico, de relevância política e de afirmação cultural. É um tempo repleto de esperanças, de perspectivas e de um novo potencial. A comenda que você leva para casa é uma coroação desse momento. Ela mostra a força do nosso povo, dos nossos profissionais de educação



e também da nossa classe política amapaense. Nossa meta para 2023, estabelecida pelo MEC, era ter 25% das nossas crianças alfabetizadas; entregamos um resultado de 42% – repito: quase o dobro da meta estabelecida pelo MEC. (*Palmas.*)

Obrigado, Clécio, pelo que V. Exa. tem entregado ao povo do Amapá e pela parceria que nós estamos desenvolvendo juntos na defesa do Amapá e dos amapaenses.

Gostaria de concluir fazendo menção à Comissão de Educação do Senado, presidida pela Senadora Teresa Leitão, especialmente também ao trabalho magnífico da Subcomissão da Alfabetização na Idade Certa.

Gostaria de abrir um parêntese neste momento importante. Na condição de Presidente do Senado Federal, eleito no dia 1º de fevereiro deste ano, logo na semana seguinte, fui procurado no gabinete da Presidência por S. Exa. o Senador Cid Gomes. E acho importante, Cid, fazer este registro na condição de Presidente do Senado, porque, muitas das vezes, esse trabalho não é visto, mas precisa ser reconhecido e lembrado. Este momento é uma oportunidade única que terei de fazer este registro ao seu lado, na Mesa Diretora dos trabalhos, quando nós entregamos para o Brasil e para os Governadores a oportunidade de reconhecer a atuação deles nessa agenda fundamental que também é parte da sua história e da sua vida que é a educação brasileira. Então, me permita fazer este registro e dar um testemunho, Cid. Logo na primeira semana após a nossa eleição, V. Exa. me procurou, buscando que o Senado Federal pudesse instituir esta comenda, que você já tinha pensado como poderia ser: nós chamaríamos as instituições reconhecidas no Brasil e internacionalmente para que pudessem fazer essa avaliação. Eu escutei o Senador Cid Gomes por mais de uma hora, argumentando que era importante a Casa da Federação reconhecer aqueles governantes que colocassem a educação como prioridade na sua gestão. Então, Cid, eu repito novamente: não teria outro momento em que eu pudesse relatar essa conversa reservada, mas acho que é o momento adequado para que eu pudesse fazer esta manifestação. Eu quero, na condição de Presidente do Senado, Cid, lhe agradecer. Eu ouvi atentamente as suas argumentações, concordei com todas elas, instituímos uma Comissão em que fosse possível avaliar todos os critérios estabelecidos neste projeto de resolução, mas, sem a sua iniciativa, sem a sua determinação, sem o seu desejo, sem a sua resiliência, nós não estaríamos aqui fazendo essa grande entrega às nossas lideranças políticas do Brasil. (*Palmas.*)

Portanto, Cid, eu peço a você uma salva de palmas, porque você, de fato, ajudou o Senado Federal a enxergar essa agenda que é tão defendida por todos nós, mas que agora, de fato e de direito, será reconhecida, a partir deste projeto de resolução, para toda a eternidade.

Muito obrigado, meu irmão, meu amigo, Senador Cid Gomes. (*Palmas.*)

E também quero fazer um cumprimento à Senadora Zenaide. Junto com o Senador Cid, a Dra. Zenaide construiu na Subcomissão a possibilidade. Para você, Zenaide, como uma médica nordestina, Senadora guerreira, eu também peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, erradicar o analfabetismo é um desejo de todas as brasileiras e todos os brasileiros e é um dever de todos nós.

É com muita alegria que participo desse esforço conjunto junto com vocês. Conclamo todo o Brasil a também se juntar a nós nesta missão, uma das mais nobres que podemos realizar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Senador da República pelo Estado do Ceará, Ministro Camilo Santana.

O SR. CAMILO SANTANA (Para discursar.) – Vou experimentar aqui pela primeira vez. (*Fora do microfone.*) Vou usar aqui a tribuna pela primeira vez.

Bom dia a todos e a todas, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre,



grande amigo, e, já de antemão, Senador, parabenizar por esse ato; cumprimentar o meu querido irmão, Senador da República, ex-Governador e responsável por iniciar todo esse processo de alfabetização, ainda quando Prefeito de Sobral, Senador Cid Gomes – e, Cid, parabéns, mais uma vez, por esta iniciativa –; cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação do Senado, e, na pessoa dela, também cumprimentar o Senador Humberto Costa, a Senadora Zenaide, o Senador Fernando Dueire, aqui presente, toda a bancada pernambucana presente; cumprimentar aqui a minha querida Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Katia Schweickardt, que é responsável por todas as políticas da educação básica do ministério; cumprimentar todos os Parlamentares federais aqui presentes nas pessoas dos Deputados cearenses Júnior Mano e Gastão; cumprimentar a minha querida Marlova, representante aqui da Unesco, grande parceira desse projeto; cumprimentar todos os secretários de estado da educação na pessoa da Secretária do Ceará, Eliana Estrela; e cumprimentar o meu querido Ministro Teodoro, Ministro do Supremo Tribunal... Superior Tribunal de Justiça – ainda não, não é?

Bom, Presidente Alcolumbre, eu queria primeiro agradecer a esta Casa e ao Congresso por todos os projetos que têm sido aprovados: projeto do Tempo Integral, que foi aprovado por esta Casa; projeto do Pé-de-Meia, que foi aprovado por esta Casa; projeto, recentemente, da Carteira Nacional Docente, do professor, inclusive relatado pelo Senador Cid... Foi recentemente aprovado agora o Sistema Nacional de Educação, um projeto que se discute desde 2009 – 16 anos depois, a gente consegue aprovar –, agora temos o PNE... Aprovada também a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, enfim, a nova Lei de Cotas... E relatado inclusive pelo próprio Senador Cid Gomes, recentemente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que foi um compromisso, um projeto já criado pelo Governo do Presidente Lula, em 2023, fruto da experiência do Ceará e vários estados.

Aqui eu quero cumprimentar todas as entidades, Fundação Roberto Marinho, nas representações de todas as entidades aqui presentes do terceiro setor, que dão apoio aos estados e municípios deste Brasil.

Uma das primeiras ações que nós fizemos, quando chegamos ao ministério, foi criar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, construído a partir dos estados, ouvindo os estados e municípios, porque eu não acredito em nenhuma política pública se não for construída com os entes federados. O regime de colaboração foi sempre o sucesso de todos os resultados de qualquer política pública, principalmente a experiência iniciada no Ceará, inclusive na época em que o Senador Cid Gomes era Governador do Estado do Ceará.

Portanto, Alcolumbre, é o PL 4.937, que já foi votado no Senado e, agora, vai ser votado esta semana na Câmara Federal.

Portanto, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que foi criado por decreto presidencial, passa a ser criado agora por lei, fruto de uma discussão com a Comissão de Educação do Senado, e aqui eu quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão.

É bom lembrar que, por conta da pandemia, no último resultado anterior à criação do programa, nós tínhamos apenas 36% das crianças alfabetizadas na idade certa no Brasil, e realidades bem distintas em estados diferentes, não é?

Os Governadores que estão aqui presentes, o Elmano, o Mauro – não lembro se a Raquel estava na época –, nós assinamos o compromisso, com a presença do Presidente da República, no Palácio do Planalto, com metas estabelecidas. O Clécio, inclusive, estava lá presente.

Então, cada estado, pela primeira vez, Presidente, nós estamos tendo uma avaliação censitária, por aluno, por município, por escola, para fazer uma avaliação.

Definimos um padrão nacional, criamos o ICA, que é o Índice de Criança Alfabetizada, que é exatamente o que se leva em consideração aqui para a premiação.

A meta de 2023 era chegarmos a 56%, e o Brasil chegou a 56% – claro que estados com percentuais



diferentes.

A meta de 2024 era 60%, e chegamos a 59,2%. Só não alcançamos a meta por conta do Rio Grande do Sul, que sofreu com as enchentes. O Estado do Rio Grande do Sul caiu significativamente, justificável pela questão das enchentes, e as escolas paralisaram suas atividades durante um período.

E temos uma meta este ano de 64% do Brasil alcançar a meta – metas, Alcolumbre, estipuladas por estado e por município; cada estado e cada município tem sua meta e isso é colocado.

Aqui, hoje, nós estamos parabenizando, estamos reconhecendo o esforço com essa premiação, Cid. Eu queria parabenizá-lo, Senador, por essa iniciativa, porque é reconhecer o trabalho, o esforço de Governadores deste país.

E aqui eu queria cumprimentar o Governador Clécio, porque a comenda tem uma equipe de jurados, uma equipe que leva em consideração três fatores: a evolução da alfabetização da criança, levando em consideração o fator baseado no ICA, criado pelo Inep, do MEC; leva em consideração um segundo eixo importantíssimo que é a questão da equidade racial e a questão socioeconômica, porque é fundamental não deixar ninguém para trás, a gente tem uma realidade muito diferente de brancos e pretos neste país, de pobres e ricos, portanto, é fundamental garantir equidade e inclusão nas políticas públicas e educacionais, portanto, parabenizo também porque esses estados diminuíram as desigualdades educacionais nos seus estados; e o terceiro eixo é a formação continuada de professores, garantia de formação continuada de professores focada na alfabetização, a partir também do programa de formação Leitura e Escrita na Educação Infantil, do Ministério da Educação. Portanto, são esses três eixos que definiram a premiação.

Aqui eu queria cumprimentar o Governador Clécio. O Governador Clécio estava naquele dia – lembra, Clécio? –, no Palácio do Planalto, assinando a pactuação. Foi um dos estados que mais cresceu no percentual de alfabetização. Portanto, parabéns! Eu queria pedir uma salva de palmas ao Governador Clécio e a todos os municípios, porque também isso é um regime de colaboração com os municípios do estado. (*Palmas.*)

Portanto, parabéns ao Estado do Amapá, na pessoa do Governador Clécio, na pessoa também do nosso Presidente, que é amapaense.

O Governador Elmano de Freitas traz aqui a experiência, desde a época do Governador Cid. Eu dei continuidade, agora o Governador Elmano dá continuidade, e também é considerado, pelos três eixos, os três indicadores – da evolução da alfabetização, da redução da desigualdade e da formação continuada.... Portanto, queria aqui pedir uma salva de palmas ao Ceará, ao Governador e a todos os municípios cearenses que fazem esse trabalho e também ao Senador Cid, que é cearense. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o Governador Mauro Mendes e, na sua pessoa, Governador, parabenizar também a evolução nos três indicadores da premiação. Então, queria pedir uma salva de palmas ao Estado do Mato Grosso, ao Governador e a todos os municípios do Mato Grosso por esse regime de colaboração e por alcançar essa premiação. (*Palmas.*)

Cumprimento a Governadora Raquel Lyra, mulher – duas mulheres, apenas, Governadoras deste país –, e, Governadora, parabenizo o Estado de Pernambuco também por avançar nos três eixos, nos três indicadores e, principalmente, por ter alcançado pontuação máxima em equidade, isso é fundamental para não deixar nenhuma criança para trás. Portanto, queria aqui pedir uma salva de palmas à Governadora Raquel, ao Estado de Pernambuco e a todos os municípios pernambucanos, que fazem parte do regime de colaboração. (*Palmas.*)

E cumprimento aqui o Rossieli, atualmente Secretário do Estado de Minas Gerais, representando o Governador Romeu Zema, que também avançou significativamente na questão da alfabetização. Então, Rossieli, leve os parabéns ao Governador Romeu Zema, e aqui peço uma salva de palmas ao Estado de Minas Gerais e aos municípios do estado, que tem o maior número de municípios do Brasil, dos estados



brasileiros. (*Palmas.*)

Portanto, eu queria aqui dizer da importância... Nós vamos ter o Saeb agora, este ano. Vamos avaliar, a partir da nota do Saeb, da avaliação estadual, individual, censitária, por aluno, como é que foi o resultado nosso comparado ao do ano de 2025, comparar nossas metas. Eu não tenho dúvida: nós vamos alcançar a meta do Brasil, as metas dos estados brasileiros, que foram definidas.

Nós temos o objetivo de que, pelo menos, até 2030, nenhum estado e nenhum município não tenha, pelo menos, 80% das nossas crianças alfabetizadas na idade certa neste país. (*Palmas.*)

Portanto, é um programa que é prioritário no Governo do Presidente Lula, é prioritário. E a importância... E quero lembrar, Senador Cid, Senador Alcolumbre, meus colegas Senadores, de que foi uma política por adesão, e o impressionante é que 100% dos estados aderiram, que todos os municípios deste país aderiram ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Portanto, mostra aí o compromisso dos nossos gestores, dos Prefeitos, dos secretários de educação, das secretárias, dos Governadores com essa política importante.

Eu queria, mais uma vez, Senador Cid, parabenizá-lo por esta iniciativa, por essa homenagem aos Governadores e Governadoras que valorizam a educação de crianças e que promovem ações efetivas para garantir a alfabetização das nossas crianças na idade certa, que é o final do segundo ano do ensino fundamental. É impossível pensarmos no país sem garantir isso, porque quando uma criança não aprende a ler e escrever na idade certa, isso compromete todos os anos escolares dessas crianças e desses adolescentes, é visto que, a cada ano que vai passando, vai aumentando a distorção em idade e série, vai aumentando a evasão e vai aumentando o abandono escolar.

O Presidente Lula e o Congresso aprovaram o Pé-de-Meia porque, quando chega o ensino médio, o primeiro ano é o ano com o maior abandono e evasão escolar da educação básica brasileira, 480 mil jovens o abandonavam. Felizmente, no último ano, o passado, caiu pela metade a evasão escolar no ensino médio. Isso é fruto de várias políticas importantes e da parceria com os estados e municípios.

Mas queria encerrar, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SANTANA – ... além de parabenizar, já cumprimentei aqui o tempo, dizendo que esta semana, dia 15 de outubro, é o Dia do Professor. A gente sabe que tem estudos que mostram que entre 60% a 67% da qualidade da aprendizagem de uma criança ou de um adolescente na escola depende do professor, e este país precisa reconhecer a importância e o papel desse professor.

O Presidente Lula lançou o Programa Mais Professores, com vários eixos. Nós vamos ter, pela primeira vez, Senador Cid, a Prova Nacional Docente, agora em outubro, uma prova nacional em que se vai fazer a seleção, a pré-seleção, a primeira etapa para concursos públicos ou temporários de estados e municípios, tentando padronizar a qualidade do ingresso do professor na rede pública deste país.

E o segundo eixo foi o Pé-de-Meia Licenciaturas. Nós já estamos com 12 mil bolsistas, alunos que tiraram 650 pontos no Enem, porque, geralmente, a pessoa faz a prova do Enem e, se a pontuação dele não der para fazer Medicina, se não der para fazer Engenharia, se não der para fazer Direito, por último, ele vai escolher a licenciatura. E esse programa é para estimular que bons alunos, que têm aptidão para serem professores, que tiram nota acima de 650 pontos, recebam uma bolsa do Governo Federal, desde o primeiro dia até o último dia na universidade, para garantir o compromisso de ele fazer bem o curso de licenciatura no Brasil.

Nós já mudamos as diretrizes curriculares nacionais da licenciatura, acabamos com a EaD de licenciatura 100% à distância – no mínimo é 50% presencial –, para garantir a qualidade do professor.

Eu queria concluir, Presidente, com o eixo da valorização, agradecendo aqui a aprovação dele. No



dia 15 de outubro agora, o Presidente vai entregar as primeiras carteiras dos professores, que são uma forma de reconhecer... É uma carteira bonita – é até mais bonita do que a do Senador. Tenho a minha do Senador, e é mais bonita do que a de Senador – e é uma carteira que vai dar dignidade, porque eu lembro e não deixo de dizer essa frase, Cid... Eu já percorri todos os estados deste país, agora mesmo fui para o interior do Maranhão, e vejo professor dizer o seguinte: “Ministro, quando eu preciso ir ao cinema e garantir a meia-entrada, às vezes eu tenho que imprimir o meu contracheque para provar que eu sou professor”. E isso, às vezes, era humilhante. E agora, não. Por que é que o médico pode ter a carteira dele? Por que é que o advogado pode ter a carteira? Por que é que o engenheiro pode ter a carteira? Por que é que o professor não pode ter uma identidade, por lei, para garantir o reconhecimento desse valoroso profissional deste país? Eu sempre digo que o professor deveria ser a profissão mais importante, porque todos nós passamos pelo professor – o advogado, o engenheiro, o médico, enfim... Portanto, a carteira é uma forma de reconhecer a importância desse profissional no nosso país.

Essa carteira vai ter alguns incentivos importantes para algumas questões de hotéis, de compras, enfim, no país, em parceria com o selo que nós estamos fazendo com empresas privadas e públicas neste país, mas a ideia, Alcolumbre, é criar um reconhecimento, criar uma cultura neste país para que a gente possa reconhecer...

Eu sei que eu estou falando aqui demais, me desculpe, mas quero dizer que, numa pesquisa, o primeiro ponto que os professores reclamaram não foi a questão remuneratória, foi a questão da falta de reconhecimento e valorização desse profissional na sociedade brasileira. Portanto, como nós estamos na semana do professor, no mês do professor, eu queria aqui pedir uma salva de palmas a todos os professores deste país e, principalmente, aos professores alfabetizadores.

Parabéns, Cid! Parabéns, Alcolumbre!

Viva a alfabetização das crianças!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi dada a excepcionalidade para o Ministro Camilo usar a tribuna como Senador. Ele tomou posse e foi ser Ministro, aí pode falar.

Passaremos agora à entrega das comendas à Governadora e aos Governadores agraciados, que receberão também um troféu confeccionado pelos artistas cearenses Narcélio Grud e Zé Tarcísio, a pedido de S. Exa. o Senador Cid Gomes, autor do projeto de resolução que instituiu esta comenda.

Com satisfação, convido a Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, para receber o diploma da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, entregue pelos Senadores de Pernambuco, Fernando Dueire, Humberto Costa e Teresa Leitão. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa à Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de convidar e conceder a palavra à Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. RAQUEL LYRA (Para discursar.) – Estou me sentindo poderosíssima aqui.

Gente, bom dia. Caro Presidente Davi Alcolumbre, quero dizer da satisfação de estar aqui, no Senado Federal, para falar sobre um tema desafio do Brasil, mas como é bom a gente poder celebrar conquistas. Eu quero parabenizar, pela iniciativa do Senado Federal, o nobre Senador Cid Gomes, por acreditar na educação, por acreditar na alfabetização como o único caminho viável para o nosso país crescer, mas não deixar ninguém para trás. Faço minha saudação ao Ministro da Educação, Camilo



Santana. Quero parabenizar pelo seu trabalho e dizer como é bom poder ter, no Brasil, representantes, no ministério, engajados com todos os temas que dizem respeito à educação, à alfabetização na idade certa, ao crescimento do nosso país, à diminuição das desigualdades, o único caminho é esse.

Cumprimento os nobres Governadores, colegas que estão aqui hoje presentes, compartilhando comigo a alegria de poder receber esse reconhecimento: Clécio, do Amapá; Elmano, do Ceará, acostumado a receber premiações dessa natureza há muito tempo, mas eu quero lhe dizer que a gente começa a colecionar também conquistas em Pernambuco, mirando vocês. Cumprimento o Governador Mauro Mendes, do Mato Grosso, parabenizo a todos; cumprimento o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Teodoro Silva Santos, filho e fruto da educação.

Cumprimento os Senadores pernambucanos, iniciando pela Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação desta Casa; Senador Humberto Costa; querido Senador Fernando Dueire, trio pernambucano, bravos representantes do nosso estado aqui, no Senado Federal. Quero fazer um cumprimento especial à querida amiga, Senadora Zenaide, também por participar dessa conquista histórica aqui do Senado.

Cumprimento os Deputados Federais aqui presentes, Pastor Eurico, de Pernambuco, Júnior Mano, Paulo Lemos, Gastão; a querida Secretária Nacional de Educação Básica – e a parabenizo pelo seu trabalho –, Kátia; Rossieli, Secretário de Minas, um peregrino no Brasil também; o nosso Secretário de Educação, Gilson Monteiro, e, na sua pessoa, Gilson, todos os que fazem educação em Pernambuco, seja da Secretaria estadual, da Secretaria dos municípios, homens e mulheres, bravos guerreiros, que todo dia acordam bem cedo para receber os meninos na escola; João Paulo Mendes, Presidente do Comitê Técnico Independente; a Marlova, aqui representando, como Diretora, a Unesco no Brasil. É uma satisfação poder encontrá-la.

Minhas senhoras e meus senhores, eu quero dizer que é com grande alegria que recebemos hoje, em Pernambuco, esse reconhecimento, fruto do trabalho de muitos anônimos que acordam todos os dias, de manhã bem cedo, e dormem tarde, na busca de fazer do nosso estado um estado mais igualitário, em que a gente possa dar oportunidade e capacidade de sonhar aos nossos jovens e às nossas crianças. A Comenda Governadores pela Alfabetização representa isso.

Esse reconhecimento é concedido pelo Senado, em parceria com o Ministério da Educação, a Unesco e outras importantes instituições da sociedade civil, às quais agradeço por acreditarem em Pernambuco, por acreditarem nas nossas crianças, nos nossos profissionais – a Fundação Lemann, o Instituto do Bem Comum, o Instituto Sonho Grande. Quero cumprimentar o Instituto Natura. E isso é reflexo de um compromisso coletivo, de um estado que acredita de verdade que o futuro se constrói pela educação.

Eu quero fazer uma saudação especial – permitam-me aqui – a Veveu Arruda. O Veveu é uma entusiasta, que entusiasma todo mundo, e merece os nossos aplausos. (*Palmas.*)

Ele foi Prefeito de Sobral e também nos ensina, todos os dias, a como continuarmos animados diante de todas as adversidades colocadas, para fazer aquilo que muitas vezes não é uma conta eleitoral do voto. A alfabetização não é pelo voto, a alfabetização é pelo futuro e pela esperança. E, às vezes, a conta da política é uma conta cruel de quem busca o retorno imediato. Investir em criança e no menino garante para a gente um retorno imediato, com o brilho no olhar deles e das crianças que a gente encontra todos os dias, podendo entender a sua capacidade.

Eu fui Prefeita de Caruaru por duas vezes. A minha cidade fica no Agreste pernambucano, é uma cidade de 380 mil habitantes e é uma região de 1,5 milhão de habitantes no Agreste de Pernambuco, aonde agora está chegando água pela transposição de São Francisco através da Adutora do Agreste. Eu me lembro de que uma das primeiras visitas que fiz, como Prefeita, foi na Vila Canaã.

A Vila Canaã é uma terra prometida entre Caruaru e Toritama, onde moram cerca de 10 mil habitantes e existe uma escola chamada Capitão Rufino. Essa escola é uma escola de ensino fundamental I



e, quando eu cheguei lá, para fazer a primeira visita a uma escola, quando me elegi Prefeita, eu já conhecia essa escola antes, mas, com minha curiosidade, fui visitar as salas de aula e perguntar qual era o sonho das crianças naquele lugar, naquele ano.

Entrei numa sala do quarto ano, e o sonho das crianças ali, ainda no telhado de telha de barro, com iluminação precária, sem banheiro, com fossa sem ligação na rede de esgoto, sem água mineral, muito menos água tratada, porque é um chão que não tem água, o mais árido do Brasil, com mais gente... Lá os meninos do quarto ano, em sua grande maioria, me disseram que queriam aprender a ler naquele ano. Eram meninos de nove e de dez anos de idade que sonhavam em poder aprender a ler.

Aquela escola foi a primeira que eu entreguei reformada quando Prefeita. Em março daquele ano eu tive a oportunidade de poder entregar a minha primeira escola reformada. A partir dali, a gente colocou água mineral nas escolas e a gente começou um processo de transformação da educação no município. Não sozinha, mas aprendendo com quem está no chão dessas escolas todos os dias, ouvindo, construindo junto.

Eu tinha sido antes Secretária de Criança e Juventude do Governo de Pernambuco, e o Governador Eduardo, na época, me pediu que eu pudesse acompanhar o Proinfância em Pernambuco, o grande programa de educação infantil e de creches que a Presidenta Dilma tinha criado no Brasil, através também do Programa Brasil Carinhoso, e que a gente visse, das 110 creches em construção no Brasil, quantas a gente podia ajudar a fazer acontecer na prática. Confesso que muito poucas aconteceram naquela época. Não é fácil construir creches. É preciso muita determinação para a gente conseguir tirar as ações do papel.

Eu acabei construindo estratégias alternativas, mas a primeira coisa que eu fiz de verdade foi saber o que o Ceará tinha feito para avançar tanto e por que a gente tinha ficado para trás.

E o Ceará avançou, desde a época de Tasso Jereissati, seguido por tantos outros, em investir em regime de colaboração; em apostar na força dos municípios; em construir, buscando empréstimo do Banco Mundial – me corrija se eu estiver errada –, para construir creches e centros de educação infantil onde não havia. E eles fizeram isso há 20, 30 anos, e fizeram o regime de colaboração verdadeiro há 20, 30 anos.

Pernambuco é o terceiro lugar em ensino médio no Brasil e há muitos anos figura entre os três primeiros, mas, em 2022 – em dezembro de 2022 –, o número era o seguinte: quem saía do ensino médio em Pernambuco tinha 7% de proficiência em matemática e 30% em português. O fato é que a gente perde os meninos antes de chegarem ao ensino médio, porque a nossa taxa de abandono escolar é a menor do Brasil. A gente precisa investir nos meninos na idade certa e fazer regime de colaboração.

Eu fui Prefeita, e a gente não tinha a proximidade do estado, sou testemunha disso. Focamos no ensino médio: “Está na hora de a gente poder alargar a base e fazer regime de colaboração”. Em Pernambuco, a gente lançou o Programa Juntos pela Educação. É um investimento da ordem de R\$5,1 bilhões em educação. Aproveitamos uma grande janela de oportunidade, os recursos do Fundef, os 25% da educação e uma determinação de colocar como prioridade fazer os investimentos certos. E estamos colocando R\$1 bilhão na construção de centros de educação infantil; 250 creches, sendo construídas em Pernambuco.

Nós temos a pior cobertura de creches do Nordeste brasileiro, 18%. Eu quero chegar à média nacional, 35%. E eu não quero um menino de quatro e cinco anos fora da escola, porque, há dez anos, todos eles já deveriam estar na escola.

Apostamos na formação. Saímos de 120 formadores para 1,2 mil formadores de alfabetização. Elevamos a bolsa de R\$500 para R\$800, e a gente foi aprendendo com Veveu, aprendendo com Cid, com Ciro, com os nossos.

Tem muita gente boa em Pernambuco fazendo muita coisa, vindo de cidades pequenas e daquelas escolas mais vulneráveis, onde a gente imagina que a alfabetização não sai, e eles batem recorde. Quer



dizer, é claro que a infraestrutura ajuda, e a gente está trabalhando nela, mas é óbvio que isso faz parte da dedicação dos professores e professoras, dos porteiros e porteiras, dos merendeiros e merendeiras, dos coordenadores, gestores de escola e do compromisso inegociável de que a gente não pode deixar nenhuma criança para trás. E isso pode não dar voto, como diziam muito, a mim, em Caruaru; muitas vezes, no estado.

Eu coloquei no regime de colaboração R\$2,3 bilhões dos R\$5,1 bilhões. Eu estou comprando a maior compra de ônibus do Brasil. Comprei mais que o Presidente Lula, viu, Ministro? São 2,1 mil ônibus para transporte escolar, R\$1 bilhão de investimento na compra de ônibus, e já entreguei 1.065. A gente aumentou em 158% o valor do transporte escolar. O primeiro direito é o direito de o menino chegar à escola: o direito...

Ele vai querer me contestar com os números. Não me conteste. Deixe-me falar isso como verdade. E, se eu tiver comprado menos, pode me dizer que eu peço mais adesão à ata do FNDE, e serei a primeira do Brasil.

O direito... desde o onibusinho Marruá, R\$900 mil cada um, até os ônibus grandes, de 59 lugares, com ar-condicionado, que dá direito aos nossos meninos também, de noite, de ir para a universidade. E eu tenho que dizer todos os dias aos Prefeitos que eles podem usar o ônibus para levar o menino para a universidade porque ele tem que ir em um transporte decente.

E não adianta vir o Tribunal de Contas e o Ministério Pùblico e apertar de um lado e do outro se a gente não tiver o regime de colaboração funcionando bem, porque simplesmente dizer que o Prefeito não pode transportar de Toyota ou num ônibus velho não vai dar a ele a condição de garantir o transporte escolar adequado.

Então, a gente está fazendo as coisas sem atalho. A educação não tem atalho. E muitas vezes a gente quer botar a lousa digital onde a gente precisa botar água mineral e um professor animado dando aula e tendo oportunidade, através dos incentivos certos, do reconhecimento da sua carreira, para que ele possa estar, na escola, feliz.

Tia Rosângela foi o nome da minha educadora. Eu estudei numa escola montessoriana e ela me alfabetizou. Ela foi a minha professora alfabetizadora. Todo mundo aqui se lembra do nome da sua professora alfabetizadora. E o quanto faz diferença a gente poder chamá-los pelo nome, saber quem são, reconhecer-los e permitir que eles possam estar no chão da escola, com as progressões sendo feitas, com os reajustes salariais sendo feitos, com a certeza de que eles estão ali, tendo quem enxergue por eles, porque eles não estão sozinhos.

E falar sobre educação é falar sobre trabalhar junto. Eu conheci o Senador Cid na Inglaterra, em Oxford. Ele era ex-Governador, ou Governador – não me lembro ao certo –, e eu era Prefeita de Caruaru. E o compromisso lá levado a nós, que fomos pela Fundação Lemann, era fazer um pacto pela alfabetização no Brasil. E a gente está aqui hoje celebrando esse pacto e renovando e reafirmando o nosso compromisso com esse pacto.

A gente saiu de 28% para 58% de alfabetização na idade certa, mas eu não estou satisfeita com isso. A gente é o melhor estado em inclusão, em diminuição da desigualdade étnico-racial dentro da escola, mas a gente precisa ser 100%. A gente não pode deixar ninguém para trás. Isso significa dizer que nós vamos ter que buscar o menino, que a gente não vai poder deixar o menino continuar sem aprender dentro da escola, mesmo que ele esteja no 5º, 6º, 7º, 8º ano.

A gente está contratando agora, Cid... Saímos de 2 mil estagiários na educação para 23 mil estagiários na educação...

(Soa a campainha.)



A SRA. RAQUEL LYRA – ... estudantes de Pedagogia, estudantes de Matemática, História, Física, para que a gente pegue pela mão.

A gente tem muito menino que tem uma capacidade extraordinária. Essas gerações são muito melhores do que a nossa, mas a gente precisa deixar para eles, como legado, tendo a nossa participação como líderes no Brasil, o direito de poder construir o país que a gente sonha.

A gente está celebrando décadas da nossa Constituição, mas a gente ainda está aqui buscando o reconhecimento da democracia com seus valores essenciais. E o maior deles é igualdade, é equidade, e ela só se traz pela educação. E, para a gente reafirmar esse compromisso geracional, a gente precisa garantir que o Brasil seja um país educador, e que nosso estado seja educador, e que cada uma das cidades o seja, e que cada escola possa ser um local de sonho e de aprendizagem e de esperança. Que o seja!

Parabéns pela iniciativa. Obrigada pelo reconhecimento, que eu divido com todos aqueles pernambucanos e pernambucanas que acreditam na força da transformação no anonimato.

Beijo no coração de todos. Que Deus nos abençoe nessa caminhada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de convidar – e conceder-lhe a palavra – a Senadora Teresa Leitão, na condição de Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, para fazer a sua manifestação.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente do Senado e Presidente desta sessão, Senador Davi Alcolumbre; cumprimento o Senador Cid Gomes, autor da resolução que deu origem a todo esse processo e, portanto, a este dia de celebração; cumprimento o Ministro de Estado da Educação, também Senador, Camilo Santana; cumprimento a Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Kátia Helena. Cada um diz seu nome de um jeito, Kátia. Eu vou optar por dizer Kátia Helena, porque ainda não treinei bem direitinho para não dizer errado, não é? Quero cumprimentar e parabenizar todos os Governadores que hoje são premiados.

A premiação de hoje é uma data, mas ela representa um longo processo, um processo que talvez nem tenha começado exatamente com o programa, mas que se adequou ao programa dadas as circunstâncias de gestão de cada estado brasileiro e de vocês cinco que se destacaram e estão aqui premiados: Governador Clécio Luís, Governador do Amapá; Governador Elmano de Freitas, Governador do Ceará; Governador Mauro Mendes, Governador do Mato Grosso; Governadora Raquel Lyra, Governadora do meu Estado de Pernambuco; e o Governador de Minas, Romeu Zema, que aqui está representado pelo seu Secretário de Educação.

Quero cumprimentar os Senadores aqui presentes. A bancada de Pernambuco, como sempre muito amostrada, está toda aqui, nós três, Senador Fernando Dueire, Senador Humberto Costa e Senadora Zenaide Maia. Chegou aqui também o representante de um dos estados premiados, o nosso querido Senador Randolfe, Líder do Governo no Congresso Nacional.

De maneira muito especial, eu quero cumprimentar alguns atores sujeitos desse processo. É evidente que seriam os Governadores a representar o estado. A liderança do processo foi dos Governadores e das Governadoras, que não só aderiram, mas criaram as objetivas condições para que o processo e o projeto se desenvolvessem.

Mas esse projeto, Camilo, como você bem disse, tem mãos, tem laços. Ele não se desenvolveria, primeiro, sem o corpo diretivo das secretarias de educação. (*Palmas.*) E quero cumprimentar a todos os secretários de educação que estão aqui, por acreditarem, por pegarem no batente, por estarem lá na ponta.

Segundo, sem os municípios, os municípios que ainda estão reféns de um processo de colaboração



ainda sem estar feito – agora, com o Sistema Nacional de Educação, nós vamos avançar nisto –, porém alinhavado e praticado por muitos Governadores, com um adendo muito importante: nós hoje temos coordenação federativa neste país. Mesmo que o pacto federativo não esteja devidamente regulamentado, mesmo que o Sistema Nacional de Educação tenha sido aprovado semana passada, no dia 7 de outubro, muitas iniciativas de colaboração, como está lá na LDB, para a oferta do ensino fundamental foram feitas – foram feitas –, estão em curso e, com certeza, serviram de referencial, serviram de análise para a gente chegar ao desenho de um sistema que foi recentemente aprovado, que não é o ideal, mas foi o possível dentro de um processo, como disse o Ministro Camilo Santana, um longo processo de negociação e que aponta avanços, sem sombra de dúvidas, mas aponta também muitos alertas e muitos desafios. Como vamos corrigir isso? Acreditando que é possível corrigir, acreditando que é possível avançar, trazendo para o Plano Nacional de Educação, cujo relatório vai ser apresentado no dia 14, amanhã, uma iniciativa da Comissão Especial, formada na Câmara dos Deputados e que depois virá para cá. Então, este é um ano em que a gente está coroando vários e vários projetos, tanto projetos de lei como programas e planos organizados e coordenados pelo Ministério da Educação, para fazer avançar aquilo que o Presidente Lula colocou para todos, para toda a relação política da sua gestão e que na educação se reflete desta maneira.

No primeiro Governo do Presidente Lula, no discurso de posse, ele disse: “Se eu terminar o meu Governo com o povo fazendo três refeições por dia – café da manhã, almoço e janta –, eu serei realizado”. Foi e é, porque pela segunda vez o Brasil saiu do Mapa da Fome e hoje nós temos os melhores índices de segurança alimentar. O que é que isso tem a ver com a educação? Tudo – tudo e muito –, primeiro porque uma mãe educada, uma mãe com condições de prover a saúde do seu filho é uma mãe que contribui para a queda da mortalidade infantil, e a merenda escolar para muitas dessas famílias é a refeição com mais capacidade nutricional que essa criança tem no dia, se agrupa e se adensa. Neste Governo, Lula disse: “Este meu Governo tem um objetivo principal, colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda” – Rossiele, nem o saudei, porque você estava fora, prazer em revê-lo.

O que é que isso tem a ver com a educação? Tudo e muito mais, porque isso requer educação cidadã, isso requer aplicação correta dos recursos vinculados, isso requer que o Plano Nacional de Educação avance na sua sustentabilidade. E nós queremos isso – Camilo sabe como estamos trabalhando para isso –, e nós queremos que os índices excelentes que os estados alcançam com as escolas em tempo integral se transformem em universalização de tempo integral e de educação integral. Então, todas essas posições políticas e estratégicas do Governo do Presidente Lula terminam desembocando na política mais estruturante que nós temos que é a política educacional.

Então, tratar de alfabetização na idade certa... Eu às vezes tenho um quezinho, Elmano, com esse negócio de idade certa, não é? Qual é a idade certa? Cognitivamente, a gente sabe: é ao final da segunda série. Minha primeira experiência de magistério foi com crianças de alfabetização. Eu trabalhei numa escola lá do Recife, que hoje está municipalizada: o Jardim de Infância Ana Rosa Falcão de Carvalho. Passei lá os meus dez primeiros anos: eu saí da escola em dezembro, e, em fevereiro, estava na sala de aula, cheia de sonhos, ainda saindo da adolescência também. Era uma escola tão avançada, Raquel, que lá não se chamava a professora nem de dona nem de tia, se chamava pelo nome. Foi a primeira lição que eu aprendi lá, quando a Diretora me disse: “O seu nome aqui é Teresa, assim como o meu é Esterzinha”. Aí eu disse: “Mas por quê?”. E: “Porque dona estabelece uma distância, talvez uma autoridade, o que, com crianças de quatro, cinco e seis anos, não condiz nem ajuda no processo de aprendizagem”. “E por que não chamam de tia?” Isso estava começando ainda, aquilo foi em meados da década de 70. “E por que não chamam de tia?” “É porque tia é uma situação fantasiosa. Pode ser afeto...” Tem um livro de Paulo Freire que trata sobre isto de tia ou professora. Professora é tia? Pode ser afeto, mas tia é a irmã do pai ou a irmã da mãe. Então, vamos tratar de fulana. Ela disse: “Você será Teresa”. E eu fui uma



Teresa feliz, feliz e realizada. E a melhor coisa é quando a gente encontra um ex-aluno. Hoje, eu encontrei a ex-aluna Gleice, que participa da representação de Pernambuco aqui. Eu não a reconheci, mas ela me reconheceu. Não tem coisa melhor na vida do que ser reconhecida por um ex-estudante.

O processo de alfabetização – e vocês escolheram as melhores frases para retratá-lo na abertura do livro – traz muito isso para nós professores alfabetizadores e professoras alfabetizadoras. É quando o menino dá um estalo e chega dizendo assim: “Teresa, eu li a placa do meu ônibus. A minha mãe queria tomar o ônibus de Fundão, e eu disse a ela: ‘Não, esse não é o ônibus de Arruda [são dois bairros do Recife], a gente vai pegar o ônibus de Arruda, não vai pegar o ônibus de Fundão’”. É quando você dá um livro para ler e ele comece “go-ver-na-do-res”. Descobriu! Não tem coisa melhor – eu imagino para eles – que você presenciar uma criança decodificando os símbolos, mas para Paulo Freire isso é pouco. E vocês escolheram a frase ideal para representar o processo de alfabetização. A alfabetização é mais, muito mais do que ler e escrever, é a habilidade de ler o mundo. E ele fala em ler o mundo, ler a história e nela se situar como sujeito, construtor e transformador da sociedade. É isso que a gente quer para as nossas crianças.

Decodificar tem idade certa. A gente quer, Cid, que, daqui a um tempo, a gente não precise mais ter alfabetização de jovens e adultos, como a gente precisa ter, porque são jovens, adultos e idosos que não conseguiram ler.

E as motivações para essas pessoas quererem ler, mesmo nessa idade avançada, são muito da vida: “Eu quero ler para escrever para meu neto”, “Eu quero ler para saber a bula de um remédio”, “Eu quero ler para não precisar decorar todas as receitas, deixar as receitas escritas”. Eu já ouvi muito isso em turma de alfabetização de jovens e adultos. “Eu quero ler para melhorar a minha vida”, existe, mas a intimidade da leitura com a criança e com os estudantes, de modo geral, é o que diz Darcy Ribeiro, na outra frase que vocês tão bem escolheram: “A alfabetização é uma ponte da miséria para a esperança”. Então, alfabetizar é, de fato, uma relação muito íntima com as letras, com os códigos; e o professor e a professora, a quem quero homenagear nesse minuto e meio que me falta, são esses sujeitos, são esses atores. É esse elo fundamental que faz da letra um significado. Tem uma piada muito feia com quem não sabe ler, que diz: “Ele é tão ignorante que não consegue diferenciar um pires de um ‘o’”. Vocês já ouviram isso. É duro a gente ouvir isso – é muito duro –, é de uma malvadeza com a pessoa humana muito grande, mas dá também a dimensão do significado da letra.

Existem vários métodos de alfabetização: “b” “a”, “bá”; “b” “e”, “bé”; “b” “o”, “bó”; “b” “u”, “bu”... Existe o letramento. Existe a palavra significante, que depois leva aos significados. Não importa. O estalo do menino e da menina é um momento da relação pedagógica muito fundamental, muito mágico. É um momento que se torna, de fato, aquilo pelo qual a gente quer que a criança vá para a escola.

Então, a minha palavra final é um apelo aos Governadores, às Governadoras, aos Senadores, aos Deputados, a quem saúdo na pessoa do Deputado do meu estado, o Deputado Pastor Eurico, aos gestores, que certamente também já foram professores e professoras.

(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É esse apelo para a valorização dos trabalhadores em educação, dos professores e professoras, que vamos comemorar agora, no dia 15: que ela seja o foco principal, porque ela não pode ser avaliada apenas pelos índices que aqui estão, mas ela está presente em todos esses índices. No índice da equidade, tem a mão de um professor, de uma professora. Todos que aqui foram pautados como mensuráveis têm uma característica imensurável, que é a característica que eu tive, a alegria de viver no início da minha função de Professora: ver uma criança decodificar as letras e depois ver essa criança comemorar o significado...



(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... daquilo que ela decodificou como palavra e dar a esse significado um rumo para a sua vida, opções para a sua vida, posicionamentos políticos para a sua vida.

Governadores e Governadoras, o piso salarial é um simples indicador. O plano de cargos e carreiras é outro indicador. Concurso público é outro indicador. Todos importantes, importantes e inadiáveis para a valorização profissional, mas aquilo que foi dito pelo Ministro é imensurável.

Eu quero ser respeitada; eu quero ser respeitado. Eu quero ser respeitada como uma ex-aluna me respeitou hoje – ela me abraçou, e me beijou, e tirou uma foto –, mas eu quero também que a nossa profissão seja respeitada...

(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... como a principal profissão deste país.

É ela quem nos faz Senadores, Deputados, Governadores, Prefeitos, e, sem ela, pode vir a inteligência artificial que vier (e ela vem!), pode vir o computador que vier (e ele já está lá!), as lousas digitais no lugar do quadro-preto, que depois foi verde (eu aprendi no preto, mas ensinei no verde), já estão lá, mas ninguém substitui um professor, ninguém substitui uma professora.

Viva a alfabetização freireana! – e nos leve a melhores caminhos, a melhores índices, sem deixar ninguém para trás, porque os índices daqui são também um conjunto que dialoga entre si. Não é apenas método, não é apenas número; é também...

(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... intencionalidade política de fazer uma educação com qualidade para todos e para todas.

Parabéns a vocês, parabéns aos Prefeitos e Prefeitas, parabéns aos secretários de educação, parabéns a toda a equipe que movimentou tudo isso, e toda a minha homenagem aos meus colegas professores e professoras! (*Palmas.*)

Com licença, que eu vou ter que ir para uma reunião lá no Planalto, viu, gente?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de convidar, para compor a mesa, a Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente da Subcomissão de Alfabetização na Idade Certa. (*Palmas.*)

Ao tempo, com satisfação, convido S. Exa. o Governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, para receber a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, que será entregue pelo Senador Cid Gomes e pelo Ministro da Educação e Senador Camilo Santana. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa ao Governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de conceder a palavra ao Governador do Estado do Ceará, Governador Elmano de Freitas, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ELMANO DE FREITAS (Para discursar.) – Muito bom dia a todos e todas. Uma alegria e um orgulho enorme de estar aqui no Senado Federal, Casa da nossa Federação!

Quero inicialmente saudar o ilustre Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre; saudar nosso



querido Senador Presidente da Subcomissão pela criança alfabetizada, Senador Cid Gomes, nosso ex-Governador; saudar o nosso querido ex-Governador e Ministro da Educação, com muito orgulho para o cearense, Ministro Camilo Santana; saudar a nossa querida Professora, Secretária de Educação Básica do MEC, Dra. Kátia Helena; saudar a nossa Senadora Zenaide; e queria saudar com muita alegria o nosso Ministro do Superior Tribunal de Justiça Teodoro Silva Santos, do nosso querido Ceará.

Quero ainda saudar nosso Senador Randolfe, Senador Fernando, Senador Humberto Costa; saudar os nossos Deputados Federais nas pessoas dos Deputados Federais cearenses Júnior Mano e Luiz Gastão; saudar o João Paulo, aqui representando o comitê que faz a escolha desses Governadores.

E me permito saudar, porque considero tão importante a participação da sociedade civil e de algumas pessoas no processo educacional de alfabetização de crianças, quero muito poder saudar o meu querido amigo Clodoveu Arruda, o Veveu, e a ele agradecer em nome do povo cearense, mas de vários estados, pelo andarilho cearense, cumprindo a sina cearense de andar por tudo que é canto. Quero muito agradecer-lhe.

E quero saudar os nossos colegas Governadores e Governadoras, Governador Clécio, Governador Mauro, Governadora Raquel; e saudar o Governador Romeu Zema, na pessoa do Rossieli.

Quero fazer o discurso lido, geralmente eu até improviso, mas hoje faço questão de ler para cumprir o tempo.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, recebo esta comenda com profunda gratidão e emoção. Este é um reconhecimento que pertence a todo o povo do Ceará, especialmente aos nossos educadores, que dedicam sua vida à missão mais nobre que existe: ensinar e garantir o direito de aprender de cada criança.

Esta homenagem simboliza um compromisso coletivo que atravessa os governos, gestões e gerações. Nossa trajetória nessa área é motivo de orgulho para todos nós. O sucesso alcançado é resultado de um programa que chamamos Programa Alfabetização na Idade Certa, o Paic, que hoje é um patrimônio do Ceará, construído com coragem, perseverança e cooperação.

A história do Paic começou em 2007, sob a liderança do então Governador e hoje criador desta comenda, nosso Senador Cid Gomes. Ele contou com a importante contribuição da então Secretaria de Educação, Profa. Izolda Cela. Naquele momento, o Ceará fez uma escolha histórica: enfrentar, com seriedade e planejamento, o desafio da alfabetização das crianças na idade certa.

A decisão política foi a de criar um programa inovador, que uniu estado e municípios em torno de um mesmo objetivo, o de alfabetizar todas as crianças até os sete anos de idade, apostando em quatro pilares fundamentais: formação dos professores, avaliação da aprendizagem, apoio técnico e pedagógico e valorização dos resultados.

Esse modelo transformou a educação cearense e inspirou o Brasil. O Paic mostrou que, com compromisso e cooperação, é possível garantir equidade e qualidade, mesmo nos contextos mais desafiadores, como é o nosso, do Ceará.

Com o passar dos anos, o programa foi se aprimorando e se ampliando. Tivemos então o Governo do nosso querido ex-Governador e hoje Ministro da Educação, Camilo Santana. Nesse período, o Paic teve continuidade e novos avanços. Com a contribuição dos Secretários da Educação do nosso estado – Maurício Holanda, Idilvan Alencar, Rogers Mendes e Eliana Estrela, a quem aqui saúdo, em nome dos nossos Secretários de Educação durante todo esse período nessa pasta –, o programa consolidou sua estrutura técnica, fortaleceu o regime de colaboração com os municípios, inclusive com benefícios na repartição tributária, e ampliou a formação dos professores e gestores escolares, garantindo que os resultados alcançados fossem sustentáveis e duradouros. Essa base sólida permitiu a expansão posterior das ações, mostrando que o compromisso do Ceará com a alfabetização é permanente e cumulativo.

O Paic deu novos passos e se fortaleceu ainda mais. Foi criada a expansão do programa, com o



Paic+5 e o Mais Paic, fases que ampliaram o foco da alfabetização para todo o ensino fundamental. O Paic+5 passou a acompanhar os estudantes até o 5º ano, garantindo a consolidação das competências em leitura, escrita e matemática, enquanto o Mais Paic estendeu as ações até o 9º ano, fortalecendo as aprendizagens dos anos finais e o trabalho dos professores e professoras dessas etapas. Essas evoluções mostraram que o Ceará não se contenta com o sucesso inicial, ele busca continuamente novos caminhos para assegurar a aprendizagem ao longo de toda a trajetória escolar.

Hoje, em nosso Governo, o Paic entra em uma nova fase: o Paic Integral, mais integrado, inovador e voltado à equidade. Estamos unindo a força da tecnologia educacional, o acompanhamento pedagógico constante e o fortalecimento da gestão escolar, para garantir que cada criança e cada jovem cearense tenham oportunidades reais de aprender, crescer e sonhar com uma educação em tempo integral.

Ações que têm gerado resultados concretos. Para nosso orgulho, o Ceará superou, pelo segundo ano consecutivo, a meta nacional estabelecida para 2030, alcançando 85% das crianças alfabetizadas na idade certa em 2024.

Nosso desafio é continuar avançando e chegar ao percentual de 100% das nossas crianças alfabetizadas na idade certa. Para minha alegria, nove municípios cearenses já alcançam 100% das crianças na idade correta.

Os resultados do Ceará na educação não são obras do acaso; são frutos de planejamento, continuidade e cooperação e da confiança entre estados e municípios, do profissionalismo das nossas equipes técnicas e da dedicação incansável de professores e gestores que acreditam no poder transformador da educação. Por isso, ao receber esta comenda, quero dividi-la com todos os que fazem parte dessa história: com os ex-Governadores Cid Gomes, Camilo Santana e Izolda Cela; com os Secretários Maurício Holanda, Idilvan Alencar, Rogers Mendes e Eliana Estrela; com Prefeitos e com secretários municipais de educação do Ceará; e, sobretudo, com todos os nossos educadores, que, em cada município, fazem do Paic uma realidade viva e transformadora.

O Ceará tem provado ao Brasil que é possível fazer educação pública de qualidade, com compromisso, técnica e colaboração. Seguiremos firmes nesse propósito, com a certeza de que a alfabetização na idade certa é a base de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais humana.

Muito obrigado. E parabéns aos nossos ex-Governadores e ex-Ministros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes, na condição de autor do projeto de resolução que instituiu esta comenda.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discursar.) – Muito bom dia, quase boa tarde já. Boa tarde!

Meu caro Presidente Davi, sou muito grato pelo seu carinho, pelas suas deferências, por sua atenção. Pode ter certeza de que guardarei cada uma das suas palavras e serei grato a elas.

Cumprimento meu caro Ministro, conterrâneo cearense, meu sucessor no Governo do Estado, Camilo Santana, colega Senador também; minha querida amiga Senadora Zenaide Maia, que trabalhou no processo de construção do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Quero cumprimentar a Kátia – a Kátia foi chamada aqui por vários sobrenomes, eu vou chamar pelo inteiro aqui – Helena Serafina Cruz, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; minha cara Dra. Profa. Marlova, que dirige aqui a Unesco no nosso país – é uma parceria que certamente dá muita credibilidade a esta comenda –; e meu querido conterrâneo, amigo, irmão, Veveu.

Veveu, Presidente, é que é o grande pé-de-boi dessa questão. (*Palmas.*) Veveu é que tem andado aí pelo Brasil inteiro, e eu vou falar um pouquinho mais sobre isso.

Meu caro amigo, querido Senador Fernando Dueire, obrigado por sua presença. Meu caro Senador



Humberto Costa, obrigado por sua presença. Meu caro Senador Randolfe, obrigado pelo prestígio da presença.

Conterrâneo, amigo, Ministro do Superior Tribunal de Justiça... Cearenses são poucos, mas se juntam. O Teodoro veio prestigiar aqui esta solenidade; obrigado, Ministro, por sua presença.

Meus caros Deputados Federais, de vários estados, aqui presentes, permitam-me saudar a todos na pessoa dos cearenses que prestigiam aqui esta sessão, o Deputado Federal Júnior Mano e o Deputado Federal Luiz Gastão.

Eu queria fazer um agradecimento, além do já feito aqui à Unesco, a parceiros... Nós fizemos questão de dar a esta comenda o caráter mais isento possível e, além do Ministério da Educação, além da Unesco, além do corpo técnico do Senado, tivemos o privilégio de contar com instituições que gozam do maior respeito nacional, como a Fundação Roberto Marinho, a quem quero agradecer; a Fundação Lemann, a quem quero agradecer; a Fundação Bem Comum, que tem feito esse trabalho aí no Brasil inteiro de divulgação; e a Fundação Natura. A todos o meu muito obrigado por emprestarem os seus quadros e o nome respeitoso dessas instituições para esta comenda.

Esta aqui é a Casa da Federação. Não importa se Amapá, que tem... Quantos mil habitantes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Oitocentos mil habitantes, 830 mil habitantes, ou Minas Gerais, Secretário, que tem quantos habitantes? Trinta e um milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Vinte e um milhões. Não importa: todos os estados brasileiros têm três Senadores, num simbolismo de que isto aqui representa a Federação. E não há espaço mais credenciado a render homenagens às pessoas que têm contribuído para que esse desafio, que eu considero o maior desafio da educação pública brasileira, que é alfabetizar as crianças na idade certa... Isso para mim não comporta nem discussão.

Eu já fui alfabetizado – eu fiz o jardim da infância não foi com a Prof. Tereza, não, foi com a Profa. Virgínia, Mestra Virgínia, como eu a chamava – e, na alfabetização, que era com seis anos de idade, eu já estava alfabetizado. Eu entrei no 1º ano, com sete anos, já alfabetizado. Então, nós não podemos querer diferente para os brasileiros. O desejo é de que, no 1º ano do ensino fundamental, em que hoje se entra com a idade de seis anos, a criança já possa se alfabetizar.

Então, não importa, eu ia dizendo, se o estado tem 800 mil ou 21 milhões: esta é a Casa que iguala todos. E eu quero, sim... Esta Casa rende uma homenagem aos Governadores que têm contribuído para a superação desse desafio.

Permitam-me sair da ordem alfabética para saudar, em primeiro lugar, o Governador do meu estado, Elmano, que talvez, de todos os Governadores, seja o que encontra o maior desafio, porque, se o indicador da Bahia – vejam bem – ainda hoje não consegue alfabetizar... Hoje, Presidente, a Bahia não consegue alfabetizar 40% das suas crianças. Hoje, em 2025, a Bahia não consegue alcançar 40%.

Então, o Elmano, quando assumiu o Governo, o percentual de alfabetização do Ceará já era o melhor do Brasil. No ano passado, fruto do resultado do Governo dele ou já no seu Governo, ele, que repartiu com o Camilo, com a Izolda e comigo, é mérito seu, Governador, o Ceará conseguiu elevar o percentual de alfabetização para 87%... Não é isso?

O SR. ELMANO DE FREITAS (Fora do microfone.) – Para 85%.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Para 85%,



superando o ano anterior. É o melhor percentual do Brasil; o segundo tem 70% de alfabetização.

Então, a minha homenagem, a homenagem do Senado e a homenagem de todas essas instituições ao Governador Elmano de Freitas... (*Palmas.*)

... ao Governador Clécio, que o nome de guerra é Luís, como sobrenome, mas eu vou pedir permissão para chamá-lo do sobrenome que herdou do cearense, um cearense que saiu lá de Senador Pompeu e foi para o Pará, onde ele nasceu, Clécio Vieira. Vieira é um sobrenome que vem lá do Ceará.

Ao Governador Mauro Mendes, os meus cumprimentos, Governador. O Estado do Mato Grosso é um dos estados que mais cresceram ao longo desses anos. Os meus cumprimentos à Governadora Raquel, que também conseguiu elevar os indicadores do estado e os meus cumprimentos, secretário, ao Governador Romeu Zema.

Eu não quero exagerar na minha fala, pois, pelo meu gosto, faria uma fala de dois minutos, mas, o meu sentimento em relação a essa questão é um sentimento de quem viveu cada um dos momentos.

Eu fui Prefeito da minha cidade, da cidade de Sobral. Quando assumi a Prefeitura, assumi o compromisso público de fazer da educação pública uma educação de boa qualidade e isso, a meu juízo, não é favor, é obrigação de todos que estão na vida pública, porque a única forma de você dar oportunidades iguais às pessoas é ter uma educação pública de qualidade. Sem isso, as diferenças vão ficar sempre grandes; sem isso, a gente não constrói uma sociedade mais justa.

Eu sou filho de pai e mãe professores e sei a importância da educação na vida de uma pessoa. É o único caminho que permite às pessoas realizarem os seus sonhos e eu tive o privilégio de realizar o meu sonho. Aliás, ir além do que sonhei, o meu sonho era ser Prefeito da minha cidade, eu fui Prefeito duas vezes, fui Governador do estado e hoje sou Senador, o que, para mim, era coisa de nome de avenida. Senador Virgílio Távora, uma avenida importante que tem lá no Ceará, Senador Pompeu, uma outra rua importante que tem lá no Estado do Ceará.

Então, foi a educação que me deu essa condição e eu me sinto na obrigação de atuar no sentido de que a educação possa ser uma oportunidade para as pessoas. Podem ter certeza de que da agenda tradicional da educação, como Prefeito de Sobral, eu fiz do “a” ao “z”, do “a” ao “z”, tudo que é da agenda tradicional. Não vou citar para não tomar o tempo, mas todos os pontos.

Ao final de quatro anos, eu tinha uma desconfiança de que as coisas não estavam como eu queria que estivessem. Pedi, então, uma avaliação externa e um grande cearense chamado Edgar Linhares... Essa pessoa merece, Ministro Camilo Santana, um busto lá ao lado do Paulo Freire, ali à frente do Ministério da Educação. Edgar Linhares, pensador e pé no chão, ele conseguia ter as duas características: pensava e botava o pé no chão na sala de aula.

Eu fiz uma avaliação por amostragem e o resultado era este que a gente ainda vê hoje na Bahia: 62% das crianças não conseguiam se alfabetizar com até três ou quatro anos de frequência na escola. Ou seja, eu não podia botar a culpa no meu adversário, no meu antecessor. A culpa era minha, que já era Prefeito há quatro anos. O meu discurso de posse no segundo mandato foi dizendo isto: que, apesar de todo o esforço, apesar de a população da cidade reconhecer que as escolas passaram a ter uma característica física muito melhor, com equipamentos, regularidade na merenda e no transporte, concurso para professor, qualificação de professor, toda a agenda tradicional, ao final de quatro anos, 62% não conseguiram se alfabetizar.

Então, aí nós implantamos um programa que a gente chamou de Meta Zero, de alfabetizar as crianças. E, se me permitem, essa deve ser a grande diretriz da educação pública brasileira, porque ela está presente ainda hoje. Eu fui Prefeito há quantos anos, Veveu? Ajude-me. Trinta anos atrás, e 62% das crianças não se alfabetizavam na cidade de Sobral, interior do Nordeste. A Bahia, que é o estado mais rico do Nordeste, tem essa realidade ainda hoje. Portanto, é um desafio presente. E não quero aqui imputar a



culpa a ninguém. A responsabilidade é nossa como brasileiros.

Então, a partir daí, instituímos isto e conseguimos muito rapidamente, com a agenda que é mínima e em que hoje o ministério já ajuda praticamente em tudo: avaliar. A gente não pode ficar no escuro, a gente tem que saber como é que estão as nossas crianças. E, lá em Sobral, nós passamos a avaliar duas vezes por ano, censitariamente. Censitariamente quer dizer todos, não é uma amostragem, uma pesquisa, não, são todas as crianças, para a gente saber que o Luiz Vieira de Souza, da Escola Netinha Castelo, 1º ano A, foi alfabetizado, ou que o fulano tal não foi. Então, universalização da avaliação, que o ministério já está patrocinando.

A história de dizer que o professor gosta da livre docência é conversa muitas vezes de quem não está no chão de sala de aula. O professor gosta – e eu digo isso por experiência – que dê para ele um roteirozinho, o que é que ele vai fazer no dia 1, no dia 2, no dia 3, no dia 4, no dia 5 e na semana que vem. E nós fizemos isto lá: um supervisor para cada dez professores, avaliando quinzenalmente e programando o que é que iria fazer; um material didático, sem muita discussão; um chamamento público, em que se inscreveram, avaliamos e colocamos – olhe, é impressionante –; e premiação. Então, avaliação, apoio ao professor, envolvimento do professor – isso é fundamental – e, ao final, reconhecimento, que é o que nós estamos fazendo aqui hoje, porque, na vida pública, a gente leva muita falação, mas são poucos os momentos de reconhecimento.

Assim como a gente fez para os professores, eu queria que os Governadores fizessem. Sobral evoluiu em quatro anos. Nós chegamos a 95% de alfabetização das crianças na idade certa, com três anos desse esforço, que não é nada demais. Não precisa gastar um tostão a mais, é tudo muito dentro do que compreendem os orçamentos destinados à educação.

Bom, eu tive o privilégio de ser eleito Governador, dois anos depois de sair da prefeitura, e me senti na obrigação, porque aí entra uma coisa... Às vezes, os falsos exemplos de boas políticas públicas são deseducadores.

Política pública que não é universalizável e que não é replicável é embromação, é enganação, é deseducativa.

Essa experiência lá de Sobral é uma experiência que pode ser replicável. Podia, imaginávamos, à época. Chamamos todos os Prefeitos do Ceará. Vieram todos, assinamos um pacto. O estado deu a avaliação, deu o material didático, orientou, colocou uma pessoa em cada microrregional, e o Ceará conseguiu também, muito rapidamente, alcançar os melhores indicadores do Brasil, que são até hoje, e crescentes, ainda hoje.

Com o Governador Elmano, muitos municípios, 100%, mas o Estado do Ceará, na média, supera 85%. Eu vou repetir, o segundo estado brasileiro tem 70%, o segundo melhor estado brasileiro em avaliação. Portanto, é algo que pode ser feito.

E o Veveu, é a minha palavra derradeira, caiu nas graças de um brasileiro – sim, aqui e acolá, polemizam em relação a ele – que eu comprehendo como uma das pessoas que não são do serviço público que mais tem contribuído para a educação no nosso país, que é Jorge Paulo Lemann. Através da sua fundação, ele foi visitar a Sobral, porque ele dizia que tinha três coisas que funcionavam no Brasil: a seleção, à época, masculina de vôlei, a Ambev e a educação pública de Sobral, porque as três adotavam uma mesma preocupação, meritocracia na definição, porque é assim que a gente faz com diretores, com estímulos a professores etc.

E ele pegou o Veveu, e o Veveu começou em cinco cidades. Caruaru, à época, era uma das cinco cidades do Brasil. Hoje, o Veveu está, através dessa fundação, atuando em 22 – é isso, Veveu? – estados brasileiros. São mais de quatro mil municípios que têm tido esse apoio, que é tudo.

Nessas horas, repito, não precisa de grandes recursos para fazer essa prioridade ou para compreender



essas prioridades. É importante que o Prefeito faça a sua parte, é importante que o Governador ajude a mobilizar, ajude a apoiar os municípios que, certamente, a gente pode viver num Brasil diferente muito rapidamente.

Então, Presidente, perdoe-me o entusiasmo, mas é um depoimento pessoal de uma experiência pessoal que o Ministro da Educação Camilo, hoje, tem conseguido estimular.

Iniciativas como essas, certamente, vão contribuir para que mais brasileiros, mais dirigentes públicos brasileiros compreendam a importância de educar as crianças, de alfabetizar as crianças na idade certa. Esse é o grande desafio da educação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com satisfação, convido S. Exa. o Governador do Estado do Mato Grosso, o Governador Mauro Mendes, para receber a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, que será entregue pela Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente da Subcomissão da Alfabetização na Idade Certa.

(*Procede-se à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa ao Governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Governador Mauro Mendes, para fazer uso da palavra.

O SR. MAURO MENDES (Para discursar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, eu o cumprimento neste momento e peço licença a todos os demais Senadores para na sua pessoa estender esses cumprimentos. Ministro Camilo, também na sua pessoa cumprimento todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais aqui presentes. Na pessoa do Senador Cid, peço licença para cumprimentar todos os demais, as senhoras e os senhores, os meus colegas Governadores aqui presentes.

Meus amigos, tenho certeza de que, para mim e para todos nós que aqui estamos, Governadores, representamos, neste ato através desta honraria que aqui recebemos, milhares de professores e professoras que nos nossos estados fazem no dia a dia o importante papel de educar e, neste caso específico, de formar a educação no seu momento mais crucial que é a alfabetização.

No Estado de Mato Grosso, quando eu assumi, Sr. Presidente, no ano de 2019, o Governo daquele estado, Mato Grosso tinha a honra naquele momento – e tem a honra – de ser o mais importante estado brasileiro na produção das *commodities* agrícolas. Mato Grosso é conhecido como um gigante do agronegócio, mas, no ano de 2019, quando olhava para alguns números do meu estado no início do nosso mandato, eu via um estado que ocupava a 22ª pior educação no ensino médio. Apesar de ser um gigante no PIB, no crescimento nos últimos dez anos, Mato Grosso tinha a 20ª posição entre os estados brasileiros na educação das suas crianças na idade certa. E ali, naquele momento, começando um governo, como é muito tradicional neste país, todos nós tentamos criar novas políticas e consertar aquilo que achamos que não está certo, porque não é, Ministro, uma das nossas melhores qualidades na administração pública brasileira um planejamento consistente, feito para médio e longo prazos, que possa ter continuidade.

E, na educação, eu me lembro bem, quando reunido com a minha equipe, nós pedimos que, para formular as nossas políticas, não inventássemos muitas coisas. Perguntei ali naquele momento quais eram os dez melhores estados brasileiros na educação pública. Trouxeram a mim a relação. E eu pedi e autorizei que visitassem cada um desses estados, que fôssemos aprender tudo aquilo que deu certo e que colocássemos numa planilha tudo que fizeram e os levaram a estarem naquela boa posição entre os estados brasileiros. Pedi também que trouxesse a mim tudo aquilo que fizeram e que não deu certo, porque normalmente cometemos acertos, mas também alguns erros. E foi assim que nós começamos a mudar a trajetória do



Estado de Mato Grosso.

Hoje aqui, quando eu recebo esse prêmio, em nome de milhares de professores, quero compartilhá-lo com cada um deles – Prefeitos municipais, diretores, diretoras, professoras e professoras, que estão nos 142 municípios de Mato Grosso, fazendo o dia a dia da educação, dentro da sala de aula. São esses professores e professoras que são dignos do nosso reconhecimento.

A nós, como Governadores, Prefeitos, agentes políticos e públicos, temos a missão de tomar importantes decisões que podem colaborar para tornar o dia a dia desses profissionais um pouco melhor. Criamos as condições para que pudéssemos investir na educação do Estado de Mato Grosso.

Passados quase sete anos, eu olho para o ano de 2026 e começo a planejar o meu plano de aterrissagem, deixando essa nobre função que exerci nos últimos anos. O Estado de Mato Grosso deixa de ser um dos piores estados da nação brasileira para ocupar, no ensino médio, o oitavo lugar e, no índice de alfabetização, o nono lugar. (*Palmas.*)

Quando eu digo isso, eu digo também com muito orgulho, porque sei o quanto fizemos, mas sei também o quanto temos que fazer. Apesar de nós termos esses indicadores, quando eu olho para o nosso país, quando eu olho para o mundo, eu vejo que, no Brasil, quase 60% das nossas crianças e adolescentes terminam o ensino fundamental com baixíssima proficiência em português e matemática. Quando eu olho para o mundo, quando eu olho para a Ásia, quando eu olho para os países mais desenvolvidos, eu vejo o quanto distante nós estamos deles, e – o que é pior – não é apenas a distância que nos separa, mas a velocidade com que eles caminham para o futuro. É como se, numa corrida, eles estivessem a 80, 100 por hora, e o Brasil, mesmo evoluindo – e temos que reconhecer que temos evoluído nos últimos anos, mas numa velocidade muito menor para enfrentar esse desafio, que é melhorar a educação do país.

Quando nós olhamos para o Pisa, ficamos aqui numa competição interna que é sadia e saudável, mas, quando nós olhamos para o mundo, porque, afinal de contas, nós competimos com o mundo, na educação e no Pisa, o Brasil ocupa, entre 80 países avaliados, a 62^a posição em matemática, a 54^a em leitura e a 71^a em ciência. Estamos muito distantes.

Enquanto os nossos alunos ainda têm grande dificuldade, terminando o ensino fundamental, de ler e escrever adequadamente, nós olhamos para a Ásia, olhamos para a Singapura, olhamos para tantos países, e eles estão falando em inteligência artificial, em robótica, estão com aulas avançadas de formação, não apenas de informação, como é comum nas escolas brasileiras.

Mas hoje aqui é um dia de celebração! Eu quero comemorar esse mérito que recebo aqui e compartilhá-lo com muitas pessoas. Quero agradecer profundamente às entidades do terceiro setor. Lembro das reuniões que fiz, que a nossa equipe fez... Aqui cumprimento a Secretária Adjunta de Educação Flávia, e, na pessoa dela, todos os profissionais do meu estado. Eu me lembro, Veveu, das reuniões que fizemos com as entidades, dos desafios que assumimos, de quanto vocês colaboraram para que nós pudéssemos dar esses passos importantes, caminhando para melhorar a educação no Estado de Mato Grosso.

Tenho absoluta convicção de que olhar para isso que acontece na educação pública brasileira, Sr. Presidente, não é diferente daquilo que acontece em muitos setores da administração pública do nosso país.

Eu tenho dito e vou repetir nesta Casa: um dos maiores problemas deste país é o não compromisso com aquilo que está escrito na nossa Constituição. Um dos princípios da administração pública na Constituição brasileira é a eficiência, além de outros quatro, que nós conhecemos muito bem: da transparência, da legalidade, da moralidade... Mas o da eficiência, que talvez seja um dos mais importantes, se esqueceram de colocar na Constituição, em 1988. Em 1998 foi colocado, mas até hoje eu falo sempre que grande parte da administração pública deste país se esqueceu de praticá-lo. E, por não ser eficiente na aplicação dos nossos recursos, a educação está onde está. Muito provavelmente, todos nós que aqui estamos somos filhos



da educação pública neste país, mas, também muito provavelmente, a maioria dos nossos filhos estudou em escolas particulares. Eu disse isso um dia na frente do Presidente Lula não para criticar, porque isso não é um problema de governo A, B ou Constituição, é um problema histórico.

Eu fiz o segundo grau há mais de 45 anos. Estudei numa escola pública federal. E, nesses 40 anos, nós estamos vendo algo não muito bom acontecendo, e o pai e a mãe de tudo isso, na minha opinião, são a falta de eficiência na gestão dos recursos públicos deste país. Nós precisamos, de alguma forma, enfrentar isso. A educação é uma das faces desse problema; a segurança é outro; a burocracia pública, que nos inferniza tanto, é tão difícil conseguir os recursos... Mas hoje parece tão mais difícil aplicar esses recursos diante de tamanha burocracia que é imposta aos gestores.

Precisamos revisitar problemas históricos, porque senão nós vamos continuar repetindo uma frase que eu já ouvi milhares de vezes: "O Brasil é o país do futuro. A educação vai garantir o futuro do país". Isso é uma verdade, mas ainda é uma verdade muito distante da maioria dos brasileiros.

Se nós não tivermos coragem de tomar medidas mais disruptivas, mais ousadas, nós vamos passar alguns anos, e talvez, daqui a algumas décadas, alguns outros estarão aqui a repetir muito daquilo que eu e muitos de nós falamos sobre a educação deste país.

Eu parabenizo o Senado Federal, parabenizo aqueles que estão aqui hoje junto conosco e, tenho certeza, tantos outros que também implementam seus esforços, mas que ainda não conseguiram atingir o melhor dos seus resultados. Parabenizo o Senado Federal por estar dando a esse tema esta visibilidade tão importante aqui neste momento, e tenho certeza de que é compreendendo o desafio, tendo coragem... E precisamos de muita coragem, precisamos de estratégias, precisamos de ousar um pouco mais para mudar essa trajetória e essa história que hoje nos orgulham, mas, quando nós olhamos num recorte mais amplo deste país, não dá para ficarmos satisfeitos quando nos comparamos com grande parte dos países desenvolvidos ao redor do planeta.

Parabéns ao Senado, parabéns ao Senador Cid, que é um entusiasta desse projeto.

Ministro Camilo, eu sei o quanto o senhor se esforça para implementar práticas importantes.

Aprendi e aprendemos muito com o Estado do Ceará. Afinal de contas, ele é hoje uma das grandes referências da boa qualidade da educação pública no nosso país. E é replicando essas boas iniciativas, fazendo *benchmarking*, apertando muito mais, para que a eficiência possa chegar em tantos recursos que nós aplicamos na educação, que nós vamos melhorar, com certeza, a educação pública no nosso país.

Finalizo aqui, cumprimentando mais uma vez os professores e professoras do meu estado e compartilhando com eles este mérito que hoje recebemos. Poderia citar o nome de muitos, milhares, são milhares de professoras e professores, mas me permito aqui citar apenas três: a Profa. Valdete Salazar, da cidade de Várzea Grande, a Profa. Leonice Giordani, da cidade de Sorriso, e a Profa. Laura Aparecida, da cidade de Guiratinga. Nas pessoas dessas três professoras, eu comento esta honraria com todos aqueles que se dedicam todos os dias a educar e alfabetizar as crianças do meu estado e do nosso país.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Neste momento, eu passo a Presidência desta sessão ao Senador Cid Gomes, para que eu possa proceder à entrega da comenda ao Governador do Estado do Amapá, Clécio Luís, ao lado do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

(*O Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cid Gomes.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE)

– Com imensa alegria, convido o Governador do Estado do Amapá, Clécio Luís Vieira, para receber a



Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, entregue pelo Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre, e pelo Senador do Amapá Randolfe Rodrigues. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa ao Governador do Estado do Amapá, Sr. Clécio Luís Vieira.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Concedo a palavra ao Governador do Estado do Amapá, Clécio Luís Vieira. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. CLÉCIO LUÍS VIEIRA (Para discursar.) – Bom dia. Ainda é dia, não almoçamos ainda. Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar, com muita honra, o Presidente do Senado Federal, meu querido amigo amapaense, Senador Davi Alcolumbre, que preside esta sessão tão importante para a gente – para mim, muito especialmente; saudar o Senador Cid Gomes, que eu também tive a oportunidade de, como Prefeito, ter como Ministro da Educação.

Aqui esta sessão é dominada pelos cearenses, não é? Eu sou filho de cearense. E tem um ditado, que, na verdade, é uma poesia, parte da poesia de um poeta amazonense – amazonense da Amazônia, de Roraima –, ele é daqui, o Rufino, que diz que quem é filho do Norte é neto do Nordeste, e isso é muito presente lá no Amapá. Então, é uma honra estar aqui com o Senador Cid, que foi idealizador dessa premiação tão importante.

Quero saudar a Senadora Zenaide Maia; saudar o Ministro de Estado da Educação, Senador e também cearense, Camilo Santana; saudar a Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, que já foi ao Amapá, Katia Helena; saudar os Deputados Federais na pessoa de dois Deputados amapaenses, o Deputado Paulo Lemos, professor também, e a Deputada Fátima Pelaes, que está aqui; saudar o Ministro Teodoro, que estava conosco até ainda pouco, Ministro do STJ; saudar meus colegas, o Governador Elmano de Freitas; o Governador Mauro Mendes; a Governadora Raquel Lyra, que fez um belo discurso aqui; e o Secretário Rossieli, que já foi Secretário do Pará e agora está em Minas Gerais, na pessoa do Governador Zema.

Bom, hoje é 13 de outubro, e nós estamos na antevéspera do Dia do Professor. Então, acho que já estamos no embalo desse dia que todos nós comemoramos muito. Eu sou professor e estou muito honrado por estar aqui. É um dia realmente muito especial para mim, para todos nós, mas, para mim, de forma muito especial.

Eu recebo, Governadores, esta Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa não como um prêmio pessoal, embora tenha um sentido muito especial para mim, mas como o reconhecimento de um esforço coletivo construído com o suor e a dedicação de milhares de profissionais que acreditam que transformar a educação é o caminho mais seguro para mudar o nosso país. Trago comigo o nome do povo do Amapá, um povo amazônida, orgulhoso, resiliente, que vive entre rios, florestas e cidades e que aprendeu a fazer muito, mesmo quando os recursos são poucos. O acesso é difícil, o transporte é mais caro, e o tempo da natureza impõe outro ritmo ao nosso trabalho e à nossa vida.

Fazer educação na Amazônia, meus amigos e amigas, é, antes de tudo, um ato de coragem. É impossível não me emocionar, de forma única, com o fato de ter, na minha trajetória de professor, não apenas a vivência da sala de aula, mas a de também ter sido Secretário de Educação aos 26 anos de idade. Naquela época, o esforço era o de colocar as crianças para dentro da escola, o esforço era o de não termos, neste Brasil, nenhuma criança fora da sala de aula.

Muitos desafios foram superados, mas alguns ainda persistem. No Amapá, nós temos ainda – só para citar um exemplo muito cruel – as salas multisseriadas. Para nós, é um dos grandes desafios: numa única sala, várias séries, com alunos de séries diferentes e um único professor.



No Amapá, muitas vezes, o caminho até uma escola é feito de barco, e as ruas são os rios. Há escolas que dependem da maré para funcionar, escolas que enfrentam a distância e o isolamento como parte do cotidiano, e, mesmo assim, essas escolas resistem e também nos ensinam. Tudo isso sem esquecer os desafios da Amazônia urbana, que são desafios urbanos de qualquer outro lugar, mas com o isolamento próprio da nossa região.

É fundamental, aqui na Casa dos Estados, na Casa da Federação, trazer à tona um debate que vem evoluindo, mas ainda de forma tímida: o fator amazônico, o custo amazônico. Para os estados do Brasil da Amazônia, tudo custa mais caro, tudo demora mais, tudo exige mais logística, mais cooperação e mais esforços em geral. Contudo, ainda somos subfinanciados.

Nos últimos anos, em termos educacionais, o Amapá vive uma transformação silenciosa, mas profunda. Agora, recentemente, nesses dois anos e meio, nós tivemos um esforço gigantesco para reformar escolas e, além das reformas, nós já entregamos 30 novas escolas. Às vezes – para ilustrar o que eu estou falando –, essas escolas novas são no mesmo endereço, com o mesmo nome e com o mesmo registro no MEC, é que elas estavam no chão e agora estão sendo construídas como novas ou reconstruídas. E nós vamos chegar agora, no próximo mês, a 40 escolas, o que representa mais de 10% de toda a nossa rede física nesses dois anos e meio. Ampliamos bastante a rede de ensino integral e convocamos, sistematicamente, novos profissionais da educação frutos de concursos públicos – professores, pedagogos, cuidadores, intérpretes, gestores e técnicos –, e os resultados estão chegando.

Eu vou fazer uma comparação que é, Veveu, virtuosa. Em 2019, quando nós nos conhecemos, o Governador de então era o hoje Ministro Waldez Góes. E, à época, o ICA, esse índice de criança alfabetizada, era de 19%. O regime de cooperação foi implantado, e chegou a pandemia. Portanto, o programa não pôde ser avaliado, porque a pandemia interrompeu esse processo. Mesmo assim, saímos, em 2021, de 19% para 25%; em 2023, 41%; e hoje comemoramos – e devemos comemorar, e muito – 46,6% das nossas crianças alfabetizadas na idade certa.

Pode parecer pouco diante de estados que estão já muito na frente, como o Ceará, mas, para nós, são grandes vitórias. A educação tem que ser vista assim. Muitas vezes, vale mais a avaliação daquela escola em relação a ela mesma, daquele aluno em relação a ele mesmo, porque é aí que a gente pode avaliar se houve avanço ou não. Em que pese ter essa disputa saudável entre estados, e ela é mesmo, ela não reflete a realidade quando a gente compara com o Sul ou com o Sudeste, em condições econômicas muito maiores. A melhor evolução é aquela que a gente compara do aluno em relação a ele mesmo, da escola em relação a ela mesma e do estado em relação a ele mesmo, porque isso aqui incentiva, senão a gente fica todo o tempo na mão do discurso daquele que quer mostrar o problema, daquele que quer dizer que está ruim sempre, que não melhorou, e aqui os indicadores mostram que melhorou. Ou sair de 19% para quase 50% não é uma melhora significativa? Não é?

Estamos comemorando, sim. E essa premiação aqui não é do Governador Clécio, embora ela seja dedicada aos Governadores; ela tem que ser dividida com todo mundo que trabalhou, que se dedicou, que formulou uma política ajustada à nossa realidade de Amapá. Então, nós cumprimos nossas metas e, com certeza, nessa batida, nós vamos chegar à meta de 2030, com índice de 80% das nossas crianças, Ministro Camilo, alfabetizadas na idade certa. (*Palmas.*)

Nós reduzimos as desigualdades entre as escolas de diferentes contextos sociais em 7% e – é por isso que nós cremos que nós vamos atingir as metas – nós atingimos no Amapá 100% de adesão das redes municipais aos programas de formação continuada. Esse é o grande ganho e é isso que dá essa certeza de que nós chegaremos aos resultados.

A educação requer investimentos e justiça, inclusive na distribuição dos recursos. Dos 25% obrigatórios dos repasses do ICMS aos municípios, hoje, 18% desses são distribuídos de acordo com o rendimento



educacional dos municípios, o que nós chamamos de ICMS educacional.

E é importante premiar quem ensina melhor e acolhe mais. São números importantes, mas esses números têm rosto, eles têm nome, eles têm alma, têm uma alma amazônica e, acima de tudo, brasileira. Esses rostos são dos nossos professores, dos professores e professoras do Amapá. Esses números, esses indicadores representam a professora que atravessa o rio de catraia para alfabetizar, o professor que passa o fim de semana revisando planos de aula, o técnico que viaja horas de estrada de terra para entregar o material pedagógico a tempo e assessorar pedagogicamente uma escola distante. Representam cada profissional que acredita que ensinar é semear o futuro. Temos avançado muito, mas não sozinhos. Se há uma palavra que define o que tem acontecido no Amapá, essa palavra é colaboração.

O Programa Criança Alfabetizada tem sido um diferencial em nossa política educacional. Ele ocorre no âmbito do Colabora Amapá, um regime permanente de colaboração entre o Governo estadual e as prefeituras, que leva apoio técnico, formação de professores, repasse de recursos e acompanhamento pedagógico a todos – todos – os 16 municípios amapaenses. A beleza desse programa é simples. Ninguém fica para trás: a capital e o interior, a escola urbana, a rural, a quilombola, a escola ribeirinha, e todos fazem parte desse mesmo pacto. O Colabora Amapá é mais do que uma política pública, é uma postura de governo, é um reconhecimento de que o Estado só é forte quando os municípios também são fortes. Eu assinei a adesão ao Colabore Amapá quando ainda era Prefeito de Macapá, e fiz isso a convite do então Governador Waldez Góes, na presença do Veveu, da Secretária Goreth, que é nossa Deputada Federal.

E eu quero fazer essa referência aqui ao Veveu, que foi nos convencer da necessidade de aderirmos a esse programa, a esse regime, e ao Governador Waldez, porque, à época, nós éramos oposição ao Governador Waldez, no Amapá, eu era o Prefeito da capital, e havia uma dificuldade de compreensão e de aderir, porque mudava tudo, mudava tudo na regra do ICMS, e ele tinha tomado a decisão de que, mesmo para aqueles municípios que fossem perder recursos pelos indicadores, o estado iria fazer um complemento, que nós continuamos, inclusive, até agora. Eu fui o primeiro Prefeito, mesmo sendo de oposição, a assinar o pacto e a iniciar esse processo que hoje gera esses resultados. Portanto, aqui, um reconhecimento sincero ao Governador Waldez, ao Veveu, que está aqui, e à Izolda, que eu conheci à época também – muito obrigado. Olha só como uma decisão que é tomada acima das questões partidárias, eleitorais ou das conjunturas políticas locais faz toda a diferença no resultado de médio e longo prazo! Então, muito obrigado. Fica esse reconhecimento aqui ao Governador Waldez.

Senhoras e senhores, nenhum projeto de educação é verdadeiramente transformador se não for inclusivo, por isso temos uma atenção especial à educação indígena. Só para dar um exemplo aqui e especificar, o Amapá mantém suas escolas indígenas em funcionamento, respeitando as línguas, culturas e tradições, garantindo que o processo de alfabetização dialogue com a identidade de cada povo. Nós sabemos que alfabetizar em contexto indígena é muito mais que ensinar letras – aliás, a língua materna é a primeira, que é a língua indígena –; é ensinar sem apagar, é incluir sem assimilar, é respeitar o saber ancestral enquanto se constrói um conhecimento moderno.

Mesmo diante das dificuldades logísticas e financeiras, o Amapá também custeia as escolas do território do norte paraense, porque entendemos que a fronteira administrativa não pode ser obstáculo à cidadania. Essas crianças indígenas, ainda que vivam no Pará, estão sob o cuidado pedagógico e financeiro do povo do Amapá. E é importante dizer, aqui no Senado Federal, a Casa da representação federativa, que muito nos orgulhamos disso, mas que também ainda temos dificuldades no financiamento suficiente para tudo isso e precisamos equalizar esse custo, na certeza de que podemos continuar contando com a sensibilidade do Governo do Presidente Lula, porque o custo da educação no território indígena Tumucumaque, por exemplo, é incomparavelmente maior devido ao isolamento e ao acesso apenas por aeronaves. Os nossos professores amapaenses não têm só que navegar, eles também têm que voar. Só



se chega de avião a 22 escolas indígenas lá do norte do Pará, que assim são atendidas. Para chegar o professor, a merenda, o combustível, enfim, tudo de que se precisa, só chega de avião. Imagine os custos de manutenção dessas escolas.

Ainda na esteira da inclusão, não poderia deixar de ressaltar o trabalho das Escolas Famílias Agrícolas, ambientes que integram a sala de aula e o campo, comungando aprendizados formais com a cultura extrativista, agrícola e ribeirinha, através da pedagogia da alternância, em que os alunos intercalam períodos letivos na sala de aula com momentos práticos no campo, nos rios e na floresta. As Escolas Famílias nos ensinam sobre resistência e sobre resiliência também, especialmente no ano da COP 30, e é fundamental que escutemos deles o que eles têm a nos falar sobre a Amazônia, sob pena de reproduzirmos falas que são estranhas, que são alienígenas e desconectadas da realidade, de quem pouco conhece e quer ditar o futuro da Amazônia.

Aproveito, mesmo sem ser objeto desta sessão solene, para alertar que, durante a COP30, a COP da Amazônia, não podemos cometer os erros de, por um lado, apenas romantizar a Amazônia nem, por outro lado, enxergá-la como um santuário intocável, aderindo ao discurso que nos impede de desenvolver como outros territórios tiveram essa oportunidade.

A educação que queremos construir no Amapá deve ser emancipatória e permitir ao aluno amapaense que tenha orgulho dos nossos indicadores ambientais, como o estado mais preservado do Brasil, o estado mais protegido, o que primeiro demarcou todas as suas áreas indígenas sem nenhum conflito, um estado que não tem histórico de conflitos agrários, de trabalho escravo ou análogo à escravidão e que mantém esses indicadores com muito orgulho, mas que também nos permita desenvolver. A escola também tem esse papel. A gente pode aprender muito com as escolas do campo, com as escolas quilombolas, com as escolas indígenas, com as Escolas Famílias Agrícolas, que vivem essa realidade.

Nenhum avanço social seria possível sem a dedicação incansável da nossa Secretaria de Estado da Educação, em colaboração com as secretarias estaduais, mas também dos Prefeitos e Prefeitas, das equipes técnicas municipais, dos professores e professoras e de todos os profissionais da educação amapaense.

Agradeço à nossa bancada federal e, muito especialmente, ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado, que tem tido uma postura republicana, que discute os maiores temas, os grandes temas do Brasil, sem se esquecer de onde ele veio, o Amapá – muito obrigado, Davi, por toda a dedicação, todo o apoio que você tem dado a todos que querem continuar transformando o Amapá –; da mesma forma, ao Senador Randolfe Rodrigues, professor como eu, que sabe da sala de aula, que sabe dos problemas, das dificuldades, das desigualdades que o Amapá enfrenta e enfrenta superando esses desafios; também ao Ministro Waldez Góes, que tem sido um grande aliado do Amapá e nos orgulha por ser o primeiro-ministro amapaense; aos Deputados Federais, que também tornam a nossa bancada, uma bancada pequena, muito forte e respeitada aqui em Brasília.

Bom, nós temos muito a falar sobre o que representa esse prêmio, que, para nós, a partir de agora, é bem mais que um prêmio, é um símbolo, o símbolo de um esforço coletivo. Ele vai servir também para nos lembrar sempre que, se nós chegamos a essa premiação, é porque houve um processo coletivo de construção. A vaidade ficou em segundo lugar, as bandeiras partidárias ficaram em segundo lugar, e nós conseguimos realmente provar que, quando nos unimos em torno de um propósito, os avanços acontecem.

Então, eu quero aqui deixar esse registro de agradecimento, de gratidão ao Ministério da Educação – Ministro Camilo, leve a toda a sua equipe a nossa gratidão ao Ministério da Educação –, à Unesco, à Fundação Lemann, ao Instituto Natura, à Associação Bem Comum, por acreditarem que o Amapá pode ser referência nacional em alfabetização, mesmo que nas regiões mais distantes, com todas essas dificuldades que eu citei aqui.

Portanto, senhoras e senhores, como eu disse, essa premiação é um símbolo, é um símbolo de



esperança. Ela representa cada criança que aprendeu a ler o seu primeiro livro e teve contato com os encantos e saberes tucujus, que encontrou pelas letras e pela literatura, pelos livros, nossas personalidades da floresta, como o Mestre Sacaca, ilustre amapaense que será homenageado pela Mangueira no Carnaval de 2026. Essa comenda representa cada família que acreditou na escola pública e cada professor que fez da alfabetização a sua missão de vida.

O Amapá está se transformando. Somos o estado que mais gerou empregos formais nos últimos dois anos, segundo o Caged, do IBGE. Também somos o estado que mais reduziu a pobreza e a insegurança alimentar, e, nos anos 2024 e 2025, o estado que mais está reduzindo os indicadores de violência. Todos esses índices são correlacionados com a sessão de hoje e com essa comenda, Senador e Presidente Davi, Senador Cid Gomes. Todos esses temas estão inter-relacionados fortemente. Hoje, portanto, essa comenda nos ensina que transformar a educação é transformar o Amapá, e, ao transformar o Amapá, nós estamos ajudando a transformar o Brasil.

Muito obrigado! Viva a educação, viva o esforço coletivo de alfabetizar na idade certa! E parabéns a todos os que estão aqui na mesa e todos os que estão envolvidos nesse processo muito rico e produtivo da educação!

Obrigado e parabéns! (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Clécio Luís Vieira , o Sr. Cid Gomes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de convidar o Senador Líder Randolfe Rodrigues para fazer uso da palavra.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discursar.) – Caríssimo Presidente Davi, eu vou buscar adotar aqui aquela máxima de que, em momentos de celebração e de festa, discursos é bom que sejam poucos. Já subvertemos essa premissa, mas, se possível, que sejam bons, mas, em especial, que sejam breves.

Então, tentando adotar isso como diretriz, quero rapidamente cumprimentar V. Exa., Presidente Davi, o Senador Cid Gomes e a Senadora Zenaide. Na sua pessoa, Presidente, cumprimento a Comissão de Educação do Senado pela iniciativa, pela construção conjunta desse prêmio, pela premiação aos Governadores.

Quero aqui cumprimentar com muito carinho a Profa. Katia Helena Serafina, representando aqui a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, e o meu caríssimo e querido Ministro Camilo Santana. Da mesma forma, cumprimento os Governadores aqui agraciados, os Governadores aqui premiados.

E inicio cumprimentando o Governador Elmano de Freitas, do Ceará... Na verdade, o Elmano é cliente assíduo de prêmios para a educação, resultado concreto de décadas de transformação para a educação, e também significa o diagnóstico de que nunca é tarde, mas sempre é urgente e é necessário começar a iniciar um processo de investimento na educação e de transformação, como o Estado do Ceará, que inspira todo o Brasil, fez e tem feito. Então, o exemplo e a referência do Ceará servem de fonte de inspiração para todos nós do Brasil e para as conquistas que são celebradas.

Cumprimento o meu caríssimo Governador Mauro Mendes, do Estado do Mato Grosso; meus cumprimentos também à Governadora Raquel Lyra, de Pernambuco. Eu cumprimento o Secretário Rossieli Soares, e, na sua pessoa, cumprimento o Governador de Minas Gerais, Zema, e todos de Minas Gerais.

Meu cumprimento especial aos meus colegas Deputados Federais do Amapá, da bancada Amapá,



que muito me orgulham com a companhia: Deputada Fatima Pelaes, Deputado Paulo Lemos. Estendo os cumprimentos aos Secretários de Estado que aqui acompanham o Governador Clécio: à Secretária Ana Girene, da Comunicação; ao Secretário Lucas Abrahao; ao Zico Araújo, representante do Governo aqui em Brasília. E meus cumprimentos – e com muito orgulho – ao meu colega Prof. Clécio Luís, Governador do Estado do Amapá, meu companheiro professor, que faz jus a esse prêmio e à revolução e transformações que tem tido em meu Estado do Amapá.

Uma primeira referência, Presidente Cid Gomes aqui e Ministro Camilo Santana, é a condição de professor, resultado desse troféu, homenagem primeira a ser feita. Professor, já diz o Prof. Cortella, é a única profissão que é chamada na rua pelo nome de profissão. Você não chama na rua: “Ei, médico, venha aqui comigo”, “Ei, coronel, venha aqui comigo”, “Ei, biólogo, venha aqui comigo”, mas professor é chamado pelo nome, porque é também significado diagnóstico de como um professor marca a vida de uma pessoa e como, marcando a vida de uma pessoa, ele marca uma geração.

Este prêmio que o Governador Clécio, Professor de Geografia, está levando para o Amapá é dedicado a muitos professores, mas, sobretudo, aos professores que enfrentam a dificuldade de ensinar na Amazônia. Os professores que têm que, muitas vezes, pegar um monomotor Caravan ou um outro monomotor mais limitado e voar duas horas e meia sobre a Floresta Amazônica para chegar à Aldeia Tiriyó e poder ensinar as primeiras letras para as populações originárias que lá estão; professores que precisam se deslocar por estradas de chão na Amazônia e, às vezes, pelos nossos rios e igarapés – que o Presidente Davi conhece muito bem – para chegarem às escolas de Tracajatuba ou para irem aos locais mais distantes do Arquipélago do Bailique.

Por falar no Arquipélago do Bailique, eu queria, Presidente Davi, fazer um agradecimento especial ao Ministério da Educação e ao Ministro Camilo Santana. Neste ano, pela primeira vez, a prova do Enem vai ser lá mesmo, Governador Clécio, no Arquipélago do Bailique, sem que os alunos do Bailique, do ensino básico, do ensino fundamental, para acessar o ensino médio, tenham que se deslocar. (*Palmas.*)

Então, a primeira homenagem, meu caríssimo Presidente Davi, é aos professores, aos nossos professores do Amapá por este prêmio.

Junto com essa homenagem, quero já fazer uma reivindicação, Ministro Camilo: a minha carteirinha eu já estou esperando, pela minha condição de professor. Então, não demore e capriche nas nossas, para fazermos, inclusive, uma entrega especial no Amapá, aos professores de lá, que receberão, pela primeira vez, a carteira nacional docente. Aliás, Ministro Camilo, a condição da carteira nacional docente é uma das transformações que teve de 2023 para cá, sob o Governo do Presidente Lula.

Nós temos que avançar muito na educação no Brasil, mas nós também temos que destacar o quanto andamos para trás, o quanto retrocedemos – para ser mais exato e fiel ao vernáculo português – num tempo não muito distante, recente. É central destacarmos o que temos recuperado de 2023 para cá, nas conquistas da educação. E me permita aqui destacar, porque foi dito aqui um cenário... Nós temos muito que avançar: temos que avançar no Pisa, e estamos avançando; temos que avançar em vários índices da educação, e estamos avançando; mas nós temos um pouco...

O Ministro Camilo, colega Cid Gomes, recebeu um carro em movimento que tinha andado muitos passos para trás e teve que recuperar o tempo perdido. V. Exa., Ministro Cid, foi Ministro da Educação e sabe disso. E nós não podemos... Às vezes, é muito cômodo responsabilizar somente a pandemia pelo que ocorreu. Teve pandemia, mas teve também, durante um período, o sucateamento das políticas educacionais do país. Isso é necessário ser dito para não ser dito que nós estamos partindo de um ponto; estamos partindo do nada para chegarmos às conquistas que estamos tendo, e eu quero falar isso com números.

Ministro Camilo, o senhor e o Governo do Presidente Lula anunciaram a construção de cem novos institutos federais de educação no Brasil. Desde 2015 – e o senhor fez esse anúncio logo em 2023, no começo



do Governo do Presidente Lula –, não era construído um instituto federal de educação novo neste país. Um deles, inclusive o que está mais adiantado, Governador Clécio, é o nosso do Amapá, de Tartarugalzinho. O Instituto Federal de Educação de Tartarugalzinho já estará apto, Ministro Camilo, a ser entregue aos estudantes em janeiro deste ano, e nós estaremos esperando pelo senhor e pelo Presidente Lula em fevereiro, para inaugurar o Instituto Federal de Educação de Tartarugalzinho, um dos primeiros dos cem que foram anunciados, que voltaram a ser construídos em 2023.

Nós voltamos a investir em escolas em tempo integral. Para termos revolução na educação e melhorarmos o índice no Pisa e tantos e tantos outros, é necessário que a criança permaneça o maior tempo de sua vida, o maior tempo possível, na escola. É necessário que a escola garanta para eles alimentação e garanta condições mínimas, decentes, para ficarem lá e terem a escola, de fato, como casa.

Nós investimos R\$7 bilhões nos últimos dois anos para evitar o aprofundamento e para combater a evasão escolar. O resultado, o diagnóstico desses números é que, entre outras coisas, sobre o analfabetismo infantil, nós recebemos o país, em 2022, com 55% do índice de analfabetismo infantil; em 2023, ampliamos os números para 56%; agora, vamos chegar a 59,2%, com experiências exitosas como essas que estão sendo celebradas pelo meu Amapá, com muito orgulho, pelo Ceará, mais uma vez, por Pernambuco, por Mato Grosso e por Minas Gerais.

A meta é 60%, mas eu tenho certeza, Ministro Camilo, de que, no prêmio do ano que vem... E eu espero de novo, com os Governadores, em uma torcida especial – deixe-me puxar a sardinha para o lado do meu Amapá –, que nós possamos celebrar que o índice de criança em alfabetização superou os 60%, voltando, então, ao patamar que deve voltar a educação e alfabetização de nossas crianças no Brasil.

Eu queria aqui, terminando, cumprimentar os Governadores e cumprimentar o Ministro Camilo e o Governo do Presidente Lula pelos esforços que têm sido feitos. Ainda tem muito, obviamente, para se avançar, mas são inegáveis conquistas e avanços na área da educação que temos tido, como programas, como o programa Pé-de-Meia, que possibilita que mais de 12 milhões de crianças, adolescentes e jovens tenham uma poupança para concluir o ensino médio, e sobretudo a instituição aqui, por parte do Senado – e, aqui, Presidente Davi, eu quero homenageá-lo.

Na semana passada, nós aprovamos o Sistema Nacional de Educação, que agora segue à sanção do Presidente da República, e prêmios como este reforçam a necessidade do desempenho dos Governadores, em uma mobilização total pela educação.

Nenhuma nação do mundo, Presidente Davi, superou, teve vitórias sociais, teve vitórias em todos os campos, sem que essas vitórias tenham começado pela educação e pelo investimento em ciência e tecnologia. Fazendo isso, nós estamos no caminho certo.

Muito bem disse Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com satisfação, convido o Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, também ex-Ministro de estado, Rossieli Soares da Silva, representante do Governador Romeu Zema, para receber o diploma da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, que será entregue pelo Ministro de Estado Camilo Santana.

(Procede-se à entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa ao Sr. Rossieli Soares da Silva, representante do Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Romeu Zema.)
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –



Concedo a palavra ao Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Rossieli Soares da Silva.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para discursar.) – Bom dia, boa tarde a todos, considerando que não almoçamos aqui, mas aos que nos assistem e que já almoçaram é uma boa tarde.

É um prazer muito grande. Queria começar, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, querido amigo, agradecendo a oportunidade de estar aqui, em nome do Governador Romeu Zema, que está fora do país e, somente por esse motivo, não pôde estar aqui. Ele fez questão que eu estivesse aqui o representando neste momento tão importante.

Obviamente, falar dessa comenda, querido Ministro Camilo – a quem agradeço também as parcerias, desde a época do Pará; estou agora em Minas Gerais e tenho certeza de que vamos continuar construindo a educação neste país –, falar dessa condecoração é falar, em primeiro lugar, que ela é muito coletiva.

Acho que todos os oradores aqui que se manifestaram falaram absolutamente da relevância, mas eu gostaria de falar com maior ênfase. O Governador não deixa nunca de compartilhar os seus resultados com aquilo que é talvez a grande fortaleza, num estado com 853 municípios. Eu já fui Secretário de Educação no Amazonas, em São Paulo, no Pará e, agora, em Minas Gerais. Em Minas Gerais, quando resolveram criar municípios, houve uma empolgação extra lá. E isso traz um desafio ainda maior, porque cada município requer a liderança, requer a continuidade de políticas, o que é um pilar fundamental. E, obviamente, nós podemos observar isso aqui, num dos grandes casos, como o do Ceará. A continuidade das políticas, independentemente de mudanças de governos, como tem acontecido, talvez seja a maior lição que a gente vê hoje de resultado de alfabetização. E esta é uma das grandes valorizações que nós precisamos fazer em relação à alfabetização: continuidade de políticas.

Meu querido amigo Veveu, a gente muitas vezes acaba vendo, quando vai discutir alfabetização, que, infelizmente, muita coisa se politiza. É gente de esquerda e é gente de direita, todo mundo querendo falar, enquanto a gente deveria ter uma ideologia única: que toda criança neste país fosse alfabetizada aos oito anos de idade.

Minas Gerais, com todos os seus desafios, e por ser um estado que tem uma característica muito semelhante ao próprio país, pois temos regiões mais parecidas com o Sudeste, mais parecidas com o Nordeste, com grandes cidades, com todas as idiossincrasias, com todos os desafios, querido Senador – com quem tive oportunidade de conviver quando foi Ministro... Foi uma honra poder ter iniciado um determinado debate da Base Nacional Comum Curricular, e lá tinha esse ingrediente da alfabetização, da importância de poder dizer – não é, Katia? – o que é alfabetizar uma criança, coisa que o Brasil passou a responder lá com a base, depois agora com avaliações, com os parâmetros de qualidade. Mas me refiro ao desafio de dizermos, enquanto país, que nenhuma criança pode ficar para trás.

A gente adora falar de projeto de vida – eu mesmo sou um grande defensor de projeto de vida –: que o aluno tenha sentido; que o aluno lá do ensino médio possa ter o seu projeto de vida realizado, e a educação sendo a ponte. Pois bem; a porta que abre de verdade a chance de vivermos esses sonhos desde criança é a alfabetização. Ao não termos a alfabetização, nós estamos fechando portas e janelas para os possíveis sonhos, para os grandes nomes de todos os tipos e gêneros de profissões, de talentos que nós acabamos perdendo porque não temos.

Minas Gerais cresceu 12%; foi o estado que mais cresceu nesta edição. E eu sei que muitos outros estados fizeram um grande esforço. E, por vários motivos, hoje temos cinco estados aqui representados, a quem eu parabenizo. Eu conheço bem o esforço dos cinco estados que aqui estão e quero deixar muito claro que o Brasil precisa continuar esse esforço, independentemente de ser esse ou aquele governo. Está na hora de a gente desenvolver de fato a ideologia da aprendizagem, a ideologia de que nenhuma criança fica para trás e de que toda criança tem condições; ela pode aprender.

Eu vi a mudança na minha vida, na minha família. Eu gosto de trazer esse exemplo, querida



Marlova, nossa representante da Unesco, também parceira aqui: meu pai – sabe, Ministro – não terminou a escola, ele só foi ter acesso à educação com a educação de jovens e adultos. Agora, quando ele terminou – e aqui, a Senadora Teresa falou sobre isso, sobre a importância de não deixarmos para trás aqueles que não tiveram oportunidade e que nós não conseguimos alcançar – a educação formal, ele pôde fazer um concurso público, passou no Banco do Brasil e mudou a família, mudou a vida da gente, porque foi quando a gente teve uma mudança muito substancial. Pois foi nessa mudança que eu consegui enxergar, na vida, dentro de casa, quando eu era criança, a importância da educação. E essa é a minha família, que, obviamente, nunca deixou de lutar para que me desse a melhor educação possível, e tive a honra, e tenho a honra, de compor os quadros da educação deste país, de estados e, obviamente, do próprio ministério em determinado momento.

E eu não poderia deixar de falar desse exemplo de família, porque a gente está falando dos professores – dia 15 agora é o Dia do Professor –, falamos do exemplo, da necessidade, da força dos Governadores, dos líderes junto aos seus Prefeitos, e dos Prefeitos junto aos seus, obviamente, professores. Mas não dá para deixar de falar que a alfabetização também se faz com um processo que deve incluir as famílias.

E acho que, num momento de condecoração aqui, a gente tem que ter essa mobilização muito clara de, cada vez mais, trazer pai e mãe. Mesmo aquela mãe que não sabe como alfabetizar, ela sabe contar uma história e, ao contar uma história, a gente sabe que o cérebro daquela criança vai se desenvolver de uma maneira muito maior.

Aliás, estamos falando de alfabetização, e está na hora de o nosso país, cada vez mais, enfrentar essa discussão, de novo, muitas vezes ideologizada, da educação infantil, que tem um papel fundamental e que não é somente construir creche, mas é o que fazemos com essas crianças dentro da creche, dentro da educação infantil, que deve ser, sim, com intencionalidade pedagógica para preparar essa criança, porque, senão, todo o resto vira uma hipocrisia, já que aqueles que colocam os filhos na educação infantil privada acabam tendo seus filhos alfabetizados muito antes dos demais.

Ou a gente enfrenta esses debates e coloca à mesa, efetivamente, a ideologia da aprendizagem, a ideologia da alfabetização, a ideologia de que nenhuma criança neste país deixe de ser alfabetizada...

E eu não poderia deixar... Falei aqui de continuidade. Eu estou aqui, recebendo esse troféu, muito honrado, em nome do Governador e, obviamente, também do Vice-Governador, Mateus Simões, mas eu queria deixar registrado que continuidade, sabe, Kátia... Esse resultado não é meu; eu não era secretário quando foi construído esse resultado. Queria deixar esse registro aqui ao ex-Secretário Igor, à ex-Secretária Julia e a todos aqueles que ajudaram a construir, porque é isso que importa. Não interessa se fui eu que construí; interessa que quem venha depois de nós, onde quer que estejamos, coloque mais tijolos. É assim que nós vamos construir o Brasil.

E quero lembrar que essa talvez – Veveu vive me repetindo isso – seja uma das coisas – e o Cid, ao falar aqui, falou muito bem sobre isso –, essa talvez seja das missões... A educação é geracional, tem muitos desafios humanos, e esse talvez seja o grande desafio que a gente pode enfrentar dentro de uma gestão.

Nós, no ano que vem, temos eleição de governos, tivemos eleição, agora, de Prefeitos, muitos eleitos, muitos reeleitos, e eu acho que isto que o Senador Cid Gomes trouxe aqui para a gente é muito importante: nós podemos fazer mais dentro de um mesmo mandato, porque o tempo da alfabetização... Não há outro tempo, senão o tempo que aquela criança tem junto com a gente, dentro da sala de aula. E a gente adia e adia, Mauro; a gente vai adiando as coisas e não vai fazendo.

Vocês hoje, Srs. Governadores, incluindo meu Governador, Romeu Zema, são uma inspiração para que mais líderes tenham o compromisso que vocês tiveram – mas, em todas as áreas, nós não podemos deixar de dizer que não cabe somente aos Governadores, mas, sim, à sociedade.



Então, que vivam os nossos professores, as nossas escolas e as nossas famílias, e que a gente viva, neste momento e daqui para a frente, a ideologia da alfabetização.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez, a todos os Senadores pela iniciativa e por continuarem apoiando a educação, como sempre.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Rosseli Soares da Silva, o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cid Gomes.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Finalizando as falas nesta manhã – que já adentra pela tarde –, queríamos ouvir, representando todos os parceiros dessa iniciativa, a Sra. Marlova Noleto, que dirige e representa a Unesco no nosso país. (*Palmas.*)

A SRA. MARLOVA NOLETO (Para discursar.) – Muito boa tarde a todos.

Cumprimento o nosso querido Senador Cid Gomes, que agora está presidindo a sessão e foi o autor dessa iniciativa junto com o nosso Veveu Arruda – eles foram lá me procurar na Unesco –; o queridíssimo Ministro da Educação, Camilo Santana, parceiro da Unesco; a Sra. Secretária de Educação Básica, Kátia; cumprimento todos os Senadores e os Governadores, que hoje são os nossos maiores homenageados aqui, premiados e reconhecidos pela alfabetização na idade certa.

O Ministro lembrou aqui um dado que nós nunca podemos esquecer: 36% apenas das crianças brasileiras são alfabetizadas na idade certa. Então, hoje é o dia de celebrar aqueles estados que conseguiram avançar na alfabetização, mas, sobretudo, Senador Cid, é o dia de renovar o nosso compromisso de que todos nós precisamos lembrar que a educação é o motor e o alicerce de sociedades mais justas, mais inclusivas, mais democráticas.

Hoje, não por acaso, dia 13 de outubro, é um dia depois do Dia das Crianças e dois dias antes do Dia do Professor. Essa data também se reveste de um grande simbolismo: nós precisamos viver em um Brasil onde todas as crianças, absolutamente todas, tenham direito à educação e possam ser alfabetizadas na idade certa. Nós temos uma obrigação, que é ética e é moral, de fazer esse esforço e de renovar esse compromisso.

A educação, diz a Unesco, é um esforço público, mas é, sobretudo, um bem comum. Nós temos que olhar para a educação e nos comprometer sempre com a ideia de que esse bem comum é o único capaz de transformar um país e romper com o ciclo transgeracional da pobreza. Não há mudança e transformação sem investimento em educação e sem educação pública de qualidade, equitativa e inclusiva, como nos lembra o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o ODS 4, do qual a Unesco é agência líder.

Eu não vou me alongar, porque já é bastante tarde. Eu só vou relembrar a todos que a Unesco, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, continua acreditando que é a educação de qualidade que pode e deve transformar um país. Por isso a nossa alegria nessa parceria com o Senado Federal, com as demais organizações da sociedade civil que nos acompanharam: a Fundação Lemann, o Instituto Natura, a Fundação Roberto Marinho, que compuseram esse júri técnico tão bem liderado pelo gabinete do Senador.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARLOVA NOLETO – E agradeço, Ministro Camilo, pelo compromisso do Governo brasileiro, na parceria com a Unesco, por uma educação pública de qualidade.

Parabéns aos Governadores. E, juntos, vamos continuar o nosso compromisso de transformar o



Brasil, em que todas as crianças possam se alfabetizar na idade certa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Cumprida a finalidade desta sessão de entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, agradeço a todos que nos honraram com suas presenças.

Queria só dizer, para finalizar, que todos os oradores, todos os Governadores homenageados falaram da necessária colaboração, imprescindível para que os resultados sejam alcançados, mas eu gostaria de destacar a liderança. A Governadora e os Governadores foram líderes de um processo. Sem a presença deles, os estados certamente não teriam alcançado esses resultados.

Muito obrigado a todos.

A sessão está encerrada. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 26 minutos.)



Ata da 140^a Sessão, Não Deliberativa, em 13 de outubro de 2025

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Costa, Confúcio Moura, Chico Rodrigues, Marcos Rogério e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 17 horas e 55 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Sessão não deliberativa, 13/10/2025.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores inscritos, que terão até 20 minutos para o uso da palavra.

Como primeiro orador inscrito, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente Chico Rodrigues, Presidente da sessão; Exmo. Sr. Fernando Dueire, também aqui presente, como sempre, e Senador Girão.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, porque presidi uma Comissão de oito Senadores para acompanhar, por iniciativa do Presidente da época Rodrigo Pacheco, as enchentes no meu Estado do Rio Grande do Sul e por uma questão só de justiça, eu queria registrar que o Presidente Lula esteve no Rio Grande do Sul por cinco vezes para tratar da tragédia climática. Chegou a instalar, no Rio Grande do Sul, parte do seu *status maior*, com caráter de ministério, só para coordenar ajudas e investimentos ao meu estado.

O Governo Federal destinou R\$111,6 bilhões para o estado, como parte das medidas emergenciais para a recuperação do estado. Eu próprio fui Relator da Lei Complementar 206, de 2024, que teve como origem o Governo e que estabeleceu a suspensão das parcelas da dívida do meu estado por 36 meses. Só aí encaminhamos e ficaram no estado recursos economizados na ordem de R\$11 bilhões e mais R\$12 bilhões em juros da dívida.

Feito esse registro, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer ao Plenário do Senado da República o relatório feito, de forma resumida, da PEC 148, de 2015, de nossa autoria, que trata da redução de jornada sem redução do salário. O relatório foi do Líder da bancada Rogério Carvalho.

Vamos em frente.

Na semana passada, Presidente, especificamente a quarta-feira, dia 8, foi um dia especial que remontou aos tempos da Assembleia Nacional Constituinte, quando estávamos lá com Lula, Olívio Dutra e a bancada dos trabalhadores. Mas estavam também, claro, entre tantos, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Jarbas Passarinho, Renan Calheiros e tantos outros de matizes políticas diferentes, pois assim caminha e avança a humanidade fortalecendo a democracia.

Avançamos, naquela época – por isso, eu remonto à quarta-feira passada –, no debate da redução da jornada sem redução de salário. Negociamos, na época – 1987, 1988 –, com o Centrão até construirmos um entendimento e reduzimos, assim, de 48 para 44 horas semanais. Nos tempos atuais, estamos dando continuidade ao debate.

O Senador Rogério Carvalho apresentou, na Comissão de Constituição e Justiça, um belo relatório à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148, de 2015, que apresentei por diversas vezes e reapresentei em 2015, que põe fim à escala 6x1 e estabelece a jornada de trabalho para 40 horas semanais, num primeiro momento, e depois, ano após ano, reduz uma hora até chegar nas 36. Recomendo a leitura desse relatório. Ele está nas minhas redes sociais e no meu *site*. Antes da votação, ainda sem data definida, realizaremos ainda outras audiências públicas. A próxima será na terça-feira, não esta, mas a da semana que vem.



A redução da jornada de trabalho é uma tendência mundial. Resumidamente, o relatório do Senador Rogério Carvalho diz o seguinte:

1 – Transição gradual e segurança jurídica. Redução progressiva de 44 para 40, depois 36 horas semanais, diminuindo uma hora por ano, garantindo assim a adaptação econômica e empresarial sem choques.

2 – Base histórica e constitucional. Mundo, a partir de 1760, houve a dita Revolução Industrial, e, no Brasil, em 1932, com Getúlio, chegou-se às 48 horas. Mas vamos avançando. Caiu de 48 para 44, na Constituição de 1988, como já relatei, sem aumento do desemprego, ao contrário, houve aumento dos salários e diminuiu o número de desempregados.

3 – Alinhamento com padrões internacionais. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) recomenda jornadas de até 40 horas semanais, desde 1935. O Brasil, com média de 43 horas semanais, está atrasado frente às tendências globais. Portugal, redução de 44 para 40 horas, diminuiu a destruição de postos de trabalho, ou seja, aumentou o número de empregos. Espanha, jornada de 35 horas, poderia gerar 560 mil empregos, reduzir o desemprego em 2,6 pontos percentuais, aumentar os salários em 3,7% e o PIB em 1,4%. América Latina, Chile e Equador, redução de 45 para 40 horas, em 2023. No México, há uma escala programada e já posta em execução para que a jornada de trabalho chegue às 40 horas. Na União Europeia, a média é de 36 horas semanais, variando de 31 horas (Holanda) a 43 horas (Turquia).

4 – Geração de emprego, impactos econômicos positivos. Conforme o Dieese, a redução de 44 para 40 criaria 3,5 milhões de novos empregos e ampliaria a massa salarial em R\$9,25 bilhões. Estudo de Gomes *et al.*: mais de 467 mil empregos seriam gerados só nas regiões metropolitanas.

5 – Ganhos de produtividade e transformação tecnológica. Avanços em automação, inteligência artificial, *big data* e internet aumentam a produtividade do trabalho, tornando possível produzir mais em menos tempo. Políticas recentes, como a reforma tributária, o ensino integral e o programa Pé-de-Meia reforçam essa capacidade de transição sem perda econômica.

6 – Redução de desigualdades e justiça social. Vamos pegar aqui a Rais 2022: a média é de 41 horas e 20 minutos semanais, 67% dos trabalhadores formais ultrapassam, assim, as 40 horas. IBGE Pnad 2024: formais trabalham 43 horas e informais, 38 horas. Trabalhadores com menor escolaridade cumprem 42 horas semanais, enquanto os com ensino superior trabalham 37 horas semanais. Renda cresce com menor jornada: 44 horas, R\$2.193; 40 horas, R\$6.197. Reduzir a jornada democratiza um direito hoje restrito às classes de maior renda.

7 – Saúde, bem-estar e redução de afastamentos. O INSS, em 2024, registrou 472 mil afastamentos por transtornos mentais, muitos ligados ao excesso de trabalho. Redução de jornada melhora a saúde mental e física. Satisfação no trabalho reduz a síndrome de esgotamento. Jornada mais curta permite maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal, tempo para a família, lazer, estudos e cuidados pessoais.

8 – Igualdade de gênero e valorização do trabalho das mulheres: 20,9 milhões de brasileiros, 20% da força de trabalho, estão em sobrejornada, com destaque para as mulheres, que acumulam 11 horas diárias entre trabalho e tarefas domésticas. O homem, 8 horas. A redução da jornada combate a dupla jornada feminina e promove equilíbrio de gênero no mercado de trabalho.

9 – Alcance e impacto social. Se o limite fosse 40 horas, 22,3 milhões de trabalhadores formais seriam beneficiados; se fosse 36 horas, o benefício alcançaria 38,4 milhões, além de dezenas de milhões do setor informal. Seria uma das maiores transformações sociais e trabalhistas da história do país, ampliando o bem-estar, a qualidade de vida e a dignidade.

10 - Apoio popular e tendência global. Pesquisa DataSenado: em 2025, 54% dos brasileiros acreditam que jornadas menores melhoraram a qualidade de vida e também melhoraram os salários, 85% dos trabalhadores dizem que teriam mais qualidade de vida com um dia livre adicional. Enquanto o mundo avança para



o modelo 4x3 – trabalha quatro e descansa três –, o Brasil ainda mantém o regime 6x1: trabalha seis e descansa um dia.

Conclusão do relatório.

A PEC é viável, necessária e equilibrada; gradualismo assegura segurança jurídica, protege a economia e fortalece a justiça social. Representa um avanço civilizatório, compatível com a Constituição e com os direitos humanos: garante repouso mínimo de dois dias por semana e irredutibilidade salarial.

Enfim, Sr. Presidente, quero saudar o Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar, e todos os seus membros, Senadores e Senadoras, que acordaram, antes da votação, para que a gente faça um bom debate sobre a redução de jornada sem redução de salário.

Quero destacar também a importante participação da Deputada Federal Erika Hilton, que tem um projeto que vai no mesmo sentido, na Câmara dos Deputados.

Cito também outros Parlamentares que têm propostas que vão na mesma linha da redução de jornada de trabalho sem redução de salário: Senador Weverton, Senadora Eliziane Gama, Senador Cleitinho e, na Câmara, temos os Deputados Reginaldo Lopes e Lindbergh Farias. Temos também a Deputada Daiana Santos, que apresenta um projeto de lei – não é PEC, é projeto de lei – que pode ser também uma alternativa, dentro dos parâmetros legais, para a redução da jornada. A Daiana Santos tem viajado pelo Estado do Rio Grande do Sul comigo, explicando o seu projeto, que considero também de suma importância. Pode ser uma alternativa.

O mais importante para mim é a causa: fazer justiça aos trabalhadores, a todos os trabalhadores, assegurando mais qualidade de vida, mais tempo com a família, maiores oportunidades, inclusive, de qualificação profissional.

Estamos aí com a inteligência artificial, estamos aí com a automação, a robótica, a cibernetica. Novos tempos, uma nova revolução no mundo do trabalho. Tudo isso é possível, sim, mas tem que haver também o olhar para a qualidade de vida dos trabalhadores, e um dos caminhos é a redução de jornada sem redução do salário.

Hoje, mais de 500 empresas do mundo estão testando novos modelos de jornada, mantendo 100% do salário, mas trabalhando 80% do tempo anterior. No Brasil, há experiências concretas e positivas. Em São Paulo, refiro-me aqui a São Bernardo do Campo, ABC Paulista, onde a maioria das empresas da área metalúrgica, para não dizer todas, já reduziu a jornada para 40 horas semanais, com resultado positivo. No meu estado, o Rio Grande do Sul, uma das maiores empresas, que fica em Gravataí, já reduziu também para 40 horas semanais.

O mundo do trabalho está mudando rapidamente com as novas tecnologias e os avanços, como eu dizia antes, da inteligência artificial. Especialistas alertam para o risco de aumento de desemprego se nada for feito. Estimativas apontam que até 40% dos empregos formais no mundo poderão ser afetados. Entre 400 e 800 milhões de pessoas poderão mudar de ocupação até 2030.

Por isso é muito importante que a gente aprofunde esse debate, principalmente olhando a tal de pejotização. Se a pejotização funcionar da forma como está sendo projetada, em que até funcionários de supermercados serão PJ, se esse mundo da ilegalidade continuar, nós teremos sérios problemas com a previdência.

Quem vai pagar a previdência? PJ não paga. MEI, praticamente, não paga. E ainda tem a terceirização, que deixa muita dúvida no ar.

Por isso, com um debate franco e honesto, temos que olhar para a qualidade de vida do nosso povo. Temos que apontar também novas fontes de recursos para a previdência.

A redução da jornada vai beneficiar dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras que, hoje, vivem exaustos em uma jornada 6x1 – trabalham direto seis dias e descansam um. Alguém disse: “e no sábado?”.



No sábado, ele compensa a hora: em vez de fazer oito horas por dia, ele faz mais que oito horas para não trabalhar no sábado. Na verdade, é 6x1; trabalha seis, descansa um.

Temos, agora, a oportunidade de escrever mais uma página de justiça na história do nosso país: justiça social.

O Brasil precisa, o povo brasileiro merece redução de jornada sem redução de salário. Essa vai ser uma conquista de todos. Todos ganharão com essa proposta.

É isso, Presidente. Fiquei no tempo exato.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Paulo Paim, V. Exa. trata de um tema extremamente recorrente na vida do trabalhador.

A redução de jornada de trabalho tem este condão, exatamente, de humanizar, de ajudar, inclusive, na qualidade de vida do trabalhador brasileiro. Nós sabemos que os salários não são salários que possam, na verdade, satisfazer todas as demandas reprimidas do trabalhador brasileiro, na sua grande e expressiva maioria.

Quando V. Exa. se debruça sobre um tema dessa relevância, V. Exa. é uma espécie de caixa de ressonância dessa voz em relação ao benefício que devem ter os trabalhadores brasileiros, sim.

Então, esse é um tema que nos é muito caro, a todos nós, Parlamentares, mas V. Exa., com uma voz alta, experiente e comprometida também, mostra, nos seus pronunciamentos, que este é um momento extremamente adequado, em que já existem vários arranjos combinatórios no sentido de que empresas privadas, empresas públicas, outros países já avancem nessa direção da redução da jornada de trabalho.

Portanto, mais uma vez, parabenizamos V. Exa. por essa iniciativa, dizendo que a própria tecnologia hoje, a serviço do homem, já faz com que, num processo de sucção natural, essa jornada de trabalho proposta, e reconhecida por todos nós, tenha uma redução, mas sem perder a qualidade dos serviços.

Portanto, parabéns a V. Exa., mais uma vez, por tratar desse tema tão relevante.

Em comunicação inadiável, passo a palavra ao Senador Fernando Dueire.

V. Exa. dispõe de cinco minutos, Senador Fernando Dueire, do MDB, de Pernambuco.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente Chico Rodrigues, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna saudar a iniciativa do Senado Federal de propor a criação da comenda que hoje pela manhã entregamos, destinada a reconhecer os esforços dos governos estaduais na promoção da alfabetização.

Sr. Presidente, falar de educação é falar de gente, é falar de cuidado, de oportunidades, de vidas que se transformam. Trabalhar pela educação hoje é garantir, Senadora Zenaide, um futuro mais digno, mais justo e mais promissor para as próximas gerações. A alfabetização é o primeiro passo dessa caminhada, é o momento em que o futuro começa a ser escrito.

Desejo fazer uma saudação ao eminente Senador Cid Ferreira Gomes, autor do projeto de resolução para criar essa comenda, da qual fui Relator neste Plenário, de grande felicidade, porque estimula estados e municípios a trabalharem na questão da alfabetização das crianças na idade certa.

A alfabetização é o alicerce na formação escolar e cidadã, sem aprender a ler e escrever no tempo certo, todo o percurso educacional fica comprometido. Quando uma criança não é alfabetizada, não é apenas o aprendizado que se atrasa, é o futuro que fica em espera. Garantir a alfabetização na idade certa é garantir dignidade, pertencimento e oportunidades reais.

Nos últimos anos, especialmente com a pandemia, a alfabetização foi uma das áreas mais afetadas – a senhora bem acompanhou e sabe, ilustre Senadora Zenaide Maia. Milhares de crianças tiveram o seu processo interrompido, um prejuízo que exige políticas públicas firmes, sensíveis e coordenadas. O desafio nacional é que nós possamos abraçar União, estados e municípios, porque ninguém avança sozinho em



matéria de educação.

Desejo aqui deixar o registro do reconhecimento dos cinco Governadores hoje premiados: a Governadora de meu estado, que tem feito um trabalho excepcional, a Governadora Raquel Lyra, de Pernambuco; Clécio Luís, do Amapá; Elmano de Freitas, no Ceará; Mauro Mendes, do Mato Grosso; e Romeu Zema, de Minas Gerais. Cada um, em seu estado, tem mostrado que a boa gestão pública se mede por entregas concretas, mas também por sensibilidade social. Alfabetizar crianças é cuidar de um país inteiro.

O Senado, com este reconhecimento, reafirma que a política deve servir à transformação da vida das pessoas, especialmente das mais jovens.

Preciso, mais uma vez, expressar o orgulho especial ao ver Pernambuco entre os estados homenageados e voltar a registrar a Governadora Raquel Lyra, que tem liderado um esforço exemplar, integrando estados e municípios no mesmo propósito: garantir a alfabetização de todas as crianças.

O Programa Criança Alfabetizada, criado em 2019 e fortalecido na gestão atual, atende a mais de 1,2 milhão de alunos.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, Pernambuco saiu do 16º para o 9º lugar nacional em alfabetização e recebeu o selo de ouro do MEC, com pontuação máxima em colaboração e ações estruturantes, motivo de orgulho e exemplo de política pública eficaz.

Encerrando, diria: a comenda que hoje entregamos é também um chamado à continuidade. Alfabetizar uma criança é mudar o curso da história de uma família, de uma comunidade e de um país. Que o exemplo dos Governadores agraciados inspire novas gestões e novos compromissos. A educação é – e sempre será – o caminho mais seguro para o futuro que o Brasil merece.

Parabéns a todos os homenageados e a todos que fazem da alfabetização uma missão de vida!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Fernando Dueire, V. Exa. trata de uma sessão solene que foi realizada hoje por iniciativa do nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, que, com a sua sensibilidade para os temas que são relevantes e recorrentes da população brasileira, e até por uma questão de justiça, concedeu realmente a cinco Governadores de Estado, aos Governadores de Minas, do Amapá, de Pernambuco, do Ceará e de Mato Grosso, essa Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa.

Por que essa comenda? Porque, obviamente, serve de referencial para os demais Governadores dos estados, no sentido de se debruçarem sobre essa questão, porque ela é fundamental para a formação de qualquer sociedade. E aí tem os exemplos. Nós olhamos pelo retrovisor e vemos muitos exemplos: o Japão, destruído, priorizou a educação; a Coreia do Sul priorizou a educação; o Vietnã, em que ninguém esperava um salto de qualidade na economia e para a sua população, em menos de 20 anos, se resgatou pela educação.

Portanto, essa iniciativa do Senador Davi Alcolumbre, hoje aqui ocorrida com esta sessão solene no Plenário da Câmara Alta do país, o Senado da República, demonstra o compromisso que o Presidente Davi e que o conjunto dos Senadores e Senadoras têm exatamente com essa causa, que é fundamental, que é visceralmente ligada ao desenvolvimento, obviamente, de cada país.

Portanto, acho que nós estamos, apesar das dificuldades, que não são poucas no nosso país – de financiamento da educação, de melhoria da qualidade da capacitação dos nossos professores, que são os verdadeiros vetores responsáveis por uma educação de qualidade... Este dia – a criança sendo educada



exatamente e treinada na sua alfabetização para se preparar para o futuro – exatamente é uma espécie de alicerce, é o patamar por onde se dão os grandes saltos dos países que almejam realmente dar melhores condições de vida para a sua população.

Portanto, só tenho a elogiar V. Exa. por essa referência e tenho certeza de que outros estados estão trabalhando na mesma direção, no sentido de melhorarem a ação de atualização desses conceitos, como, por exemplo – vou deixar apenas um aqui na referência –, o Ceará, que vem tratando dessa questão da educação a partir da alfabetização com muita prioridade há décadas. Portanto, parabéns, Senador Fernando Dueire, pelo seu pronunciamento.

Eu gostaria de registrar aqui, também, no Plenário do Senado, a presença, na galeria, dos alunos do curso de Direito da Escola Superior de Criciúma, Santa Catarina.

Parabéns a vocês por estarem contemplando este cenáculo de onde são tomadas grandes decisões do nosso país. E vocês, como estudantes de Direito, vão ser, com certeza, peças fundamentais para que nós possamos ter realmente essa profissão tão importante na vida de um cidadão sendo muito bem assistida por vocês, como grandes profissionais que com certeza serão.

Antes de convidar a próxima oradora inscrita, que será a Senadora Zenaide Maia, em permuta com o Senador Eduardo Girão, eu só gostaria, aos meus pares – como estou passando a Presidência para o nosso Vice-Presidente, o Senador por Pernambuco Humberto Costa –, de fazer um rápido comentário sobre uma grande data para a humanidade hoje, o cessar-fogo em Gaza.

Essa é uma grande data para toda a humanidade, em que não existem vencidos e vencedores. Está sendo colocada aqui, aos olhos da sociedade global, essa decisão da qual, neste raro momento em que a diplomacia volta a se sobrepor sobre as armas, é importante nós deixarmos o registro aqui. Com todas as dificuldades, com todas as incompreensões, com a posição assumida, muitas vezes dura, pelo Presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, é inegável que ele foi o grande avalista desse acordo.

Portanto, eu deixarei meu pronunciamento para a próxima sessão, mas não poderia, de forma alguma, deixar de fazer esse registro, porque tenho certeza de que com isso, praticamente, a todos os seres humanos, mais de 8 bilhões de seres humanos desse planeta, há uma alegria, uma euforia, por nós termos visto hoje aquela cena dos reféns, aqueles 20 que ainda estavam sob o domínio dos palestinos, do Hamas, para que pudesse, na verdade, ser apresentados ao mundo e, principalmente, retornar ao seio das suas famílias. Mas o mais importante de tudo é exatamente esse fim dessa guerra fratricida que nós acompanhamos durante mais de dois anos. Portanto, fica esse registro. Gostaria, inclusive, de que fosse divulgado em todos os veículos de comunicação do Senado da República.

Então, convido a Senadora Zenaide Maia, do PSD, do Rio Grande do Norte, essa guerreira Senadora que vive 24 horas o Rio Grande do Norte, para fazer o seu pronunciamento. E convido o nosso Vice-Presidente Humberto Costa para assumir a Presidência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente Humberto Costa, colegas Senadores, colegas Senadoras, todos que estão nos assistindo, seja pela Rádio Senado, seja pela TV Senado e todos os meios de comunicação, a minha fala é justamente sobre essa 1ª Edição da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa.

Entregamos essa comenda hoje à Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, a primeira Governadora mulher eleita por Pernambuco; Clécio Luís, do Amapá; Mauro Mendes, do Mato Grosso; Elmano de Freitas, do Ceará; Romeu Zema, de Minas Gerais. Eu digo que merecem os aplausos. São Governadores e Prefeitos desses estados que resolveram, por uma decisão política, uma vontade política... Eles têm coragem e têm vontade política de mostrar o que o mundo já mostrou, que sem educação a gente não tem desenvolvimento nem muito menos redução da desigualdade social.



Os esforços pela alfabetização precisam ser celebrados sempre. Cada criança alfabetizada na idade certa é um passo na direção de um futuro mais civilizado, mais democrático e menos desigual. Se eu estou aqui, hoje, lendo essas palavras, depois de dedicar 30 anos à medicina e ocupar cargos públicos no Executivo e no Legislativo, foi porque meus pais – nordestinos, lutadores, à frente de seu tempo – não deixaram que eu e os meus 15 irmãos faltássemos às aulas em uma escola que ficava a 12km de nossa casa, sem transporte escolar; mesmo assim, era esse o incentivo. Não existe nada mais transformador, seja no nível pessoal, seja no nível social, do que a educação. Ela é a base de tudo, é o fundamento de qualquer sociedade livre, crítica e democrática, é o alicerce de qualquer cidadão consciente e responsável. E dentro dessa área ampla que é a educação, a capacidade básica de ler, escrever e compreender o mundo merece um destaque.

Eu dizia aqui que o Paulo Freire, nosso patrono da educação, disse muitas frases, mas para mim o que chamou muita atenção é que ele esteve em Angicos, uma cidade da região central em que a seca não é brincadeira, não. E ele trabalhou alfabetizando aquelas pessoas à margem da sociedade, mas o que ele dizia era o seguinte: “Vocês não estão na miséria, porque Deus quis”, porque infelizmente ainda tem muita gente usando Deus para justificar a miséria, a fome, a falta de educação e de saúde.

A alfabetização até os oito anos de idade determina a qualidade de todo o desenvolvimento mental posterior de uma pessoa. Serem alfabetizadas na idade certa é um direito das nossas crianças e um dever do Estado. Infelizmente, temos falhado nesse dever tão essencial. Ainda estamos distantes do cumprimento de uma das metas mais importantes do Plano Nacional de Educação que é a Meta 5, Damares, que determina a alfabetização de 100% das nossas crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. O lado positivo é que temos consciência dessa falha, sabemos que estamos falhando, não chegamos a isso. Nós Parlamentares, os Executivos, todos os Poderes e a sociedade como um todo, sabemos que a responsabilidade é nossa.

Desde 1990, declarado o Ano Internacional da Alfabetização pela Unesco, o Brasil, redemocratizado, empreendeu uma série de esforços para atacar o problema do analfabetismo com graus de sucesso variados.

O novo Plano Nacional de Educação está sendo discutido neste momento no Congresso Nacional. É momento oportuno de corrigir distorções e de nos comprometermos com metas mais ambiciosas e com um plano de trabalho federativo, consistente, que sobreviva às trocas de governos. Educação é para ser uma política de Estado e não de governo.

E digo que o que a gente mais precisa é colocar a educação pública do nosso povo no Orçamento deste país, porque a gente sabe que a gente não prospera em nada sem orçamento. Então, precisamos, sim, colocar a educação pública no Orçamento deste país.

O novo PNE está sendo discutido neste momento no Congresso. Nesse sentido, tenho defendido, nesta Casa, educação em tempo integral. Gente, o mundo todo sabe que, se não colocarmos as crianças e os nossos adolescentes numa escola de qualidade em tempo integral, naquele período em que ele estiver fora, com o pai e a mãe trabalhando, em que ele estiver na rua, ele vai ser cooptado pelo crime muitas vezes. Então, a educação tem que ser de qualidade em tempo integral. Crianças que passam o dia todo na escola serão, com certeza, treinadas em inúmeras habilidades de conhecimento e menos cooptadas pela criminalidade. Essa receita significa combater e reduzir a violência.

Outra defesa intransigente que tenho feito nesta Casa é a revisão do Orçamento Geral da União, que todo ano destina mais de 40% dos recursos públicos do Brasil para os bancos, o sistema financeiro, e só deixa 4% do Orçamento para a educação pública. Precisamos rever essa conta se quisermos um país que saia das esteiras do subdesenvolvimento e projete um futuro melhor para as novas gerações. Isso começa pelo investimento público de qualidade, pelo compromisso dos agentes públicos com essa causa inegociável que é formar alunos e alunas para o amanhã. Enquanto o Congresso e o Governo Federal destinarem só



4% do Orçamento Geral da União todo ano para a educação, estaremos muito longe de este país ser justo e desenvolvido, o que sonhamos para nossos filhos e filhas, netos e netas.

Em 1990, foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, marcado infelizmente pela falta de critério nos repasses e pela falta de controle dos resultados. Em 1996, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, um marco nas nossas políticas públicas educacionais. A LDB estimulou o surgimento de políticas como o PNE, o Fundef, o Saeb e o Enem, além de outros programas que envolviam o ensino fundamental e alfabetização.

Diversas iniciativas vieram depois da LDB. Em 1997, surgiu o Programa Alfabetização Solidária e o Programa Toda Criança na Escola. Em 2000, foi criado o Programa Professor Alfabetizador. Em 2003, foi implementado o Programa Pró-Letramento. Em 2012, foi criado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – em 2012, viu, gente? A gente está com mais de 13 anos –, inspirado na bem-sucedida experiência do Ceará de 2007. Em 2019, foi instituída a Política Nacional de Alfabetização. E, finalmente, em junho de 2023, surgiu o programa mais recente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Cada governo, sucessivamente, vem tentando debelar o analfabetismo com iniciativas bem-intencionadas, mas sem coordenação com os programas que vieram antes ou depois. É uma lista longa, que seria ainda mais longa, se eu incluísse as iniciativas de nível estadual e municipal, o trabalho das ONGs e da sociedade civil organizada e as iniciativas dos órgãos internacionais.

O que percebemos é que, se, por um lado, temos uma vontade genuína de erradicar o analfabetismo, por outro lado temos revelado uma triste e tremenda incapacidade de fazê-lo.

A boa notícia é que eu realmente acredito estarmos em um ponto de virada. Temos uma oportunidade histórica de aprender com os erros do passado e preparar um futuro em que o analfabetismo no Brasil seja apenas uma memória distante.

Ao longo do ano passado, atuei como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, ao lado do Senador Cid Gomes, nosso Presidente. Tive a oportunidade de refletir profundamente sobre a questão do analfabetismo. Uma das minhas conclusões foi que a falta de continuidade das políticas públicas, a falta de financiamento público para a educação é o principal... A efetiva erradicação do analfabetismo no Brasil...

Tivemos muitos programas de alfabetização em nível federal no país, mas nenhum deles realmente se construiu como uma política de Estado. Cada governo, desde a redemocratização, apresentou sua própria versão do remédio que nos livraria do analfabetismo. Tivemos vários programas de governo, e nenhum programa de Estado. Só conseguiremos universalizar a alfabetização das nossas crianças na idade certa quando isso for objeto de um pacto que atravesse governos, que sobreviva ao vaivém do poder, que resista aos caprichos dos governantes da vez.

A partir dessa constatação, a Subcomissão da Alfabetização propôs, ao final de suas atividades, o Projeto de Lei nº 4.937, de 2024, que estabelece o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Trata-se de uma política de Estado, resistente a interrupções, apta a persistir no tempo, enquanto houver, pelo menos, uma criança que não saiba ler e escrever no nosso Brasil. O projeto foi aprovado no Senado, em março deste ano, e seguiu para a Câmara. Já foi aprovado pela Comissão de Educação daquela Casa e, atualmente, tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Temos, em nossas mãos, uma oportunidade histórica, gente: temos a chance de firmar um compromisso sólido em torno da alfabetização infantil no Brasil.

O evento de hoje está plenamente alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Amadureceu, em nosso país, o desejo de erradicar de vez o fantasma do analfabetismo.

Faço votos de que, na segunda edição dessa comenda, possamos comemorar novos avanços nesse projeto tão bonito e tão fundamental para o nosso futuro, enquanto nação livre, esclarecida e democrática.



Parabéns, mais uma vez, aos Governadores que estiveram aqui presentes! – porque conseguiram crescer na alfabetização de crianças na idade certa, e afirmo: tiveram coragem e vontade política.

E faço um apelo ao Congresso Nacional: nós precisamos, sim, colocar a educação pública de tempo integral com qualidade em nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sra. Zenaide Maia, o Sr. Chico Rodrigues, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Nós agora convocamos a Senadora Damares Alves para fazer uso da palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Boa tarde, Presidente Humberto; boa tarde, colegas: Senador Confúcio, Senador Girão, Senadora Zenaide.

Eu venho à tribuna, hoje, por dois motivos. O primeiro, manifestar a minha expectativa para o que vai acontecer esta semana, Senador Girão, no Brasil, depois da revelação e o comunicado oficial dos Estados Unidos de que o documento que foi usado para prender o Filipe Martins foi um documento falsificado, e a Suprema Corte foi avisada o tempo todo, e a Suprema Corte pagou para ver.

Filipe Martins foi preso, foi torturado. Filipe Martins foi humilhado, porque um documento falso foi inserido no sistema dos Estados Unidos. E o que vai acontecer agora? Quem vai indenizar os meses que Filipe Martins ficou preso? Quem vai devolver a Filipe Martins parte de sua vida?

Mas a minha expectativa não é só quanto a isso, não é só saber o que a Suprema Corte vai fazer, é saber o que os Estados Unidos farão com essa informação, porque alguém manipulou o sistema americano. E não é só um nome de uma pessoa: manipulou o sistema de segurança norte-americano. E os Estados Unidos não deixam isso quieto nunca.

Então, há uma expectativa muito grande, Senador Girão, do que vai acontecer esta semana. Vamos acompanhar de perto quem falsificou, quem foi usado, nos Estados Unidos e no Brasil, para falsificar o sistema de segurança norte-americano. É muito grave.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Senadora, se a senhora me permite, rapidamente, um aparte... Presidente, é um minuto mesmo.

É gravíssimo. Eu vou fazer um pronunciamento sobre isso, passamos o final de semana estudando o caso. E não é nem o que os Estados Unidos vão fazer, porque isso é uma questão dos Estados Unidos. O que é que nós vamos fazer aqui? Por exemplo, imediatamente o Ministro Alexandre de Moraes já era para tê-lo libertado, porque ele está preso em casa. Foi preso por uma viagem que não fez, por um documento que não existe e por uma reunião à qual ele não foi. Então, é um negócio tão escandaloso que ele precisa ser libertado imediatamente – esse é o fato – e declarado inocente desse julgamento aí, que mais parece um justiçamento no Brasil.

No momento em que a gente está vendo a libertação de reféns lá em Israel – graças a Deus, é uma grande notícia da paz ali do povo palestino, do povo de Israel, que se fortaleça esse sentimento –, e os reféns do Brasil? E os reféns de 8 de janeiro, que estão nas mãos do STF?

Muito obrigado. Parabéns, Senadora Damares, pelo seu pronunciamento!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Há uma expectativa e, realmente, Senador Girão, não comporta o silêncio desta Casa nem o nosso silêncio. É gravíssimo.



Eu conheci Filipe Martins, por quatro anos eu trabalhei com aquele menino, um menino de ouro, Senador Girão, um menino extraordinário, um menino incrível. E eu sofri muito com tudo que aconteceu com ele. Na verdade, eu venho sofrendo há dois anos com tudo que tem acontecido com pessoas inocentes que ainda estão encarceradas neste país, em nome de resgatar uma democracia – democracia que usa documentos falsos, democracia que manda “ferrar essa mulher”, como nós lemos nas anotações do Eduardo Tagliaferro com relação a Carla Zambelli, democracia que manda ser criativo para se criarem provas contra inocentes. Esta será uma semana decisiva para toda essa história.

Mas o outro tema que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é celebrar o que está acontecendo hoje em Israel. E chorar. Eu confesso que eu estou muito emotiva, eu passei a manhã inteira chorando, vendo as imagens. Eles voltaram para casa, depois de dois anos de dor, sofrimento, tristeza, 20 reféns voltam para casa hoje – mas alguns não voltaram vivos depois desse processo. E eu quero lembrar daquela família da mãe com as duas crianças, ela foi morta e seus filhos foram mortos, dois bebês, e na hora de o Hamas entregar os corpos, na primeira tentativa de negociação, em torno de um ano atrás, na hora de entregar os corpos, o Hamas celebrou, dançou nas ruas para entregar o corpo de uma mãe e os corpos de duas crianças. Hoje, 20 homens foram devolvidos vivos. E as mulheres? O que aconteceu com as mulheres?

Que esse episódio, que o que o Hamas fez não seja esquecido nunca mais pela humanidade!

Lamentavelmente, semana passada, eu vi pessoas, no Brasil, celebrando o heroico ato do Hamas para libertar a Palestina. Heroico ato invadir uma festa de jovens que estavam se divertindo, massacrar jovens? Isso é heroico? Pegar mulheres, torturar e estuprar, isso é ato heroico? Como é que tem gente que fala que isso é um ato heroico dos grandes guerreiros do Hamas? Manter essas pessoas por dois anos em cativeiro, machucadas? Invadir as casas, matar pai na frente de criança, degolar criança, isso é heroico? É isso que nós vamos celebrar? Quando eu vejo pessoas, no Brasil, celebrando um grupo terrorista como o Hamas, me dá uma tristeza muito profunda. Aonde nós chegamos?

Mas eu quero hoje falar não do Hamas, eu quero falar de Israel. Quem é Israel? Uma nação extraordinária, uma nação que é uma potência mundial. E como aquela nação se torna uma potência mundial, detentora de diversos Prêmios Nobel? Como se transforma numa nação, numa potência? Quem é Israel? Dois mil anos sem casa, sem lar. Como é que pode um povo que é banido de sua terra, que fica 2 mil anos sem um líder, sem uma pátria, sem uma nação, depois de 2 mil anos, se encontrar? Como é que esses descendentes do povo judeu se encontram 2 mil anos depois? Como é que eles conseguem manter uma identidade, espalhados por todo o mundo, inclusive aqui no Brasil, por 2 mil anos, sem um líder? Não tinham internet, não tinham telefone. Como é que eles mantinham seus valores, como é que eles mantiveram seus objetivos por 2 mil anos, banidos de sua terra?

Eles voltam para sua terra, mas eles voltam para uma área de deserto, uma área que só tem 22 mil quilômetros quadrados. Deixe-me dizer o tamanho disso: o nosso Marajó, aqui no Pará, tem 40 mil metros quadrados. Dentro do Marajó, cabem dois Estados de Israel, e o nosso Marajó tem água, tudo que se planta dá, o nosso Marajó é incrível, o nosso Marajó é lindo. Aí, o povo de Israel volta para uma terra em cima de deserto, cercado de inimigos – cercado de inimigos –, depois de ter passado pela Segunda Guerra, quando 6 milhões deles foram assassinados, esse povo volta triste, cabisbaixo, para uma terra que era um deserto, e olha o que eles fizeram com aquela região: o deserto floresceu. Israel é uma nação que ajuda todas as outras nações do mundo em tecnologia. Alguém pode me explicar esse milagre que acontece com Israel? Eu tenho uma resposta. Eu sei que eu sou uma Senadora de um país em que o Estado é laico, mas eu não vou me furtar de dizer: o Deus de Israel cuida de Israel. O Deus de Israel tem promessas para Israel. E o que está acontecendo hoje é mais uma das promessas de Deus para o Estado de Israel. Aquele lugar é deles. Eles querem dividir o lugar em paz com a Palestina? Querem. E eu tive essa experiência, eu servi a um Governo em que eu estive em todos os fóruns mundiais. Em todas as reuniões na ONU,



era eu que ia, era o nosso ministério que estava lá. Eu vi os movimentos de Israel querendo viver em paz com a Palestina, mas tudo o que é oferecido para a Palestina não dá certo, porque o Hamas e os grupos terroristas que envolvem a nação Palestina – não vou dizer que são todos os palestinos, mas os grupos terroristas que envolvem a nação Palestina – não querem terra, eles querem aniquilar o povo judeu. “Mas isso é loucura!”. Não! Já tentaram, ao longo da história da humanidade, aniquilar esse povo inúmeras vezes. E como esse povo ressurge e se torna a potência que é hoje? Não há explicação humana para o que acontece com Israel. A resposta é que o Deus de Israel ama Israel. Hoje eles estão celebrando a volta dos reféns. Lamentavelmente, Hamas, quando provocou essa situação, não pensou no povo palestino. Milhares de homens e mulheres na Palestina morreram por conta de uma reação de Israel a uma ação do Hamas. Não se justifica a morte de criança na Palestina, não se justifica a morte de ninguém, guerra é guerra, não se justifica a guerra, mas Hamas provocou. Hamas sabia o que estava fazendo. Mas hoje Israel recebe os seus reféns. Alguns, Israel já recebeu mortos. Ossos, ossadas, corpos destruídos, machucados, mas Israel não deixou ninguém para trás. Este é um outro ponto pelo qual a gente tem que bater palma para Israel: “Não vamos deixar nenhum dos nossos para trás”.

Parabéns, Israel!

Que o teu Deus continue cuidando de ti.

E eu quero terminar essa minha fala – muito emotiva. Acabei de ver a entrevista do Presidente Trump. Há várias autoridades mundiais em Israel, hoje, na sede do Parlamento em Israel. A forma como o Presidente Trump foi recebido no Parlamento... Há líderes mundiais, mas eu não vi o meu Brasil. O meu Brasil não fez parte deste momento histórico. O meu Brasil não participou da construção da paz, lamentavelmente. Poderíamos estar lá hoje, ajudando a construir esse processo de paz. Pelo contrário, os discursos que saíram desta nação foram discursos que deixaram, cada vez mais, o tratado de paz longe de uma realidade. Como eu queria que o nosso país estivesse ali ao lado do Trump, que um dos nossos representantes participasse deste momento. Ai que saudade do Presidente Jair Bolsonaro, que, por quatro anos, lutou pela paz naquela região! Eu fui Ministra dele. Eu sei o que eu estou falando. Um homem que amava Israel, mas um homem que também respeitava a Palestina. Se ele estivesse no poder hoje, o Presidente Bolsonaro estaria ali agora, em Tel Aviv, em Jerusalém, celebrando a paz na região, porque era isso que ele queria, e é isso que ele quer.

Que Deus o abençoe, Presidente Bolsonaro!

Fico imaginando a sua angústia de estar preso injustamente, sem ter cometido crime algum, assistindo ao mundo celebrar a paz. E a sua nação não participou da construção dessa paz.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Já passou. Agora é Confúcio. Tem uma ordem aqui.

Confúcio Moura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Venha ver aqui.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras presentes, visitantes das galerias – bem-vindos ao Senado –, Rondônia,



que eu represento aqui no Senado, nasceu do encontro entre a esperança e o improviso, um estado jovem, moldado pela coragem de homens e mulheres que deixaram suas origens em busca de um novo começo em terras de floresta e rios grandiosos.

Na década de 70, sob o estímulo do Governo Federal, famílias inteiras migraram, receberam lotes, abriram clareiras e começaram a produzir. Era o tempo em que se acreditava que a floresta precisava cair para que a riqueza surgisse. As regras eram simples: ocupar e produzir. Mas faltava planejamento, faltava técnica, faltava proteção ambiental. O progresso chegou antes das regras e a pressa cobrou seu preço.

De 1970 a 1990, Rondônia saltou de 110 mil habitantes para 1,1 milhão. Foi um crescimento vertiginoso, movido pela força do povo, mas também marcado pela urgência de ordenar o território e proteger seus recursos. Dessa realidade, nasceu a necessidade de planejar o futuro. E, assim, no ano 2000, depois de longos estudos, debates e negociações entre Governo Federal, Senado, Banco Mundial e Governo de Rondônia, foi instituído, pela Lei Complementar 233, do ano 2000, o Zoneamento Socioeconômico do Estado de Rondônia, um dos primeiros do Brasil a fazer o seu zoneamento.

O zoneamento foi fruto de uma obra coletiva e democrática. Foram dez audiências públicas, doze oficinas regionais, com mais de 1,5 mil participantes – pesquisadores, produtores, Prefeitos, Vereadores, representantes de órgãos públicos, do Ministério Público, da universidade e da sociedade civil. O resultado foi um plano sólido e científico, capaz de indicar com clareza onde produzir, onde preservar, onde recuperar. Esse instrumento é a espinha dorsal da sustentabilidade do Estado de Rondônia, o zoneamento, que nós chamamos de Planafloro. Graças a ele, passamos a crescer com segurança jurídica, atrair investimentos responsáveis, planejar políticas públicas com equilíbrio entre desenvolvimento e conservação.

Durante o meu Governo, de 2011 a 2018, seguimos fielmente as diretrizes do zoneamento. Eu criei 11 unidades de conservação estaduais, todas fundamentadas em estudos técnicos sobre o solo, fauna, flora e uso sustentável do território. Foi um ato de coragem e de respeito às pessoas e à lei, que assim determinava. Cada decreto para a criação das áreas foi examinado pela Procuradoria-Geral do estado e amparado na legislação vigente. Cumpri a lei do zoneamento, fiz o que era necessário, com olhar sensível para os problemas já existentes – áreas que exigiam proteção e territórios que pediam ordenamento. Outros governadores, antes de mim, também cumpriram esse dever, criando reservas conforme as leis ambientais vigentes. E é isso que se espera de todo gestor público: cumprir as leis, aperfeiçoar no que couber e dar continuidade ao que recomenda e determina a legislação. Nada foi improvisado. Nada foi ideológico. Tudo foi técnico, legal e institucional.

Essas reservas nasceram com um propósito claro e definitivo: produzir riquezas e garantir o futuro do estado e do seu povo. Não foram criadas para impedir o desenvolvimento, mas para viabilizar um novo modelo socioeconômico e ambiental – o modelo da floresta viva, da floresta em pé, que gera renda, conhecimento e oportunidades. O que não teve continuidade foi o apoio necessário para que essas áreas cumprissem plenamente seu papel. Faltou a vontade de dar sequência ao processo de regularização e à implementação de políticas de fomento. A ausência de investimentos atrasou a consolidação desse modelo.

Mas ainda é tempo de retomar o caminho certo – o caminho da legalidade, da ciência, da sustentabilidade e da justiça social. Hoje, com o avanço da ciência e da tecnologia, sabemos: é possível produzir em parceria com o meio ambiente. Essa nova visão não exclui o agro, ela o fortalece, afinal, o agronegócio responsável depende da água, do clima e da biodiversidade preservados.

A floresta deixou de ser um obstáculo. Ela é a nossa maior aliada. É fonte de remédios, cosméticos, alimentos, energia e inovação. A bioeconomia é a nova fronteira do desenvolvimento e Rondônia pode ser protagonista dessa transformação. Produtos de alto valor agregado que unem ciência, tecnologia e sustentabilidade, é disto que se trata o futuro: produzir sem destruir, gerar riqueza sem esgotar, crescer sem perder. Por isso, é preciso dizer, com todas as letras, que mexer no zoneamento é mexer na estabilidade



econômica e ambiental do Estado de Rondônia, é abrir brechas para o desmatamento ilegal, o conflito fundiário permanente e o retrocesso. Sr. Presidente, Rondônia está diante de uma nova fronteira, não mais de expansão sobre a floresta, mas de expansão do conhecimento, da tecnologia e da consciência ambiental. Precisamos transformar nossas riquezas naturais em inteligência econômica, agregar valor ao que a natureza nos oferece e abrir espaço para a ciência, para a juventude, para o empreendedorismo verde. O desenvolvimento que buscamos é aquele que não destrói para crescer, mas que cresce porque preserva. E esta é a grande lição que Rondônia pode oferecer ao Brasil: provar que é possível reproduzir, inovar, prosperar em parceria com o meio ambiente, sem deixar ninguém para trás.

Com fé na nossa gente, com respeito à nossa terra, com a visão de futuro, seguiremos firmes na construção de um estado sustentável, inclusivo e equilibrado, onde o campo e a floresta caminham juntos, lado a lado, como aliados do mesmo propósito: o bem de Rondônia e o bem do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Confúcio, peço a V. Exa. se poderia ficar aqui durante o meu pronunciamento.

(O Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar aqui registrando também o evento acontecido hoje, com a entrega da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, registrar aqui com satisfação que o Estado de Pernambuco foi contemplado com essa comenda, recebida aqui pela Governadora Raquel Lyra, a quem quero parabenizar. Destaco que o Estado de Pernambuco obteve a pontuação máxima no tema equidade, com redução expressiva das desigualdades educacionais. No eixo da formação continuada, a nota foi integral pelo fato da adesão das redes municipais aos programas de capacitação. Em relação ao engajamento, destacou-se pela implementação de políticas de colaboração e pelo alcance de uma taxa de escolarização líquida de 91,2%.

A alfabetização das crianças na idade certa é uma preocupação central do Governo do Presidente Lula, e essa parceria com os governos estaduais é extremamente importante. Parabéns ao Presidente Lula, parabéns à Governadora Raquel Lyra.

Mas, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o relatório Ipsos sobre serviços de saúde, de 2025, recentemente divulgado, trouxe dados extraordinários e muito animadores sobre o Sistema Único de Saúde. Enquanto, em todo o mundo, as pessoas estão pessimistas com os serviços de saúde, o Brasil vai na contramão: aqui, a população é a mais otimista de 30 países pesquisados e vê melhora na qualidade de saúde oferecida na rede pública.

Em sete anos, mesmo com o desastre dos Governos Temer e Bolsonaro, que quiseram destruir o SUS, o Brasil teve variação positiva de 15 pontos percentuais na avaliação sobre qualidade de saúde, passando de 18%, em 2018, chegando hoje a 34% da população que consideram “boa” ou “muito boa” a qualidade dos serviços prestados pelo SUS.

É preciso sublinhar que a melhora da avaliação aconteceu também durante o período da pandemia da covid-19, quando o então Presidente da República desqualificou as vacinas, desestimulou o isolamento social, expôs as pessoas aos vírus, recriminou o uso de máscaras, promoveu medicamentos ineficazes, patrocinou experimentos nazistas e foi diretamente responsável por expressiva parte das mais de 700 mil



mortes acontecidas. Ainda assim, as pessoas reiteraram sua fé no SUS, nos profissionais de saúde que estavam ali na linha de frente durante um período tão dramático e que, hoje, são capazes de colocar o Brasil na liderança de percepção de melhoria na qualidade dos serviços.

Os dados nos dão alegria, orgulho e senso de responsabilidade: alegria porque o SUS é o maior programa de inclusão social do mundo, criação brasileira, construído com o suor, o talento e o compromisso de milhões de trabalhadoras e trabalhadores da saúde; orgulho porque essa resposta da população é a prova de que os brasileiros enxergam os problemas que o SUS tem, mas, nem por isso, deixam de confiar nele, de apostar nele, de fazer justiça à melhoria da qualidade dos seus serviços, nos quais o Governo do Presidente Lula tem investido tanto; e daí vem a responsabilidade porque sabemos que, mesmo diante dos avanços, ainda há muito a proteger, a corrigir e a fortalecer.

A sétima edição do Ipsos Health Service Report 2025 comparou a percepção dos cidadãos de 30 países sobre seus sistemas de saúde e, como disse, constatou que enquanto, em vários países, cresce o desencanto, aqui, cresce o reconhecimento. Esses 15 pontos percentuais de avanço em sete anos significam, em termos práticos, que milhões de brasileiros passaram a ver na rede pública um serviço melhor, mais eficiente e mais digno.

É, portanto, um retrato de confiança, um sinal de maturidade social e de esperança, esperança ancorada num sistema que resistiu às crises e salvou vidas, mesmo quando tudo parecia ruir.

O SUS é uma conquista civilizatória inscrita na Constituição de 1988, no Capítulo Dos Direitos Sociais, e nascida do clamor das ruas, dos sanitaristas, dos profissionais de saúde e da sociedade civil organizada. Foi o SUS que concretizou o princípio de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, e não privilégio de quem pode pagar.

Desde então, este país construiu a mais abrangente rede pública de atenção à saúde do planeta, mais de 150 mil equipes de atenção básica, 5 mil hospitais conveniados ou próprios, 26 mil unidades básicas de saúde, mais de 4 milhões de internações mensais e um sistema de vacinação que é modelo mundial e motivo de orgulho para todos nós; tudo isso, gratuito, universal e integral; tudo isso, sustentado por uma ideia de solidariedade, que, no fundo, traduz o melhor da identidade brasileira.

Fui Ministro da Saúde do primeiro Governo do Presidente Lula, iniciado em 2003. Foi uma tarefa desafiadora, que exercei com muito orgulho e muita alegria, e que me deu a oportunidade de, com apoio irrestrito do Presidente, reforçar o SUS e criar programas fundamentais que, até hoje, servem tanto aos brasileiros como o Samu 192, o Brasil Sorridente, o Academia da Saúde e o Farmácia Popular, que foi recentemente ampliado pelo Presidente Lula e, hoje, oferece mais de 40 medicamentos gratuitos.

O Samu, por exemplo, foi apontado por uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais como o serviço mais querido pela população brasileira, um reconhecimento a uma política pública que tantas vidas tem salvado ao longo destes mais de 20 anos de existência.

Esse relatório da Ipsos mostrou ainda que a parcela da população que acredita que todos no país recebem o mesmo padrão de atendimento subiu de 18% para 29%. Isso significa que, pouco a pouco, a percepção de desigualdade dentro do sistema vem diminuindo. É claro que o caminho ainda é longo, mas quando o povo, que usa o sistema todos os dias, diz que o SUS está melhor, é porque sente na pele a diferença, e não há pesquisa mais honesta do que a experiência concreta do cidadão.

O período da pandemia da covid-19 foi emblemático. Foi o SUS que segurou o país naquele momento terrível, foi o SUS que montou a maior operação de vacinação da história do Brasil, mais de 500 milhões de vacinas aplicadas, de doses de vacinas aplicadas. Depois que a CPI da covid, montada aqui neste Senado, obrigou o Governo Bolsonaro a adquirir imunizantes para salvar vidas de milhões de pessoas – outras tantas perdemos pela inércia criminosa do ex-Presidente.

Foi o SUS que garantiu leitos, UTIs, respiradores, exames e vigilância epidemiológica em tempo



recordé. Foi o SUS que formou uma frente de trabalho com médicos, enfermeiros, agentes comunitários e pesquisadores, enfrentando o vírus e enfrentando o negacionismo. Quando o medo e a desinformação tomavam conta do mundo, o Brasil se manteve de pé por causa do SUS, e é essa memória viva, é essa presença no cotidiano das famílias, que hoje se transforma em confiança.

Outro dado mostra que 70% dos brasileiros que defendem a vacinação obrigatória contra doenças infecciosas graves é nove pontos percentuais acima da média global. Isso após uma sistemática campanha de desacreditação dos imunizantes, perpetrada por Bolsonaro e seus asseclas, que levou o Programa Nacional de Imunizações, um patrimônio de 50 anos, a amargar os piores índices da história. Isso mostra que o povo brasileiro confia na ciência, confia nos profissionais de saúde e reconhece o papel histórico do SUS nas campanhas de vacinação nacional, com uma extraordinária capacidade de mobilização.

O Programa Nacional de Imunizações é responsável pela erradicação da poliomielite, pelo controle do sarampo, pela cobertura universal de vacinas infantis e, agora, pela incorporação de novas vacinas no calendário. Enquanto em alguns países cresce a desinformação e o obscurantismo, aqui se fortalece a cultura da prevenção. Mais do que dado técnico, é uma vitória civilizatória com a marca do SUS.

Mas não podemos nos acomodar. A pesquisa também revela o que o povo sente na prática: 43% entendem que as filas continuam longas; e a falta de investimentos é perseguida como o segundo maior problema – 39% afirmam isso.

Esses números apontam para a urgência de recompor o financiamento do SUS, de garantir previsibilidade orçamentária e de assegurar que o dinheiro chegue à ponta, à unidade de saúde do bairro, ao posto do interior, à farmácia popular da comunidade. Não se faz saúde pública sem investimento contínuo. Não se sustenta um sistema universal com recursos eventuais.

E que bom que temos, à frente do Brasil, um Governo como o do Presidente Lula, que é absolutamente comprometido com o fortalecimento do SUS, compromissado com a sua permanente melhora, porque são muitos e complexos os desafios.

O relatório mostra, por exemplo, que a saúde mental tornou-se a principal preocupação de saúde dos brasileiros. Hoje, 52% da população considera o sofrimento psíquico o maior problema de saúde do país, contra apenas 18% que assim o viam em 2018. O salto é impressionante e reflete tanto as consequências da pandemia quanto o impacto da vida moderna – o desemprego, a precarização, as redes sociais, a solidão, o estresse constante. Entre as mulheres, essa preocupação chega a 60%. Entre os jovens da geração Z, também 60%.

Estamos diante de uma epidemia silenciosa que exige respostas públicas, empáticas e estruturadas. E é aqui que, mais uma vez, o SUS se mostra essencial, com os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), com as equipes multiprofissionais de saúde mental, com o cuidado comunitário que substitui o isolamento e o manicômio. Defender o SUS é defender a saúde mental como direito humano.

Segundo a pesquisa, 41% dos brasileiros acreditam que o sistema de saúde trata bem seus cidadãos, contra 20% que assim se posicionaram em 2018 – dobrou. Isso é confiança, e confiança é um ativo precioso. Confiança não se impõe por decreto; ela se constrói com resultados, com acolhimento, com respeito. E ela é o melhor indicador de que o SUS, apesar de suas feridas, está vivo e se reinventando.

Então, fico extremamente feliz com esses resultados expressivos que traz esse relatório Ipsos e entendo que aqui, dentro do Congresso Nacional, precisamos seguir protegendo o SUS de qualquer tentativa de desmonte, garantir-lhe orçamento adequado e planejar seu futuro com ousadia.

Precisamos investir em tecnologia, digitalização e integração de dados, ampliar o acesso à atenção primária, fortalecer a saúde indígena, consolidar o Complexo Industrial da Saúde e estimular a produção de vacinas, equipamentos e medicamentos.

Precisamos também valorizar os profissionais que carregam o SUS nos ombros, porque são eles



que asseguram um serviço de excelência – médicos, enfermeiros, técnicos, agentes comunitários, gestores, pesquisadores, todos os que diariamente transformam a teoria da universalidade em prática sólida.

O Brasil é mais do que um sistema de saúde, é um espelho do país que queremos ser – o SUS é isto, mais do que um sistema de saúde. Em cada posto de saúde, em cada vacinação, em cada parto assistido, há um pacto silencioso entre Estado e cidadão, um pacto que reafirma a dignidade humana. Quando uma mãe é atendida de graça no interior de Pernambuco, quando um idoso recebe um medicamento de alto custo sem pagar um centavo, quando uma criança com deficiência tem acesso à reabilitação, quando uma vacina chega a uma aldeia ribeirinha no interior do Amazonas, isso é o Brasil dando certo. Isso é o SUS em ação.

Enquanto o mundo se desespera, o Brasil acredita. Enquanto em países ricos cresce o ceticismo, aqui cresce o reconhecimento.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Enquanto muitos desmontam seu sistema público, o Brasil mostra que a solidariedade funciona. O SUS é uma lição para o planeta, e precisamos ter orgulho disso, tratá-lo não como problema, mas como solução, uma solução que precisa ser fortalecida, não privatizada; financiada, não contingenciada; modernizada, não substituída.

Fortalecer o SUS não é apenas uma questão de justiça social, é também uma política de desenvolvimento econômico e tecnológico. O Complexo Industrial da Saúde, por exemplo, movimenta mais de 10% do PIB brasileiro e emprega milhões de pessoas. Investir no SUS é investir em ciência, inovação, soberania e empregos.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Peço a V. Exa. um minuto a mais.

A pandemia mostrou o quanto dependemos de insumos importados, razão pela qual precisamos dominar a cadeia produtiva da saúde, da vacina ao *software* hospitalar. O SUS é a base para isso, é a prova de que o Estado pode ser presença e não ausência, pode ser cuidado e não descaso.

Não é à toa que o mundo olha para o SUS com respeito. A Organização Mundial da Saúde já o classificou como uma das políticas públicas mais abrangentes do planeta. E o Relatório Ipsos 2025 confirma: o Brasil é um dos poucos países onde a confiança na saúde pública aumentou. Enquanto o individualismo e a privatização corroem a confiança em outros lugares, o Brasil mantém acesa a chama do bem comum. Esse é um ativo político, moral e cultural que não podemos perder. O SUS pertence ao povo brasileiro e cada cidadão é também guardião desse patrimônio. Defendê-lo é defender a vida, a democracia e o nosso próprio projeto de nação.

Quero concluir aqui, chamando a atenção do trabalho importante que está sendo feito pelo Ministério da Saúde neste momento, especialmente na implementação que tem sido feita, com todo o cuidado, em todos os detalhes, pelo Ministro Alexandre Padilha, daquela que é a política que, sem dúvida, vai revolucionar ainda mais o SUS, com o fim de todos os gargalos que existem...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... tanto na área emergencial, quanto no atendimento especializado, que é o programa Agora Tem Especialistas, que é o programa para enfrentar o problema das especialidades no Brasil. Eu tenho convicção, Sr. Presidente, de que, com a implementação desse programa, nós teremos não apenas o maior plano, o maior sistema de



saúde pública do mundo, mas com certeza teremos também o melhor deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe por ultrapassar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Marcio Bittar, PL, do Estado do Acre.

E passo a Presidência para o Senador Humberto Costa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discursar.) – Senadores, Senadoras, mais uma vez, Brasil e Amazônia, para aqueles que estão nos assistindo nas galerias e pela TV Senado, mais uma vez, nós verificamos uma campanha patrocinada pela *Folha de S.Paulo*, feita pela *Folha de S.Paulo*, mas comandada, paga por uma ONG chamada Rainforest Investigations Network. Aí você vai ver, meu querido amigo Girão e nosso vizinho de estado, Rondônia, Marcos Rogério, de onde é essa entidade? Aí alguém pensa assim: “Deve ser uma entidade sem fins lucrativos, uma ONG”. Não, não é! Ela é mais uma ONG financiada pela Noruega, um país que vive da exploração de petróleo e gás, mas que se acha no direito de interferir na Amazônia brasileira.

E a matéria – isso daqui serão várias matérias –, a primeira delas, mostra a devastação na Amazônia. É interessante, porque o bioma amazônico tem 86% preservado. Portanto, não sei onde que essa ONG está vendo devastação. Devastação, talvez, ocorra na Noruega, que, como eu acabei de dizer, é um país milionário, mas que vive da exploração de petróleo e gás. E, aliás, diga-se de passagem, a Noruega é o primeiro país do mundo a autorizar a prospecção de minério no fundo do oceano. Então, essa entidade, financiada pela Noruega, faz uma parceria com a *Folha de S.Paulo*, a esquerda *Folha de S.Paulo*, para mostrar os danos ambientais na Amazônia. Pior que não é na Europa, pior que não é na China, que joga um terço do CO₂ no planeta, não é nos Estados Unidos, que estão em segundo lugar, não é na Europa Ocidental, que está em terceiro lugar. Não! É o Brasil, que é um dos países que menos joga CO₂ no planeta.

E aí o que eles mostram? Lá no Acre, tentou-se fazer uma estrada ligando Porto Walter, que é um dos quatro municípios isolados do meu estado, que fica na beira do Rio Juruá... O Prefeito Zezinho Barbary – à época Prefeito, hoje Deputado Federal –, vendo o sofrimento dos moradores de Porto Walter, fez um ramal ligando Porto Walter a Cruzeiro do Sul. Há poucos dias, a mercadoria para chegar a Porto Walter ou Thaumaturgo, que fica mais acima, levava dias de viagem. Eu estive em um dos... Em todos eles! Eu fui a Porto Walter, Thaumaturgo, Santa Rosa, Jordão... Tem lugares naquela região em que uma botija de gás custa R\$300, em que a gasolina custa R\$13 – na beira do rio; se for lá para dentro, são R\$15. Já disse aqui, mas tenho que repetir, porque eles ficam nessa ladainha o tempo inteiro. Nessa região, onde o ex-Prefeito Zezinho Barbary fez esse ramal, 1kg de arroz chega a R\$10; o de feijão chega a R\$18. Mas o isolamento, que causa problema gravíssimo na saúde... Alguém que está nos assistindo faz ideia de como é que se leva a saúde pública a município isolado da Amazônia, que não tem estrada, em que o rio seca?! Alguém que está me assistindo faz ideia de como é que se levam educação pública, merenda, professor?! As crianças andam horas e horas, às vezes mais de meio dia, a pé, no meio da Floresta Amazônica, para chegar ao posto de saúde, para chegar a uma escola! Em um município como Thaumaturgo, em que o aeroporto fica de um lado do rio, e o centro da cidade fica do outro lado, tem um barranco terrível, não tem uma passarela! Pessoas acometidas de graves doenças têm que sair de Thaumaturgo para Cruzeiro do Sul ou Rio Branco e enfrentar um barranco de rio onde já caíram e até morreram pessoas!

Isso para a *Folha de S.Paulo*, vendida para o capital externo, que não interessa nada ao Brasil, não interessa, mas, enquanto eu tiver voz aqui, eu vou continuar, meu vizinho, denunciando essa intromissão vergonhosa! Eu já disse várias vezes: quando o assunto é Amazônia, eu tenho vergonha de ser brasileiro, porque nem em Cuba, uma ditadura há mais de 70 anos, ninguém conseguiu interferir; na Venezuela, uma ditadura, uma narcoditadura, continuam mandando. Agora, no Brasil, particularmente, todo mundo



manda, menos o nosso país!

E aí uma ONG – sempre assim: uma ONG – bancada com recursos da Noruega, que banca o Fundo Amazônia também, está fazendo uma série de matérias. E aí, claro, qual é o efeito disso aqui? O efeito disso aqui é que essa mídia paga divulga que uma estrada na Amazônia pode afetar a floresta. E sempre o ser humano está fora da conta. E aí, como consequência, aumentam as nossas dificuldades no Acre e na Amazônia para fazer uma estrada, para fazer uma ponte, para utilizar recursos naturais, o que nos mantém na miséria.

Enquanto isso – e aí ninguém está preocupado com o que eu vou dizer aqui agora –, 40% da população da Amazônia têm insegurança alimentar, mas isso não preocupa essa turma – isso não preocupa. Das dez cidades mais violentas do Brasil, um bocado delas está na Bahia, governada há vinte e tantos anos pelo PT, e outro tanto está na Amazônia, onde hoje o narcotráfico em várias cidades emprega mais pessoas do que a própria prefeitura. Aliás, isto ninguém quer saber: que é a região mais pobre do Brasil, que não tem água, que não tem esgoto. Isso não interessa para Noruega, para essa ONG. Aliás, eu dizia ali para o nosso querido Girão que o único estado do Norte do Brasil que tem mais carteira assinada do que Bolsa Família é Rondônia. E eu dizia ao colega que nos antecedeu, que foi Deputado Federal – nós fomos Deputados juntos –, governou Rondônia... Agora há pouco, nos falava aqui o ex-Governador de Rondônia, meu Deus do céu... Perdão, Senador Confúcio, com quem fui Deputado Federal lá atrás. E uma vez ele dizia aqui, colega Marcos, dos efeitos econômicos do Estado de Rondônia, ligando isso à criação de reserva estadual. Eu peguei a palavra, isso em 2019, eu pedi a ele um aparte, ele me concedeu, com toda a educação, e disse a ele que Rondônia tinha dados econômicos positivos com relação ao resto do Norte do Brasil, mas não é porque tinha criado mais reservas estaduais, florestas estaduais, não, é porque Rondônia abriu quase um terço do seu território, é rica na produção de grãos, na produção de peixe, a iniciativa privada fez um porto em Porto Velho. Aliás, na BR-364, a pujança da economia de Rondônia é tão grande que o setor privado quer pegar a BR-364 em qual trecho? No meu estado? Não. No meu estado, ela não quer pegar, porque não tem renda, mas quer pegar no Estado de Rondônia. Então, o único estado do Norte do Brasil que tem mais carteira assinada é Rondônia, porque abriu o agronegócio. Enquanto isso, essas entidades internacionais querem que nós, o resto da Amazônia, nos mantenhamos na miséria.

Portanto, eu quero aqui me solidarizar com o Deputado Federal Zezinho Barbary, com quem eu nem tenho essas relações todas, mas ele aparece na matéria, e eu quero dizer ao Brasil que ele tentou tirar o município dele do isolamento, o isolamento que prejudica a saúde das pessoas, o isolamento que prejudica a educação das pessoas, o isolamento que mata, o isolamento que faz a mercadoria chegar a um preço absurdo, mas isso não interessa à Noruega, não interessa à *Folha de S.Paulo*, não interessa àqueles que tomaram a soberania da Amazônia, que hoje não pertence mais ao Brasil.

O outro tópico: a ditadura na Venezuela – a ditadura na Venezuela –, o silêncio de Lula e a farsa da narrativa democrática.

Sr. Presidente, colegas, a María Corina Machado, que havia disputado a eleição, tentou disputar a eleição, foi cassada. Parecido com o Brasil, porque o que não querem com o Presidente Bolsonaro é porque ele é um estorvo ao sistema.

Agora, na CPMI, a gente vê mais uma vez como ele está pagando claramente, porque se colocou contra o sistema, se colocou contra a corrupção nas empresas estatais, tanto que não teve nenhum escândalo no Governo dele; ao contrário, as empresas estatais passaram a dar lucro. No INSS, a história é a mesma. Foram quatro anos, e o Presidente segurando uma tampa de uma panela de pressão; ao tirar essa tampa, que foi a nossa... A nossa não, tiraram a nossa eleição em 2022, e explodiu o esquema de corrupção, que é o mesmo. Então, aquele que se colocou contra o sistema está preso. O objetivo? Tirar do páreo eleitoral, assim como fizeram com a María Corina Machado, que, mesmo assim, coordenou a campanha de



outro candidato, e o mundo inteiro sabe que esse candidato ganhou as eleições na Venezuela, e a ditadura venezuelana, que domina completamente – aqui está quase, mas lá está 100% –, acabou anulando todas as provas, passando por cima de todas as provas. Pois bem: agora, ela é agraciada – com razão, com merecimento – com o Nobel da Paz. Ela foi agraciada com o Nobel da Paz. Que vergonha, não é? O Governo brasileiro, que se diz democrático – e que não é, porque falar que a esquerda é democrática é uma contradição total –, não faz uma nota.

Onde é que estão os movimentos feministas, ligados à esquerda, que não emitem uma nota, que não dão um cumprimento a essa mulher, que é perseguida? E agora, através do Prêmio Nobel da Paz, que ela mereceu ganhar, o mundo inteiro está sabendo da ditadura que ela enfrenta, essa ditadura que é amiga do Presidente Lula, do PT e dos seus asseclas? O silêncio cúmplice de feministas ligadas ao Governo, como a gente diz, é ensurdecedor. A amizade explícita de Lula e aliados ao regime ditatorial venezuelano os faz ficarem calados, como estão calados agora.

E, aí, um outro tópico: alguém se lembra de um sujeito candidato pela quinta – pela quinta, não; pela sétima, oitava – vez, mas candidato recente nas eleições, dizer que iria resolver o problema da guerra na Ucrânia tomando cerveja? O atual Presidente disse isso, não foi? E ainda emendou: que, se uma cerveja não fosse suficiente, na segunda ou na terceira ele ressolveria. Ele é um falastrão. Não resolveu nada e, ao contrário, se aliou ao eixo dos países do mal, inclusive aqueles que invadiram a Ucrânia.

Agora, Donald Trump, o Presidente norte-americano, é saudado na única democracia no Oriente Médio, e eu acho sempre interessante quando a gente fala disso. É uma contradição. A esquerda é uma doença mental mesmo, não é? É interessante, rapaz... Eles dizem que defendem a turma do LGBTQIA+, mas vá fazer passeata LGBTQIA+ no Irã, para ver se aceita; vá criticar o Alcorão no Irã, ver se eles aceitam... Serão mortos, se tentarem fazer isso.

Qual é o único lugar, no Oriente Médio, em que as pessoas têm o direito de manifestar a sua opção política, religiosa, sexual? É em Israel. E, aí, aqueles que namoram, que têm simpatia escancarada com o Hamas, acabaram de perder uma oportunidade de se recompor com o que há de melhor no mundo.

Donald Trump mostra que o que era necessário para sufocar o Hamas, para trabalhar contra esse grupo terrorista, é peso, é força, é decisão, não é discurso de meio termo ou de cumplicidade com o Hamas.

Então, aquele que dizia que ressolveria o problema das guerras, notadamente da Ucrânia, tomando cerveja – o Lula! –, fez opção, na verdade, pela Palestina e por encobrir o que o grupo Hamas fazia e faz como um grupo terrorista.

Portanto, está pacificada aquela região, houve o anúncio da pacificação, e tem, mais do que qualquer outro ator, o Donald Trump como ator fundamental e principal. Por isso foi aplaudido de pé no Parlamento de Israel. E, agora, claro que, com certeza, com esse fôlego, ganhou mais força ainda para, agora sim, atuar e fazer chegar a paz na guerra contra a Ucrânia. Pois bem, Sr. Presidente, eu disse ao nosso querido amigo Girão, e quero terminar, Marcos, agradecendo mais uma vez ao Girão: Senador Girão é um colega acima da média; eu agradeço muito. Hoje eu vou, daqui a pouco, fazer parte de novo da CPMI. Do jeito que a esquerda é bem disciplinada, eu também procuro ser. Então, qual é o papel que a esquerda estabeleceu, depois de várias reuniões? Como fez no seu politburo, como ensinou Lenin, disciplinadamente – criou um partido de esquerda que é um exército, tem hierarquia, tem disciplina –, então eles disciplinadamente tomaram uma decisão: “Vamos para a CPMI tentar, a todo custo, dizer que o culpado é o Bolsonaro”. Na verdade, Girão, eles sabem, Marcos, que não vão conseguir tirar 100% do Presidente Lula, do Governo do Lula, deles, para passar para o Bolsonaro, mas, na cabeça doente da esquerda, eles pensam o seguinte: se embaralharem 10% a 15% da opinião pública, para eles já é uma vitória, já que não conseguiram evitar a CPMI, ela foi criada, e depois queriam controlar e também não conseguiram. Em segundo lugar, eles



tentam dizer que essa CPMI, esse escândalo do roubo dos mais vulneráveis dos vulneráveis do Brasil, dos aposentados do INSS, seria um caso à parte. E o meu papel, disciplinadamente – não sei se vou ter essa competência, mas é o meu papel, disciplinadamente –, com outros colegas, é mostrar, Presidente Marcos, que não, isso não é um roubo isolado, isso é o modelo da esquerda de chegar ao poder e de se perpetuar no poder. Daqui a pouco, na CPMI, eu vou mostrar um vídeo que identifica exatamente o que queriam com o mensalão: se perpetuar no poder, corromper Parlamentares com uma verba mensal, corromper os partidos políticos aliados. Com qual objetivo? Manter-se no poder, aprovar a sua agenda.

Depois veio o quê? Veio o petróleo, lotaram entre os seus aliados, entre os membros do seu partido... Aliás, tudo que é Presidente do PT, tesoureiro do PT, se eu não me engano, todos naquela época foram condenados, mas já estão todos soltos, né? Quem está preso é o Bolsonaro, que não tirou isso aqui de ninguém e está preso. Pois bem, o que era o petróleo? Também uma outra forma de o mesmo grupo da esquerda, através da locupletação dos espaços federais, das estatais, se locupletar para manter o projeto de poder. É lá que o Palocci diz que, entre outros depósitos, tinha R\$300 milhões para o Lula, para as próximas, para os futuros outros pleitos eleitorais. Perpetuação no poder.

Portanto, o que é o assalto aos idosos do INSS? É mais do mesmo. É a esquerda, que, em nome do seu projeto, em nome da sua teoria, em nome da sua ideologia, dessa utopia, não mede consequências. Tudo no meio do caminho vale a pena, inclusive saquear os idosos do INSS.

E aí eu termino, dizendo uma coisa que o nosso querido Rogerio Marinho mencionava. Para mim é um contra-argumento fatal, fulminante, quando tentam dizer que foi o Bolsonaro. Isso é interessante. Quer dizer que o Bolsonaro iria criar um esquema para beneficiar entidades, todas elas ligadas à esquerda, ligadas à CUT, ligadas à Força Sindical, ligadas ao irmão do Presidente Lula? Só na cabeça de quem é doente.

Portanto...

Pois não.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se o senhor me permite, Senador Marcio Bittar...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Claro, com prazer.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Em primeiro lugar, quero lhe dizer que o senhor é um Parlamentar que eu admiro muito aqui...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e tem feito um trabalho muito coerente desde o início do mandato, firme na defesa de valores, de princípios, e está fazendo golaço por cima de golaço na CPMI. É muito importante um Senador preparado como o senhor, que conhece bem a história.

A gente gravou um vídeo há pouco tempo ali, porque fazemos, Senador Marcos Rogério, uma titularidade compartilhada, que é algo inédito aqui. Um dia vai ele, outro dia vou eu à CPMI.

Eles têm método, não é? A esquerda tem método. Essa turma do PT tem método, e, para eles, os fins justificam os meios.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Total.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acho que isto resume a filosofia deles, não interessa: o poder passa por cima de tudo e vai.

Desta tribuna em que o senhor está, o ex-Senador, eterno Senador José Medeiros fez um pronunciamento que exibiu na CPMI de quinta-feira, e eu estava lá, mostrando a relação... Rapaz, era um negócio desse tamanho...



(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... dos presidentes de PT presos, dos diretores de entidades presas – do PT, do Governo do PT –, de ministros presos, de líder de Governo preso, de Senador preso durante a gestão deles. Então, quer dizer... Esse vídeo é muito interessante. Eu não me lembra desse vídeo. Ele colocou na CPMI.

Então é muito estranho essa turma acusar alguém e dizer que está querendo buscar a verdade. Você viu, você ouviu, como eu ouvi várias vezes. E eles repetem – não é? –, dizendo o seguinte: nós temos que buscar os culpados por isso e tal. Como eles querem buscar os culpados se eles votam contra a convocação de peças-chaves dentro dessa CPMI? Três vezes já o fizeram, em três semanas consecutivas, com pessoas que foram sócios do tal do Careca do INSS...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pessoas daqui inclusive, assessores do Senado Federal que receberam dinheiro de uma empresa investigada. Eles votaram contra. Votaram contra o senhor lá de São Paulo, o Edson Claro também, outra peça fundamental. Então, assim, é muito estranho.

E o que o senhor colocou – e eu quero parabenizá-lo – com relação ao que nós estamos vendo da soberania da Amazônia... O senhor é craque nisso aí, porque conhece, denuncia, participou de uma CPI com o Senador Plínio Valério que foi brilhante, o senhor foi o Relator...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu fui o Relator.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu digo para o senhor o seguinte: dos dez municípios mais violentos do Brasil, o senhor falou da Bahia, dos dez municípios mais violentos do Brasil, segundo o Fórum de Segurança Pública, agora, sabe qual é o outro estado, infelizmente?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Ceará.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Ceará. Então, você tem cinco na Bahia, cinco no Ceará...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para concluir.

Estados administrados por quem?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Pelo PT, há década.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estados administrados pelo PT há década. Dos dez, os dez. Então, assim, é algo surreal o que a gente está vendo.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

E conte sempre com o seu amigo aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu é que agradeço.

Parabenizo o Presidente, meu querido amigo e vizinho, quem sabe futuro Governador do Estado de Rondônia? Pelo menos, a minha torcida você tem. Gostaria de vê-lo aqui de novo no Senado, mas acho que Rondônia precisa de você como Governador.

Para terminar, daqui a pouco eu vou abrir esse diálogo, essa exposição na CPMI, dizendo, amigo Girão, para a turma da esquerda, assim: calma, não vai doer muito, serão só dez minutos.

Um abraço!

Fiquem com Deus.



(Durante o discurso do Sr. Marcio Bittar, o Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente.)

(Durante o discurso do Sr. Marcio Bittar, o Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Rogério.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parabéns, Senador Marcio Bittar! – pelo pronunciamento que faz, trazendo diversos temas ao Plenário do Senado Federal, mas, como sempre, com uma voz muito imponente com relação aos temas da Amazônia brasileira, especialmente do Estado do Acre, que V. Exa. muito bem representa.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão, do Novo, do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Meu querido, meu amigo, meu irmão, Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia, eu quero, em primeiro lugar, dizer-lhe que eu fico com o coração apertado aqui de saber dessa possibilidade de o senhor não concorrer à eleição, porque o senhor é uma inspiração para mim, antes de eu sonhar entrar na política, pelas causas que o senhor defende, em defesa da vida, da família, da ética e da liberdade, mas eu sei que o senhor, como homem temente a Deus, está em oração, ama seu povo, e Deus vai mostrar o caminho. Se for o caminho para ser Governador daquele estado, tenho certeza de que o povo vai se alegrar também. E eu sei do seu compromisso com o Senado, e o candidato, ou a candidata, não sei, pelo qual o senhor vai se dedicar para trazer para as duas cadeiras aqui – os candidatos, se Deus quiser –, confio muito na sua intuição, espero que tenham as mesmas bandeiras de que a gente precisa, as que o senhor tem defendido aqui.

Então, Sr. Presidente, eu quero, neste momento, saudar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, os funcionários desta Casa, assessores, brasileiras, brasileiros que nos acompanham neste momento, nesta tarde de segunda-feira, aqui no Senado Federal. Quero dizer fiquei muito feliz, numa expectativa, como se vivesse no Oriente Médio, torcendo pela paz. E é um momento histórico importantíssimo. Ninguém aguenta mais guerra, é uma ignorância completa, guerra em pleno século XXI. E, nessa liberação dos reféns que foi negociada por muita gente, os Estados Unidos foram fundamentais, a gente sabe disso, mas é um sopro, um alívio fundamental, neste momento, para a humanidade, que busca esperança, que busca a paz entre os povos.

Eu fico, também, ao mesmo tempo, muito preocupado de ver que os terroristas do Hamas, nessas últimas horas, espero que parem, estavam atacando locais para onde as pessoas começaram a voltar, e eles, de forma muito brutal – não sei se você viu essas imagens –, estavam executando em praça pública. Eu não vi, sinceramente, essa turma que defende o Hamas, que passa a mão na cabeça do Hamas, inclusive o PT, Parlamentares, grupos de universidades, se sensibilizarem com relação ao que está acontecendo, porque parece seletiva a questão da compaixão. Eu acho que o povo palestino, que nada tem com isso, com esses métodos brutais, nefastos do Hamas, está sofrendo também. Cadê aquelas pessoas que defendem para condenar o que o Hamas está fazendo? Então, é hora de todo mundo se juntar. Aí não é questão de direita, de esquerda, é uma questão de humanidade. Mostram uma hipocrisia muito grande – parece que é questão mesmo política – aqueles que se revoltam com Israel neste momento, que veem o Hamas maltratar o povo palestino e executar com essa retomada agora da liberação dos reféns... E me parece algo muito preocupante.

Mas, Sr. Presidente, nós temos reféns aqui no Brasil também. É muito importante esse movimento internacional que a gente vê. Oxalá que ocorra também lá na guerra do invasor, que é a Rússia em cima da Ucrânia! Que aconteça também a paz ali naquela região! Mas, aqui no Brasil, a gente tem reféns silenciosos de um tribunal político como é o Supremo Tribunal Federal hoje no Brasil. São até mais



políticos do que nós, que fomos eleitos por vocês, brasileiras e brasileiros, para sermos sua voz aqui. Lá se discute política, se fala de política, se tem lado na Corte Suprema desta nação, que mantém milhares de brasileiros reféns. Enquanto nós estamos aqui, são reféns de um processo completamente parcial, em que a vítima é que está julgando.

Essas pessoas, esses brasileiros do dia 8 de janeiro – a grande imensa maioria nada fez, nada quebrou aqui nos prédios públicos de Brasília – não tiveram a dupla jurisdição porque o STF tomou para si esse processo de vingança e de revanche. Essas pessoas não tiveram direito à ampla defesa e ao contraditório. Essas pessoas nem sequer tiveram, através dos seus advogados, acesso aos autos muitas vezes durante esse processo que não para em pé. Por isso, precisamos dar anistia ampla, geral e irrestrita imediatamente para essa gente que nunca teve passagem pela polícia e pela justiça; muito pelo contrário, são cidadãos de bem, que amam o seu país e que, num protesto que acabou descambando numa pequena parte para uma quebra... E eu não estou passando a mão em quem quebra, quem quebra tem que pagar de acordo com a lei, com a Constituição Federal do Brasil. Mas não é isso que nós estamos vendo nesse processo. Estamos vendo uma caçada implacável a quem critica esse regime Lula e alguns Ministros do STF, uma caçada implacável a quem é conservador, a quem é de direita. É só um lado que eles atacam e estão querendo silenciar.

A censura no Brasil já é algo que o mundo está percebendo, a violação dos direitos humanos... Mas a tortura é inaceitável, seja aqui, seja no Oriente Médio, seja na Europa, seja em qualquer lugar. E hoje nós temos brasileiros sendo torturados.

Eu vou falar sobre um caso aqui, porque, quando a gente pensa que já chegou ao fundo do poço das arbitrariedades e ilegalidades praticadas pelo regime ditatorial formado por Lula e alguns Ministros do STF, nós somos surpreendidos por mais um acontecimento de gravíssimas proporções.

Eu não pude usar a tribuna porque não houve sessão na última sexta-feira, mas eu já estava aqui com esse discurso preparado. Mas foi até bom, há males que vêm para o bem. Foi até bom porque, nesse final de semana, aconteceram revelações que vão aqui embasar mais ainda esta minha denúncia.

Um dos casos mais simbólicos de perseguição e desrespeito ao devido processo legal no Brasil é o do Filipe Martins, ex-Assessor para Assuntos Internacionais do Governo anterior, do Governo Bolsonaro. Ele cumpriu prisão preventiva por seis meses, a partir de fevereiro de 2024, acusado, prestem bem atenção, acusado dos crimes de golpe de Estado e organização criminosa pela abolição do Estado democrático de direito. Desde o início, sua defesa apresentou inúmeras, repito, inúmeras provas materiais e testemunhais de que ele não viajou, no dia 30 de dezembro de 2022, para os Estados Unidos, acompanhando a comitiva do ex-Presidente Bolsonaro, com o objetivo, abro aspas, “de participar de uma suposta minuta, elaboração de uma minuta do golpe”. Olha, o que vocês vão ver aqui hoje é uma tortura de um cidadão brasileiro muito preparado, que foi preso, está preso ainda em casa, mas está preso, por uma viagem que ele não fez, vou provar aqui, documento dos Estados Unidos, mostrando já para todo mundo, para todo o planeta, por uma reunião de que ele não participou – são os motivos por que ele está preso: uma viagem que não fez, uma reunião de que não participou, provado, assim como um documento que não existe e nunca existiu.

A defesa de Filipe Martins entrou com o processo no tribunal federal lá da Flórida, estado americano, com o objetivo de apurar o falso registro migratório que vinha servindo de base para a denúncia feita pela Polícia Federal brasileira, atendendo requisição do Ministro Alexandre de Moraes, sempre ele, tirando da toga, que ainda dá as cartas no Brasil, mas isso está acabando, o rei está nu. Depois de fazer uma revisão completa em todos os registros migratórios, o CBP (Customs of Border Protection) concluiu, em seu relatório final, que Filipe Martins não entrou nos Estados Unidos em dezembro de 2022. Vocês sabem que órgão é esse, americano, que eu li aqui agora, o CPB? É o equivalente à alfândega dos Estados Unidos, ao registro de entrada de imigração daquele país, documento oficial liberado na noite de sexta-feira.



Olha só, Sr. Presidente, no mesmo momento em que a tese central e bem documentada da defesa é comprovada pelo Governo norte-americano, olhe o que é que o Alexandre de Moraes faz. Parece brincadeira, mas não é, a turma perdeu o pudor. O Alexandre de Moraes cometia, naquele momento, mais uma escandalosa arbitrariedade, sabe qual? Simplesmente decidia destituir o advogado de defesa de Filipe, passando a responsabilidade para a Defensoria Pública. Hoje em dia, o cara não pode mais nem ter advogado, quem tem que dizer é o Alexandre de Moraes. Ele destituiu, algo que não acontecia há décadas e, segundo a legislação – e eu vou ler aqui –, isso é a excepcionalidade da excepcionalidade, que não se enquadra no caso do Filipe Martins. Era marcação que ele tinha com os advogados do Filipe Martins, que estavam mostrando a verdade, o tempo todo insistindo. Já estava constrangido o Ministro, e resolveu destituir os caras para ver se cala esses caras.

Mas, vamos lá, em virtude de algo tão absurdo que foi usado para destituir, ele acabou voltando atrás, no dia seguinte, revogando a decisão. Com isso, o advogado de defesa, o Sr. Jeffrey Chiquini, lá do Paraná, encaminhou ao Ministro as alegações finais do processo, compostas por 381 páginas. Sabe por quê? A história, só para vocês entenderem: as alegações finais do processo não tinham os documentos que a PGR juntou, ela não juntou os documentos nas fases em que deveria juntar – a PGR! Sim, a PGR, para onde vão mandar agora a recondução do Gonet, não juntou provas, que depois eles queriam colocar e enfiar goela abaixo. E o Jeffrey Chiquini, o grupo de advogados aqui que comanda a defesa do Filipe Martins, dizendo: “Mas não está, eu preciso de prazo para ver esses novos documentos que não deveriam nem ser incluídos pela legislação do Brasil, pelo ordenamento jurídico do nosso país”. Olhe só o absurdo! E aí o Alexandre de Moraes disse: “Não, perderam o prazo porque não fizeram a defesa”, mas tinha um recurso do advogado do Filipe Martins dizendo que, nas alegações finais, não se tinha, não se podia colocar pedindo prazo para analisar. Então, o negócio é escandaloso.

Graças a Deus a verdade sempre vence. Depois dessa confirmação da inocência de Filipe, só resta sua imediata libertação. Se neste país ainda resta alguma coisa de seriedade na Justiça, na Corte Suprema, as cautelares precisam ser revogadas imediatamente e o Filipe Martins precisa ser solto, com indenização paga pelo Estado, pela tortura a que esse rapaz inocente foi submetido. Tem que ser libertado, declarado inocente imediatamente. Isso porque, repito, ele continua em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica, impedido de se comunicar nas suas redes sociais, é claro.

Quando ele começar a mostrar para você, brasileiro, brasileira, o que aconteceu, aí é que você vai ficar totalmente indignado, porque com isso é para indignar o cidadão de bem do país. Então, é uma vergonha para o nosso Judiciário o que está acontecendo.

Sr. Presidente, cabe também uma reparação em relação ao Deputado Federal Marcel van Hattem, do Rio Grande do Sul, que, por ter tido a coragem de denunciar da tribuna da Câmara dos Deputados a utilização de informações falsas por um delegado da Polícia Federal brasileira, também está sendo perseguido pelo STF, foi indiciado pela Polícia Federal, essa Corte eminentemente politizeira do Brasil.

Não podemos nos esquecer, Sr. Presidente, de todo o conjunto de arbitrariedades e ilegalidades praticadas pelo Ministro Moraes, que culminaram numa sanção internacional, global, pela Lei Magnitsky, como violador contumaz de direitos humanos.

Em audiência realizada no Senado, Eduardo Tagliaferro, assessor de Moraes, até pouco tempo atrás, do gabinete do TSE, comprovou a veracidade de gravíssimas acusações de práticas que chegaram até o ponto da fraude eleitoral, na verdade, processual com interesses eleitorais, interesses de beneficiar Lula em 2022 e prejudicar Bolsonaro, um desequilíbrio flagrante das eleições no Brasil, com censura.

E essa denúncia, inclusive, de que o Filipe Martins teria viajado é feita por um repórter cujo instituto recebeu dinheiro da Usaïd, milhares de dólares da Usaïd. Isso é ou não é interferência na soberania do nosso Brasil? Nessa hora, a turma que fala em soberania se cala; eles têm dois pesos e duas medidas. A



gente está vendendo isso nos quatro cantos do mundo, mas que fique clara, escancarada, a verdade para todo mundo, Sr. Presidente.

Eu digo para o senhor que essas fraudes processuais, confirmadas, inclusive em uma audiência na Comissão de Segurança Pública de que o senhor também participou, são algo que, em qualquer país democrático do mundo, levaria à anulação da grande maioria dos processos referentes ao 8 de janeiro, porque na fraude...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... se justificavam buscas, apreensões, com data retroativa para justificar uma arbitrariedade, com relatórios feitos, depois de ação de intimidação, de ação de censura, de ação de perseguição, sobre pessoas que eram conservadoras, de direita, que apoiavam o candidato que não era o candidato do regime.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar – se o senhor me der mais um minuto, eu prometo acabar –, o caso de Filipe Martins vem se somar a tantos outros casos simbólicos que demonstram a perseguição vingativa, como a do Clezão, que morreu sob a tutela do Estado, com pedido de prisão preventiva revogado, sendo pedido pela PGR, para que ele fosse para prisão domiciliar pelas comorbidades que ele tinha, mas o Ministro Moraes não aceitou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mais um minuto, eu prometo acabar.

O caso de Filipe Martins vem se somar a tantos outros casos simbólicos que demonstram a perseguição vingativa, como a do Clezão, que morreu sob a tutela do Estado, com pedido de prisão preventiva revogado, sendo pedido pela PGR, para que ele fosse para prisão domiciliar pelas comorbidades que ele tinha, mas o Ministro Moraes não aceitou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Senado, diante de tudo isso, ainda vai continuar omisso?

Essa é a pergunta que a cidadã, que o cidadão deste país faz. Só com a abertura do processo de *impeachment* de um Ministro do STF será possível o retorno à normalidade republicana, com a restauração do Estado democrático de direito.

Vão ser incluídas, reforçado como aditivo no superpedido de *impeachment* do Ministro Moraes, essas últimas atualizações gravíssimas do caso do Filipe Martins. O Deputado Marcel van Hattem, a sua equipe e a nossa estamos trabalhando neste sentido de outro aditivo.

Sr. Presidente, não sei se o senhor viu a informação que já me deixou muito preocupado. Aí é para a gente realmente não ter o que fazer aqui no Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque há clamor da população, pelo menos onde eu ando, de gente que acompanha a política, que não é nem de direita, nem conservador, mas acha uma humilhação o que está sendo feito nesta Casa com relação aos pedidos de *impeachment*, que são engavetados aqui, sucessivamente, há muitos anos, no Congresso Nacional.

Mas o senhor viu a manifestação da PGR, dizendo que só eles podem pedir *impeachment* de Ministro do Supremo? Estão armando uma arapuca, estão armando uma cama de gato, para que silencie um dever nosso aqui, uma previsão constitucional de que só Senadores da República, Sr. Presidente, têm o dever de



analisar e afastar Ministro do Supremo por eventuais abusos.

Acabei lhe prometendo um minuto, mas era o minuto final...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque este fato deixou, inclusive, muitos colegas nossos indignados nesse final de semana: esse parecer da PGR.

A relatoria está com o Ministro Gilmar Mendes, que é totalmente contra *impeachments*, não sei se é em causa própria. Eu tenho um pedido de *impeachment* em relação a ele sobre conflito de interesse e também atividade política.

Mas até isso eles vão decidir? Eles vão anular o Senado? É isso mesmo?

Eu sei que o Senado fez um parecer dizendo que não, que somos nós, claro, Advocacia-Geral do Senado, mas estão armando alguma coisa, Sr. Presidente.

E eu quero dizer aqui o que Santo Agostinho dizia: a esperança tem duas lindas filhas, a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não concordar com as coisas erradas, e a coragem nos leva a fazer as mudanças necessárias.

Que o Senado se levante!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que o Senado cumpra seu papel, que não deixe que o STF, que já pinta e borda aqui dentro, faz o que quer, venha dar o golpe de misericórdia para fechar esta Casa, tirando o único instrumento que nós não usamos aqui ainda, em 200 anos da Casa Revisora da República, que é uma análise de um pedido de *impeachment*. Isso é anular esta Casa, é desmoralizá-la de vez perante a opinião pública.

Que os Senadores, independentemente de que partido sejam, se deem valor, se deem respeito e não aceitem essa cama de gato que estão armando para que pedido de *impeachment* de Senado não seja mais analisado por aqui, mas seja pedido pela PGR. Se for com essa PGR de novo, nunca nós vamos ter, com esse regime, pedido dessa turma que eles querem que estejam no poder sempre.

Deus abençoe a nossa nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que faz, com temas que são sensíveis à vida nacional e que impactam também as posições políticas deste Parlamento do Senado Federal.

Agradeço a V. Exa. e peço que V. Exa. assuma a tribuna do Senado para que eu também possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Marcos Rogério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra, Senador Marcos Rogério, Senador pelo Estado de Rondônia, assumindo a tribuna aqui do Senado Federal.

Muito obrigado.

O senhor tem 20 minutos, com a tolerância aqui da Casa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é uma honra voltar à tribuna do Senado Federal para poder me dirigir ao povo brasileiro num momento em que nós estamos testemunhando fatos que são preocupantes – e V.



Exa., Senador Girão, trouxe aqui alguns desses fatos.

Já há muito tempo nós estamos denunciando desta tribuna do Senado Federal abusos, atropelos, desrespeito à Constituição Federal, e isso é muito ruim, isso fragiliza o Estado democrático de direito e fragiliza a própria democracia. Isso é muito nocivo ao país, à vida nacional!

Eu fico imaginando os estudantes de direito, que estão nas faculdades hoje, quando é ensinado sobre os valores constitucionais, sobre as diretrizes da Constituição Federal, sobre o que é o Estado de direito, o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório, ficam diante daquilo que é a narrativa, a retórica, o ensinamento em sala de aula dentro de um ambiente acadêmico e aquilo que assistem fora do ambiente acadêmico na vida real, aquilo que está acontecendo e envolvendo, lamentavelmente, a mais Alta Corte deste país.

Esse caso do Filipe Martins é um caso emblemático. Não bastasse a ação que culminou com a condenação do ex-Presidente Bolsonaro e de um conjunto de outros homens e mulheres, no que ficou conhecido nacionalmente como a trama do golpe, num processo viciado, num foro incompetente, com juízes com impedimento claro para julgar, não bastasse isso, nós temos uma pessoa que hoje está presa por uma acusação de um crime que não ocorreu – está presa por um crime que não foi cometido, por uma viagem que não fez, por uma reunião de que não participou, mas continua preso.

Agora mesmo, o ex-Presidente Bolsonaro está preso. E, nessa semana, teve uma decisão... A defesa pediu a liberação dele, porque ele foi acusado num inquérito que envolve o filho Eduardo, que estaria atuando nos Estados Unidos contra instituições brasileiras, contra o Estado brasileiro. Isso deu origem a um inquérito e, nesse inquérito, além do Eduardo e de outras pessoas, também foi acusado o Presidente Bolsonaro.

Eis que o Ministério Público, titular da ação penal, ao propor a abertura de ação penal pública e incondicionada, não denuncia o ex-Presidente Bolsonaro, porque não encontrou elementos, porque não encontrou evidências, porque o ambiente nem sequer permitia que ele tivesse qualquer ingerência sobre aquilo que vinha acontecendo – e seria muita pretensão imaginar o contrário. Então, não denuncia, deixa de denunciar.

Mas ele foi preso, ainda que domiciliarmente, em razão desse inquérito. Então, uma vez não restando elementos para a sua denúncia, a defesa achou que seria a coisa mais natural do mundo a sua libertação, a sua liberação da prisão. Então, ela peticiona ao Juiz relator que solte Bolsonaro, porque ele não foi denunciado, porque não se encontrou, naquele momento, crime que pudesse justificar a sua prisão e as medidas cautelares que foram arbitradas, impostas contra ele.

E, para surpresa de ninguém – eu não gostaria de dizer essa frase, mas para surpresa de ninguém, porque para esse magistrado não existe Constituição, não existe lei; lei é o que ele diz, Constituição é o que ele fala –, simplesmente decide, ao arrepio daquilo que está no curso do processo, e diz: “Não, ele deve ficar preso para garantir a possibilidade da aplicação da lei penal”, ou seja, ele está pressupondo que será condenado. E aí há uma dúvida aqui: ele está falando aqui desse processo, dessa ação, desse inquérito em que, na ação penal, ele não foi denunciado – ele está falando da possibilidade de condenação numa ação em que Bolsonaro não é sequer acusado –, ou ele está falando de um processo ou outro e ele está pegando carona nessa situação para garantir a aplicação da lei penal em um outro processo? Veja a jabuticaba a brasileira que nós estamos vendo no Brasil neste momento – veja!

Por isso eu digo: quando eu imagino o acadêmico de Direito, lá na ponta, sendo ensinado por um professor de IED, professor de Direito Penal, de Direito Processual Penal, sobre o que é o direito no Brasil, o devido processo legal, os institutos do contraditório e da ampla defesa, vendo tudo isso acontecendo no Brasil, ele deve ter um nó na cabeça: “Mas, afinal de contas, o que vale é o que está na Constituição, é o que está na lei, é aquilo que eu estou aprendendo no ambiente acadêmico ou o que vale é isso que eu estou



vendo hoje, que não tem nada a ver com o que se aprende em sala de aula?".

Nós vamos ter que revisitá-lo esse tempo em algum momento ou, então, nós não viveremos mais um Estado de direito no Brasil, o que é triste, porque, nem em períodos excepcionais, podem-se admitir medidas dessa natureza, que extrapolam, que desafiam a legalidade, que desafiam a Constituição Federal, mas estamos a testemunhar fatos dessa magnitude, dessa gravidade.

E esse caso do Filipe Martins me parece outra aberração, porque o acusam de ter feito uma viagem que ele não fez; acusam-no de ter participado de uma reunião de que ele não participou. O que me parece estar evidente é uma tentativa – e ali, a partir do momento em que ele é preso e passa, inclusive, por medidas de detenção em ambiente não apropriado, ele foi colocado em ambiente impróprio –, o que se buscou ali ou o que se busca nesse ambiente de prisão ilegal é uma delação forçada.

Agora, diferentemente de outro, e diferentemente do passado, delação ele não fez. Não fez porque não quis ou não fez porque não tinha o que delatar. Agora, o que está sendo delatado pelas evidências e pelos fatos é toda essa trama processual fraudada, é toda essa trama processual armada e que está a desnudar um processo judicial eivado de nulidades e contradições das mais repugnantes que se pode imaginar.

Agora, se isso acontece na instância em que acontece, no foro em que acontece, o que dizer de abusos que venham a acontecer lá na primeira instância? Porque, se na mais Alta Corte, que deveria dar o exemplo e que deveria ser o caminho para a contenção daqueles que ousam abusar do direito de julgar.... O Brasil está vivendo um ambiente perigoso. Se não fizer uma correção de rumos, nós iremos de mal a pior. Não estamos servindo de exemplo a ninguém.

Mas, Sr. Presidente, ao passo que fiz essas breves observações em relação à atual quadra vivida no Brasil, eu queria também trazer aqui um recorte que me preocupa muito em relação ao meu Estado de Rondônia, no tocante à segurança pública do meu estado. Rondônia vive um momento absolutamente preocupante, especialmente no tocante à segurança pública. O meu estado, que sempre se orgulhou de ser uma terra de gente trabalhadora, de gente de paz, uma terra pacífica, está vendo crescer a violência de forma alarmante.

E aquilo que era um problema apenas da nossa capital... E eu vi agora mais cedo aqui o Senador Marcio Bittar falando de crescimento da violência, V. Exa. também trazendo exemplos dos estados onde os maiores índices de violência existem, estados governados pelo PT – onde a esquerda governa, a violência é mais gritante.

E aí, o que eu tenho para dizer aqui é que no meu estado, embora o PT não esteja governando, nós estamos vendo crescer, nos últimos anos, de forma assustadora, a violência. E isso tem me preocupado muito, porque o que já era grave, ter um quadro de violência acima da média na minha capital, Porto Velho, agora, também no interior do meu Estado de Rondônia, a violência está crescendo, o crime organizado está ocupando espaço. E o que eu observo é que, à medida que o Estado deixa de ocupar o seu lugar de dever... Ou seja, existem situações em que o Estado deve estar presente. Ele deve estar presente não apenas com o aparato repressivo, não apenas com o policiamento ostensivo, não apenas com o policiamento com a polícia judiciária, não apenas com a polícia penal, ou seja, você tem a polícia que previne o crime, você tem a polícia que investiga o crime e você tem a polícia que, ao ser encarcerado um condenado pelo crime, vai guarnecer no ambiente para que ele lá permaneça, não tenha conexão para fora e não domine a vida do crime fora da prisão. Não é só isso, a presença do Estado não se resume a isso. A presença do Estado pressupõe um aspecto de prevenção quando ele cuida das mazelas sociais mais prementes.

Quando você tem comunidades carentes, comunidades vulneráveis, e o Estado se mostra ausente, o que acontece é que você acaba permitindo o surgimento de um poder paralelo que antigamente dominava pela lógica, pela tática do medo. E o crime continua representando medo para boa parcela da sociedade,



mas a preocupação que nos leva a essa constatação hoje é que esse criminoso que antes apenas se valia dos instrumentos da violência para causar o medo e a dominação, agora entende que, quando tem um Estado ausente, que não cumpre o seu papel com políticas sociais, com políticas educacionais, com políticas de investimentos em políticas públicas básicas, o saneamento, por exemplo. Então, há um braço do crime organizado, quando vê famílias vulneráveis e que não tem lá o leite Nan para dar para o filho recém-nascido, não tem lá a fralda para dar para o recém-nascido, há um braço assistencial do crime organizado ocupando espaço em comunidades. E o que nós estamos observando? Nós estamos observando uma naturalização e uma aceitação por parte de uma sociedade de bem daquilo que não é normal, daquilo que não pode ser aceito, ou nós vamos compreender que o crime é um caminho que compensa e que pode ser até vantajoso, porque assiste, porque dá assistência?

E aí, Sr. Presidente, estou fazendo essa fala, e eu sei que a gente precisa aprofundar esse debate, porque... E eu não estou relativizando aqui que, diante da ausência do Estado, é preciso ser tolerante com aquele crime organizado que leva a assistência a um local deste, não! O que nós não podemos aceitar é um Estado ausente; o que nós não podemos aceitar é um Estado omisso, é um Estado que cede lugar para que o crime não apenas cometa as atrocidades que comete, com os assaltos, com os furtos, com os latrocínios, com os homicídios, com o narcotráfico, mas que agora, para suavizar a face nefasta do crime, a violência, a brutalidade, o mal que causa à sociedade com as drogas, que afeta a família inteira e que destrói a família, está com esta nova faceta: a faceta da assistência.

Se tem um setor em que não falta dinheiro, em que o dinheiro circula e circula muito bem, é no ambiente do crime. Então, diante de um Estado desorganizado, você tem um crime organizado. Digo mais: um crime organizado de conexão vertical, com liderança nacional, com liderança estadual, com liderança, pasmem os senhores, por setores da comunidade, regiões que são dominadas por uma facção, em que famílias, mesmo não sendo do crime, de outra região precisam ter cuidado para circular naquela região, porque há uma dominação. É uma região que é dominada pelo crime do segmento tal. E não vou aqui ficar fazendo propaganda, porque não merecem propaganda, merecem repressão, merecem cadeia, merecem um Estado forte, um Estado corajoso, um Estado que não se omita, mas um Estado que não se omita nos dois aspectos: no aspecto da repressão, do enfrentamento ao crime e às suas bases, mas um Estado que não abra mão de cumprir a sua função pública primeira de assistir, de cuidar, sobretudo, dos mais vulneráveis.

Sr. Presidente, estou trazendo esta fala hoje para chamar a atenção do Plenário do Senado Federal, dos colegas Senadores e da população brasileira como um todo, porque, não se enganem – não se enganem – não há no crime bondade. E o que nos preocupa... E aqui é algo que ofende o coração e a alma. Eu me vi, dias atrás, num diálogo que tive numa comunidade do meu estado, que fui visitar – mesmo nesse ambiente, fui visitar e conversar com a comunidade. O que me causou tristeza e lágrimas foi ouvir pais fazendo apelos para que a gente cuidasse de adotar medidas para ganhar aquelas crianças que ainda não conhecem a extensão de tudo isso, que ainda não têm isso impregnado na cabeça, na cultura delas, de que quem cuidou foi o crime, porque há um conjunto de adolescentes em que já não se tem muita esperança mais, porque eles cresceram vendo um Estado ausente, um governo ausente, vendo que quem ia lá e dava assistência era o braço do crime organizado. E para esse adolescente, esse jovem que agora se torna soldado do crime pouca esperança resta, mas esse pai, às lágrimas, dizia: “Ainda há tempo de salvar as nossas crianças”.

E o que fazem os nossos governantes?! E o que fazem aqueles que estão vendo tudo isso, assistindo como se nada tivessem com isso?!

No meu Estado de Rondônia, Sr. Presidente, não tem soldado a Polícia Militar mais. Corrijo: tem soldados que são aqueles que não puderam ser promovidos por questões judiciais, mas, no curso natural da



progressão, não tem soldados mais. E por que não tem soldados mais? Veja V. Exa.: uma polícia militar de um estado da Federação que não tem soldado! Não tem soldado, porque, ao longo dos últimos anos, não se teve concurso para contratação e, a cada cinco anos, você tem as progressões naturais. Então, não tem soldado. A polícia do meu Estado de Rondônia tem em torno de 5 mil homens. Hoje, fala-se que em torno de 500 homens estão em desvio de finalidade, cuidando dos palácios, cuidando de governadoria e outras coisas mais. E não se contrata. E, quando aperta o problema na capital, tiram do interior, trazem para a capital para socorrer a emergência e aí desfalcam as cidades do interior.

Dias atrás – dias atrás –, organizações criminosas deram a ordem para queimar as lojas de internet, LAN houses e cumpriram a missão. Foram lá, atearam fogo, destruíram, ameaçaram, aterrorizaram. A população está com medo, está assombrada, porque o crime organizado, que antes era uma realidade das grandes capitais brasileiras... Falava de crime organizado, pensava Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem uma televisão que mostra todo dia o que está acontecendo, mas o problema da violência e a gravidade da violência que afeta os brasileiros não está no Rio de Janeiro apenas, não está no Estado do Ceará, de V. Exa., apenas, não está no Estado de São Paulo, não; está no Brasil inteiro – está no Brasil inteiro.

E é preciso ter homens e mulheres com coragem, Senador Jorge Seif, para enfrentar o crime organizado, como fez o Governador aqui do Estado do Goiás, como faz o Governador Tarcísio, no Estado de São Paulo, com o comandante Derrite, e como fazem outros. Estou citando dois, porque eu sei qual era a realidade antes e sei qual é a realidade hoje. E você quer saber como é que mudou, se mudou ou não mudou a realidade no aspecto de segurança de uma comunidade? Chegue a esse estado, chegue a essa cidade, tome um táxi, vá andar de táxi e pergunte àquele profissional como é que está a questão da segurança aqui, como é que está a vida aqui no Goiás, como é que está a vida aqui em São Paulo. E ele vai dizer para você: “Não, aqui melhorou”, ou: “Não, aqui, olha, hoje é um problema, não se pode entrar em bairros tais, em cidades tais”. O Brasil hoje tem território onde você é proibido de entrar. O Brasil tem lugares hoje em que, para a polícia entrar, é preciso planejar antes e anunciar: “Olha, dia tal, a polícia vai entrar”. Que país é esse? Que país é esse?

Sr. Presidente, trago uma outra constatação, e aí falando do meu estado. Eu não vou falar dos outros estados, porque eu conheço o meu estado. No meu estado, tem crianças que moram em um bairro, moram em uma realidade... De novo, não vou expor aqui: a criança que mora nesse lugar não pode estudar numa escola que fica num outro bairro próximo, porque aquele outro bairro próximo é dominado por outra organização criminosa. E o Governo acha que isso é normal, e o Governo acha que está tudo certo, que está tudo bem. Não investe em segurança pública. Aliás, a minha polícia do meu Estado de Rondônia, a minha gloriosa polícia militar, está dividida, porque tem uma polícia de primeira classe e tem uma polícia de segunda classe. Um absurdo – um absurdo! Inaceitável! E quem é que ganha com isso? Quem ganha com isso é o crime organizado, e a população paga um preço alto – a população paga um preço alto.

E, aí, o que eu vejo, nos últimos meses, no meu Estado de Rondônia: nós estamos caminhando para o último ano do Governo atual, e não quero aqui fulanizar, não vou aqui personificar. Não é um problema de uma pessoa; é o problema de um Governo que fracassou.

Eu disputei a eleição, na última eleição, em 2022. Eu disputei a eleição no meu estado. Respeito o resultado das urnas, mas não posso aceitar que continuem maltratando o meu Estado de Rondônia e deixando o meu estado refém da violência, sem contratação de policiais, sem equipamentos adequados. Nem colete adequado tem. E o crime ameaçando.

E aí, agora, nos últimos meses, o que eu tenho visto... Porque se falava que o estado, “não, o estado está muito bem organizado”, “o estado está com as finanças em dia”, “o estado está isso”, “o estado está aquilo”... Agora, é autorização para fazer financiamento de 1 bilhão, é autorização para fazer financiamento de mais quase 1 bilhão, mais novecentos e poucos milhões, agora mais um financiamento, para fazer mais



400 milhões, financiamento, financiamento, financiamento... Sabe o que significa? Perdeu o controle fiscal do estado!

Já não consegue pagar as gratificações para servidores! Tem categoria que está perdendo a gratificação por quê? Porque perdeu a mão da gestão. Perdeu o governo.

Categorias que não têm gratificação alimentícia... Está cortando a gratificação alimentícia! Por quê? Porque perdeu o controle dos gastos públicos.

Parece que o meu Estado de Rondônia, o Governo de Rondônia, está copiando o PT, porque quem perdeu a mão, nos gastos públicos, foi o Governo do PT, que não tem compromisso com a pauta fiscal, porque não tem compromisso com equilíbrio fiscal.

E aí, enquanto isso, qual é o resultado que se apura, que se verifica? Uma segurança pública que não garante segurança à sociedade...

Essa cena que eu estou falando aqui eu fui lá testemunhar. Falei com os pais. Filhos de um condomínio, de uma região, não podem estudar numa escola que fica a poucos metros, porque os grupos criminosos não aceitam. Ali é dominado por uma facção, lá é outra facção... Onde já se viu isso e alguém falar disso com naturalidade? “Não, ali é uma facção que domina!”.

Eu quero um Estado de Rondônia onde a população possa falar: “Aqui, aqui quem domina é a nossa gente, é a população, e quem tem a palavra final sobre aonde você vai ou não vai é o pai de família, e não o crime organizado”. Agora, quem é que tem que garantir isso? É o estado! Eu disse agora há pouco: quando o estado abre mão de estar na sua posição, ele dá lugar ao crime organizado. E aí, depois que eles vão colocando os “tentáculos” em cada segmento, em cada comunidade, fica mais difícil para o estado se reorganizar.

E, antes que seja tarde demais, eu estou fazendo esta fala aqui em tom de alerta, para que tomem providências, para que façam o dever de casa: garantam segurança pública, garantam assistência. Agora, não adianta também só a repressão. A repressão é fundamental, tem que ser feita; agora, ocupe o lugar do estado: assistência, assistência social, educação... Não tem lá saneamento: eu fui lá, na região, e é água correndo, esgoto correndo no meio dos prédios. É uma coisa absurda!

Então, Sr. Presidente, faço essa fala hoje no sentido de chamar a todos, porque o problema da violência é um problema do Brasil, e, se antes o rondoniense achava que isso era um problema de fora, hoje já vê o problema na porta da sua casa, no quintal de casa, no seu bairro, na sua cidade. E se antes era um problema só da capital, não, agora é também no interior.

Então, está na hora de todas as autoridades fazerem um pacto pela segurança pública no Brasil. Esse é um dever de todos nós. Nós votamos aqui, quase toda semana, leis endurecendo a matéria penal, leis para tornar mais dura a pena, para garantir que a execução aconteça em uma extensão maior, para não permitir que o criminoso contumaz saia da cadeia para voltar a delinquir, voltar a cometer crimes, mas tudo o que nós fazemos aqui, mudando a legislação, garantindo o orçamento, garantindo as condições, se lá na ponta nós não tivermos um sistema integrado, funcionando e entregando respostas à sociedade, de nada vai adiantar. Então, eu queria fazer esse alerta e dizer que é missão de todos nós cuidar da nossa gente.

Eu estive recentemente no estado de V. Exa., estive no Estado do Ceará. É triste o que a gente vê acontecendo também no Estado do Ceará. Estive no Rio de Janeiro, estado do nosso querido amigo, estado de nascimento do querido Senador Jorge Seif, hoje Senador pelo Estado de Santa Catarina: uma violência, que a gente tem medo de ir em determinados lugares no Rio de Janeiro. São Paulo é a mesma coisa. Mas, se a gente não tomar conta do Brasil... Aquilo que era uma exceção até pouco tempo atrás está se tornando regra em todos os lugares. Não tem mais lugar no Brasil em que você não tenha braço do crime organizado. Agora, onde há uma ação integrada, com inteligência, com investimento, com efetivo,



para poder fazer o enfrentamento ao crime organizado, eles batem em retirada: ou vão presos ou mudam de lugar.

E aí eu citei aqui dois estados. Eu citei o Estado do Goiás e citei o Estado de São Paulo, que têm uma ação de repressão mais firme, mais contundente. Então, quando o estado age com firmeza, o crime vai procurar um lugar onde ele seja se não bem tratado, que não seja incomodado. E eu não quero para o meu estado um ambiente onde o criminoso seja bem tratado e não incomodado: que ele seja enfrentado; ou muda de lá, ou vai cumprir pena pelos crimes que cometeu.

Sr. Presidente, era a observação que eu queria fazer no dia de hoje, esses dois assuntos, um falando desse cenário que o Brasil está vivendo, e, mais uma vez, lamentando tudo isso, esperando que a gente possa virar essa página e retomar a normalidade do Estado de direito, que há muito tempo nós perdemos; e, ao mesmo tempo, também fazendo esse alerta em relação à segurança pública no meu Estado de Rondônia.

Eu poderia falar aqui de dados na Região Norte: o meu estado hoje é o estado que lidera o *ranking* de feminicídio, meu Estado de Rondônia, na Região Norte. Quando se olha para os dados dos crimes de homicídio, dos crimes de furtos e roubos, são dados alarmantes, tristes, mas eu vou deixar para trazer esses dados especificamente aqui, numa segunda fala que vou fazer. Vou falar mais sobre o tema da segurança pública, porque considero... Lá em Rondônia, tem muitos temas que são prioritários. Saúde está em frangalhos, mas o tema da segurança pública hoje, para mim, é um dos temas mais preocupantes. E, se não for adotada uma medida urgente, nós perdemos o controle da situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério, pelo seu contundente pronunciamento aqui, e minha solidariedade ao povo de Rondônia, povo íntegro, povo de bem, que está passando por essa provação.

O meu Ceará, Senador Jorge Seif, chegou a uma situação limite: criancinhas estão sendo mortas nas ruas por facções, famílias inteiras sendo expulsas de suas próprias casas, empresas sendo intimidadas a fechar, porque o crime já tem um pedaço do mercado e não quer concorrência. Não sei mais o que é que falta acontecer. Até atentado dentro de escola nós tivemos recentemente no Estado do Ceará. Há uma inoperância completa, um estado omissso, como bem colocou o Senador Marcos Rogério. É típico do PT, mas tem outras regiões em que outros partidos também fazem isso para se perpetuar no poder, como o senhor falou, com empréstimo. É empréstimo semana sim, semana não também com a gente lá. Essa turma não tem o menor compromisso com as futuras gerações, com o nível de endividamento. O objetivo é poder pelo poder.

Então é muito importante a sua fala, ponderada, com temperança, mas com firmeza. A repressão é importante, mas também é importante, fundamental talvez, se chegar a ocupar os espaços com a assistência social, como o senhor falou, com o esporte, porque o esporte dá uma oportunidade, tira o adolescente de um caminho nebuloso em que ele pode ser recrutado – o esporte e o lazer. Então, que Deus o ilumine nesse bom combate para que o Estado de Rondônia seja liberto.

Eu imediatamente chamo à tribuna do Senado o Senador Jorge Seif, de Santa Catarina, outro Senador bem combativo aqui, que é um grande orador – para mim, é um dos melhores oradores deste Congresso Nacional. Está de parabéns o povo de Santa Catarina!

E eu quero aqui saudar, antes de o Senador Jorge Seif utilizar a sua palavra por 20 minutos, com a tolerância da Casa sempre – viu, Senador Jorge?, eu adoro ouvi-lo –, e eu quero registrar a presença aqui na galeria do Senado Federal dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Univali (Universidade do Vale do Itajaí), do *campus* de Balneário Camboriú, Santa Catarina.

O senhor conhece esse lugar?



O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – É onde eu me formei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o senhor está de brincadeira! Olha, eu vou dar tempo extra ao senhor para fazer essa saudação, porque eu não sabia que o senhor tinha se formado lá.

Olha, vocês acham que existe coincidência, que foi combinado aqui liberarem a entrada de vocês para o Senador Jorge Seif estar na tribuna? Não, isso é coisa do alto. Sejam muito bem-vindos aqui! É um prazer recebê-los! Parabéns à diretoria, ao pessoal da universidade! – por estar fazendo essa incursão pela Casa do povo, a Casa revisora da República, que tem 200 anos, e por vocês estarem vindo aqui conhecer um pouco da história do país de vocês. É uma sessão que não tem votação hoje. Dia de segunda-feira, é uma sessão de discursos.

E eu falei aqui, sem saber que vocês eram de Santa Catarina, que, para mim, este Senador aqui, de verdade, é um presente de Santa Catarina para o Brasil, na minha opinião, e eu digo para vocês que é um dos melhores oradores que nós temos aqui no Congresso Nacional todo. No Congresso Nacional, são 513 Deputados Federais e 81 Senadores, e para mim, que sou um Senador do Ceará, esse Senador aqui, eu digo publicamente, é um dos *top five* do Brasil em termos de eloquência, mas também de posicionamentos em defesa da vida, da família, da liberdade, da ética, que estão muito ameaçadas em nosso Brasil.

Então, Senador Jorge Seif, o senhor está com a palavra, com 20 minutos, com a tolerância da Casa, para saudar, inclusive, os seus conterrâneos que aqui estão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Senhoras e senhores, uma ótima tarde a todos.

Senador Girão, o senhor me constrange com esse seu carinho, mas eu quero que o pessoal da Univali, de Balneário Camboriú, onde me formei em Administração e Marketing, fiz algumas matérias no *campus* de Itajaí... Mas, no meu dia a dia, eu saía do trabalho em Itajaí, ia para o *campus* de Balneário – o qual conheço muito bem, vários professores, vários amigos ainda tenho lá – e me formei na Univali de Itajaí. Que coincidência ou “jesuscidência”, para quem acredita...

Mas não levem tão a sério o elogio do Senador Girão, porque, quando o elogio vem de amigo, a gente tem que desconfiar. Ele é uma pessoa maravilhosa. Aqui dentro do Senado Federal, ele realmente foi uma pessoa que sempre me aconselhou, foi uma pessoa que sempre me impulsionou. É aquele amigo ao seu lado... Ele já tinha uma experiência aqui no Legislativo, esta é a minha primeira experiência no Legislativo. Ele sempre foi um grande incentivador de nós não nos calarmos, de usarmos realmente o voto que vocês ou seus pais nos deram – independentemente de se votou em mim ou não, mas em quem vocês votaram –, para quando chegarmos aqui sermos realmente voz e porta-bandeira do que, no meu caso, Santa Catarina representa, acredita, e por isso me trouxe aqui.

Quero agradecer ao Girão o seu carinho de sempre e a oportunidade de estar falando aqui para o meu povo de Santa Catarina e para todo o Brasil que nos acompanha pela TV Câmara, pela TV Senado, pelo YouTube do Senado, melhor dizendo.

Girão, como eu fiquei preocupado em estourar o tempo, normalmente nós temos dez minutos regimentais, eu tive cuidado de formar um texto, eu nem gosto de discursar lendo, mas para não extrapolar o tempo e para o discurso não ficar muito longo.

Primeiramente, Senador Girão, eu quero que o senhor, o povo brasileiro e os alunos da Universidade do Vale do Itajaí, *campus* de Balneário Camboriú, no qual me informei, saibam de algo muito importante: este trabalho que eu vou divulgar agora não caiu do céu e nós estamos aqui diante de universitários. Eu trouxe aqui um documento pronto e não foi de terceiros, fui eu que o produzi. Foram oito meses, Senador Girão, de dedicação silenciosa, árdua e 99% solitária. No total, foram mais de 400 horas da minha vida



que foram entregues para construir esse dossiê, recortando, compilando, organizando o material que a própria imprensa brasileira publicou, mas que se perdeu em notas soltas, em matérias escondidas e em reportagens isoladas. O que fiz, Senador Girão, foi dar forma a esse mosaico, transformar fragmentos em prova. Cada madrugada que passei recortando artigos, cada hora que dediquei ao longo desses oito meses foi para mostrar à sociedade brasileira o grande escândalo de corrupção da Justiça brasileira.

E que fique claro aqui: não é a denúncia do Senador Jorge Seif, é a denúncia da imprensa nacional, da imprensa brasileira, que, ao longo dos últimos cinco anos... Esse é o marco temporal. Eu recortei cinco anos para trás e fui recortando matéria por matéria para mostrar que tudo aquilo que o senhor falou aqui antes de mim e que o Marcos Rogério, Senador de Rondônia, veio aqui falar antes de mim – que nós estamos com problema na segurança pública, estamos com problema nas polícias... – não é uma questão exclusiva só de governo ou de polícias, mas é um problema endêmico que nós temos no nosso sistema judiciário. O que antes estava diluído em pequenas colunas esquecidas agora aparece diante dos olhos do povo brasileiro como um retrato claro, Senador Girão, o retrato de uma Justiça que solta traficantes, assassinos, faccionados, enquanto condena a sociedade inteira à insegurança.

E digo mais: não faço isso sem medo, eu sou humano e temos medo porque sei que retaliações podem vir, Senador Girão, contra mim, contra a minha família, contra o meu mandato, contra a minha vida, porque hoje, no Brasil, denunciar traficantes não é arriscado, mas denunciar o Judiciário é arriscado. E isso por si só já mostra o quanto o sistema está apodrecido. É uma palavra forte, mas ela é verdadeira.

O Judiciário, que já é o mais caro do mundo, transforma seu custo em um sistema estruturado de soltura de criminosos para os que pagam honorários. Mas eu não vou me calar, Senador Girão, inclusive por orientação do senhor. O Judiciário brasileiro, em vez de cumprir seu papel de punir criminosos, hoje fala em desencarceramento, em soltar bandidos, em proteger facções e, com isso, se tornou sócio do narcotráfico e da violência urbana que vive hoje o nosso país.

Não à toa, vivemos em um dos países mais violentos do mundo, mas não é porque a nossa polícia não prende – ela prende, ela arrisca sua vida todos os dias –, mas porque existe uma conivência, um apoio direto e estrutural do sistema judiciário brasileiro ao crime organizado. Eu provo isso nesse material. Não é opinião minha, são fatos ditos, impressos, publicados pela imprensa nacional.

Foram quase oito meses de trabalho artesanal, solitário e doloroso, mas necessário. Doloroso porque dói na gente saber que nós pagamos o Judiciário mais caro do mundo e eles têm tanta complacência, têm tanta benevolência, respeitam tanto os direitos “dos mano”, que não é direitos humanos, porque quem mata, quem trafica, quem assassina não pode ter direitos humanos porque deve ter alguma parte da humanidade que foi perdida.

O Brasil precisa, Senador Girão, saber o que está acontecendo, porque esse dossiê não é apenas um documento, é um grito contra a impunidade, contra a corrupção, contra a toga que se vende e contra o sangue inocente que continua a ser derramado nas ruas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, povo brasileiro, trago hoje a esta tribuna um documento que choca, revolta e entristece. O dossiê *A Ascensão do Narcoestado do Brasil*, não é panfleto político, não é retórica de oposição; é um compilado de mais de cinco anos de reportagens, editoriais, colunas e dados oficiais da imprensa brasileira e internacional. O que ele mostra é que o Brasil vive um jogo de cartas marcadas. De um lado, o policial que arrisca e muitas vezes entrega a sua vida no cumprimento de seu dever; do outro, ministros e tribunais que transformam prisões em lucro, revertendo culpa em absolvição e colocando de volta nas ruas os maiores criminosos do país. Só em 2024, o STJ concedeu 9.166 *habeas corpus* a traficantes, metade de todas as concessões do tribunal no ano. No Supremo Tribunal Federal, foram 577, e o tráfico de drogas foi o crime mais beneficiado. E não se trata de exceções. Todos os ministros que julgam matéria criminal no STF e no STJ aparecem com percentuais de concessões. Alguns



com mais intensidade, outros com menos, mas o quadro geral é um só: ninguém está fora desse conluio jurídico que fortalece facções criminosas. Não estamos falando de pequenas quantidades ou réus de baixo escalão, Senador Girão. Estamos falando de casos concretos e escandalosos. Vou exemplificar: André do Rap, Líder do PCC, em 2020, foi solto; traficantes flagrados, Senador Girão, com 200, 300, 500, até 700kg de cocaína, libertados; anulação da apreensão pela polícia de 695kg de drogas; 15 membros de uma quadrilha inteira soltos em Campinas pelo Supremo Tribunal Federal.

A ADPF 635, chamada de ADPF das favelas, restringiu operações policiais e deixou mais de 1,7 mil comunidades sob domínio absoluto do tráfico. Na época, a justificativa era a covid, e hoje? Por que essas facções em que bandido se refugia, onde se esconde, porque sabe que ali é uma região em que a polícia não vai incomodá-lo? Como bem disse o Senador Marcos Rogério. Enquanto isso, Senador Girão, policiais, verdadeiros heróis, porque não existe Homem-Aranha, Mulher-Maravilha, Batman, The Flash, não existe isso, existem homens e mulheres de farda que saem às ruas cedo para defender a nossa família, a nossa vida, o nosso patrimônio e, muitas vezes, não sabem se vão voltar para casa. Enquanto isso, policiais morrem em combate. Jovens, pais de família que dão a vida em defesa da sociedade, eles prendem, eles se arriscam, eles tombam, mas o Estado, em vez de honrar esse sacrifício, solta e protege criminosos.

Eu tenho amigos policiais em todos os estados da Federação, se não em todos, em quase todos, e a reclamação deles é uma só: nós enxugamos gelo, nós colocamos nossa vida em risco, nós vamos atrás, nós investigamos, fazemos tudo que está ao nosso alcance; eles com arma de guerra, com .50, com 7,62, com 308, com AK-47, com todos os armamentos de guerra pesados, muitas vezes nós, com 38, com pistolas de pequeno calibre, comparado ao que esses traficantes utilizam. E, no entanto, nada acontece. Eles prendem para, depois de uma audiência de custódia, ou aqui o Ministro da Justiça: a polícia prende, mas prende mal. Não prende mal, não! Prende, mas tem a benevolência da Justiça brasileira. Essa é a realidade. E por que isso, Senador Girão? Porque esse sistema não está preocupado em punir, mas em lucrar. Muitos desses criminosos são defendidos por escritórios de advocacia de parentes e sócios, ex-sócios e amigos advogados de ministros das nossas cortes – o senhor sabe disso –, escritórios milionários que recebem honorários pagos com o dinheiro do tráfico, dinheiro sujo, dinheiro de sangue e, como um balcão de negócios, transformam sentenças de prisão em decisão de soltura. É um ciclo perverso: o policial prende, o juiz solta. A culpa é revertida em lucro. O criminoso volta para as ruas mais forte, impune e ainda mais confiante. Ele já sabe que no Brasil a inocência tem preço. Não é barata, mas é possível de se comprar. E quem paga essa conta, Girão? Não são apenas os cofres públicos, quem paga é o povo brasileiro. São famílias enlutadas por seus mortos, são policiais massacrados pelo crime e suas armas de guerra, são jovens seduzidos pelo tráfico, são moradores de comunidades reféns do medo, do terror e do poder das facções. A Justiça brasileira, ao agir de forma vil e covarde, tornou-se sócia do crime organizado e em vez de desarticular facções, fortalece-as; em vez de honrar o sacrifício de policiais, transforma sua morte em estatística e suas prisões, de novo, em lucro; em vez de proteger o inocente, protege o criminoso.

E não sou eu quem digo, estão aí os editoriais do *Correio Brasiliense*, os alertas da *Gazeta do Povo*, as análises do *Estadão*, as colunas no *UOL* e até as publicações internacionais. O Brasil já é visto como um “narcoestado” em ascensão, institucionalizado por seu próprio Judiciário.

Precisamos, com urgência, Girão, de uma CPMI da toga. Vamos investigar, vamos ligar esses escritórios aos ministros, vamos impichar e aposentar quem usa de sua caneta para proteger assassinos. E também anuncio aqui dentro, onde reina o silêncio e muitas vezes a covardia e a proteção de um sistema carcomido e corrupto, peço apoio do povo brasileiro: apoie a CPMI da toga. Vamos investigar os nossos ministros da Justiça, porque essa missão não será financiada pelo sistema, será financiada pelos cidadãos que não aceitam ver seu país entregue ao narcotráfico da toga.

E eu não me calarei, Girão, não aceitarei que sangue de polícia vire moeda, não aceitarei que o medo



seja a lei das nossas comunidades, não aceitarei que a toga se transforme na capa de proteção ao crime, como hoje ocorre. E repito: isso não é garantismo, Girão, isso é conluio; isso não é Justiça, é cumplicidade; isso não é Estado de direito, isso é um “narcoestado”. Enquanto houver voz nesta tribuna, eu vou gritar pelo meu povo catarinense e pelo povo brasileiro e pela memória dos que tombaram, pela soberania desta nação. Nós, Girão, eu e o senhor e muitos outros que aqui discursam, não vamos nos calar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Quem tem que agradecer somos nós, Senador, meu amigo Senador Jorge Seif, de Santa Catarina, por este seu pronunciamento. Isso reaviva a esperança do cidadão de bem em saber que tem representante aqui que não vai desistir, que vai lutar e que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. É o certo o que o senhor colocou aqui, é o que é correto.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, pelo inédito levantamento que o senhor está trazendo aqui hoje à tribuna do Senado. É importante que as pessoas tomem consciência disso e que essa massa crítica cresça no país.

O André do Rap, por exemplo, que o senhor citou agora há pouco, que foi solto pelo Ministro Marco Aurélio Mello, até hoje não foi preso; eu entrei com o pedido de *impeachment* do Ministro exatamente por esse fato. E a gente está vendo isso se multiplicar pelos outros colegas dele.

Eles são a lei, eles fazem o que querem ali e não é garantismo, nisso aí o senhor tem razão. Centenas de quilos de cocaína serem liberadas, uma série de traficantes na rua: quem tem poder, quem tem dinheiro é que é privilegiado. A gente sabe que o tráfico tem muito dinheiro, que pode contratar os grandes escritórios de advocacia; muitos, às vezes, parentes, correligionários, influentes de poderosos...

O senhor tem a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Até esposas e familiares... (*Fora do microfone.*)

Opa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora sim.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Oi.

Até esposas e familiares de ministros têm escritórios para defenderem estes, até familiares diretos dos ministros.

E, recentemente, eu não sei se o povo brasileiro sabe disso, eles tomaram uma decisão de que parentes deles entrarem com ações de defesa dentro do Supremo não tinha nada de ilegal, ou seja, eu estou defendendo o meu escritório, eu tenho um pai, um tio, um primo, um amigo ou um ex-sócio dentro do Supremo ou dentro do STJ, aí vem um traficante me procurar, cai nesse ministro ou num ministro próximo; tudo bem, eu defendo, não tem problema, ou seja, uma série de conflitos, conflito ético, conflito moral, conflito de interesses diretamente envolvidos.

E falo mais, Girão, nós estamos vendo aqui na CPMI: infelizmente a nossa Justiça, Senador Chico Rodrigues, virou guarda-chuva de criminoso. Os caras são indiciados pela Polícia Federal, são investigados pela Polícia Federal, já sabem de onde eles tiraram o dinheiro, para onde colocaram, para onde depositaram, o que compraram... Compraram apartamento, compraram Ferrari, compraram garrafa de R\$20 mil, R\$50 mil, R\$60 mil, compraram relógio Rolex de não sei quantos milhões, aí entram com *habeas corpus* no Supremo, antes de virem aqui serem inquiridos por este Parlamento, e têm o direito, às vezes, de não comparecer, às vezes, de ficar em silêncio. A Justiça, que deveria ser a primeira, deveria falar: “Não, a polícia já descobriu que ele roubou? Vai ter que falar, se não falar, vai preso”. Tinha que ser a primeira a fortalecer as investigações daqui do Congresso Nacional, mas é a primeira a dar guarita àqueles que,



infelizmente, roubaram bilhões dos nossos aposentados e pensionistas – bilhões, “bi”, com “b” de bola –, que chegam aqui e encontram guarita no nosso Judiciário. É uma vergonha.

Por isso, Senador Girão, nós precisamos pedir apoio da população. Eu vou divulgar em breve esse relatório, eu estou conferindo *link* por *link*, eu estou conferindo matéria por matéria, para não ser... Como são denúncias gravíssimas, eu não posso errar nenhuma matéria. Eu vou trazer, ponto a ponto, cada matéria, qual é o *link* para acessar, qual foi a data, tudo direitinho, das decisões mais absurdas e arbitrárias de ministros de diversas cortes – STF, STJ e outras –, protegendo literalmente traficantes, quadrilheiros, tudo isso, tudo que não presta.

Por isso que eles se fortalecem – por isso hoje eles têm usinas, por isso eles têm postos de gasolina, por isso eles têm fábricas... Eles pegam o dinheiro sujo de sangue da vida dos nossos jovens, de famílias destruídas pelas drogas, lavam o dinheiro, dão uma aparência – uma casca de mentira – de legalidade e continuam lavando o dinheiro. E, quando são presos, seus bons advogados, pagos com dinheiro de sangue, vão lá e pagam *habeas corpus*. Eles vão lá, contratam esses escritórios que têm amigos nas nossas cortes e são liberados.

Por fim, quero dar uma lembrança ao povo: aquele cara, aquele covarde que matou cinco crianças em Blumenau tinha passado três vezes pela polícia, três vezes pela audiência de custódia, e foi solto. Na quarta vez, ele matou aqueles anjos – entrou numa creche com uma machadinha e matou cinco crianças. Sabe por quê? Como é que uma pessoa que já passou pela prisão, passa de novo pela audiência de custódia, e é solta de novo? É presa de novo; é solta de novo, ou seja, vale a pena ser criminoso no Brasil. Vale a pena você correr o risco: você é preso, passa por audiência de custódia e fala “ai, o policial me beliscou, puxou minha orelha, foi muito grosseiro”. Aí vai lá, na audiência de custódia, o Ministério Público: “Ah, coitadinho, libera”. Aí ele vai lá, mata um familiar nosso; vai lá, trafica de novo; vai lá, destrói família de novo.

Então, o problema, o cerne da segurança pública no nosso Brasil se chama nosso sistema Judiciário. Nossa Judiciária está carcomido, nosso Judiciário é vendido. Está aqui a prova – não é Jorge Seif que está falando. Então, vocês vão ter que fechar o *Estadão*, *Folha de S.Paulo*, vão ter que fechar o *UOL*, vão ter que fechar a *Gazeta do Povo*, porque eles trazem essas denúncias. Eu só tive o trabalho... Eu sou o mensageiro – eu só tive o trabalho de compilar para comprovar que o nosso Judiciário precisa passar por uma revalidação. Nossa Judiciária precisa passar por uma investigação, e o único poder constitucionalmente habilitado para isso, segundo a Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil, é o Congresso Nacional.

Obrigado, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Especialmente o Senado Federal; e estão querendo tirar isso da gente, você sabia?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A PGR... O senhor falou há pouco da PGR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A PGR... Como se não bastasse o péssimo exemplo que vem com relação a tantas arbitrariedades hoje no Brasil, a caçada implacável a quem é conservador de direita, o desrespeito desse processo totalmente viciado do 8 de janeiro, eles... Olha só a cama de gato que está armada, porque para mim está tudo muito claro: eles... O Ministro Gilmar Mendes é o relator para definir esses pedidos de *impeachment* que se acumulam aqui nessa gaveta, se os Senadores têm realmente a possibilidade de fazer isso que estão fazendo, ou seja, está escrito com letras garrafais na Constituição que é dever nosso avaliar eventuais abusos de Ministro do Supremo, crimes para afastar, para punir, e eles querem tirar até isso de nós.

A PGR já deu o parecer dela, escandaloso, dizendo que é a PGR que tem esse poder. Então, vai para o Gilmar Mendes, que já deu entrevistas dizendo ser contra essa questão de pedido de *impeachment*.



Você acha que vai dar o quê? Então, fecha logo isso aqui. Vamos combinar. Porque, se a gente não pode cumprir algo que só ao Senado Federal é dado pela Constituição, a prerrogativa de investigar Ministro do Supremo... não vai poder fazer porque a PGR, porque o STF não quer! Já bastou o STF dizer que os escritórios dos cônjuges podem pegar causa, não tem problema. Eles disseram que eles podem fazer! Agora, eles vão dizer que o *impeachment* agora é só deles? Para com isso!

Senador Jorge Seif, o senhor fez um pronunciamento brilhante da tribuna do Senado, e eu aguardo os desdobramentos daqui para a frente, porque é algo surreal o que a gente está vendo no Brasil. Perderam completamente o pudor, e nós precisamos realmente meter o dedo nessa ferida para curar, porque a grande crise, Senador Chico Rodrigues, que nós temos hoje – o Senador vai assumir agora a sua posição para fazer seu pronunciamento... Mas o coração da gente fica indignado, e não é com nenhum sentimento pessoal contra ninguém, é especialmente a crise que o Brasil vive. Você acha que é a crise econômica a principal crise que o Brasil tem?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Você acha que a crise é social, a principal crise que o Brasil tem? É política? Não. Existem essas crises, sim, mas a mãe de todas as crises que nós temos no Brasil hoje é a crise moral. E está fedendo tudo isso, está apodrecido, é uma ferida que não está cheirando bem e que nós vamos ter que curar. E para curar a gente tem que fazer o nosso papel dos freios, dos contrapesos, de cumprir o nosso trabalho.

Que Deus abençoe o senhor...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a sua família, a sua semana.

E eu imediatamente passo a palavra para o Senador Chico Rodrigues, que é um Senador de Roraima, aqui muito presente na Casa. E o senhor tem 20 minutos, com a tolerância da Presidência, para fazer seu pronunciamento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, hoje nós tratamos aqui de um tema que é um tema recorrente, não apenas para a população brasileira, que de uma forma transversal também sofreu as consequências, mas para toda a humanidade. Nós tratamos aqui hoje do cessar-fogo em Gaza, o respiro de paz no Oriente Médio e a atuação brasileira.

Vivemos um raro instante em que a diplomacia volta a se sobrepor às armas. É sobre essa nova chance de paz no Oriente Médio que desejo falar. O cessar-fogo anunciado nos últimos dias, fruto de intensas negociações internacionais e da libertação mútua de reféns e prisioneiros, representa um sopro de esperança para israelenses, palestinos e para o mundo.

Após quase dois anos de uma guerra devastadora, o renascimento do diálogo mostra que, mesmo em meio à dor, a humanidade ainda é capaz de buscar um entendimento.

Hoje registramos os primeiros resultados concretos desse acordo. A libertação dos últimos reféns vivos, a soltura de um número expressivo de prisioneiros e a suspensão das hostilidades em caráter preliminar. Que esse seja o início de um processo capaz de levar as negociações a um patamar mais duradouro e humano!

Para compreender a dimensão deste momento, é necessário um breve olhar histórico. As disputas entre comunidades judaicas e árabes remontam ao século passado e acumulam décadas de tentativas de reconciliação. Iniciativas, como os Acordos de Oslo e outros esforços regionais, buscaram garantir segurança e autodeterminação, mas esbarraram em questões sensíveis, fronteiriças,seguranças, *status* de territórios sagrados e o retorno de refugiados.



O conflito atual teve início em 7 de outubro de 2023, quando um ataque em território israelense rompeu um frágil equilíbrio e desencadeou uma escalada militar de grandes proporções. Desde então, a região viveu meses de confrontos intensos e perdas humanas severíssimas. Estimativas apontam dezenas de milhares de mortos e deslocados em Gaza, além de vítimas civis e militares em Israel. Esses números simbolizam o sofrimento de famílias e comunidades e impõem a necessidade de equilíbrio e solidariedade.

O recente acordo de troca de prisioneiros e reféns foi possível graças ao esforço diplomático de diversos países. Entre eles, os Estados Unidos tiveram um papel destacado e fundamental. O Presidente Donald Trump participou diretamente das tratativas e dialogou com lideranças regionais, contribuindo para o entendimento que possibilitou o cessar-fogo e um plano de reconstrução pós-conflito. Gestos como esse, de mediação e diálogo, são fundamentais para restabelecer a paz e permitir o acesso humanitário a toda aquela região.

Também merece destaque o papel do Brasil. Desde o início das hostilidades, o Governo brasileiro atuou na proteção de seus cidadãos e no apoio humanitário. A Força Aérea Brasileira realizou operações de repatriação que, em 2023 e 2024, trouxeram centenas de brasileiros de volta ao país, com coordenação do Itamaraty, o nosso Ministério das Relações Exteriores. Esses esforços reforçam a tradição diplomática do Brasil do diálogo, que é de proteger vidas e contribuir para a estabilidade intercontinental.

A comunidade internacional, com destaque para as Nações Unidas, países árabes, potências ocidentais e organizações humanitárias, teve atuação decisiva para viabilizar esse novo capítulo. O momento exige agora a liberação de corredores humanitários, o envio de alimentos, água e medicamentos, e o início da reconstrução física e social de todas aquelas cidades atingidas na Palestina. Ao mesmo tempo, é essencial que se discutam as causas estruturais do conflito e as condições para uma convivência segura e digna entre os povos da região.

Embora distante, o Brasil também sentiu os reflexos dessa guerra.

No plano humanitário, houve cidadãos afetados diretamente e operações de resgate complexas. No econômico, a instabilidade elevou os preços do petróleo e de *commodities*, afetando custos internos de mercados.

Além disso, a sociedade brasileira reagiu com solidariedade, promovendo campanhas e ações de apoio às vítimas, a prova de que vivemos em um mundo interligado, onde nenhuma nação está imune aos efeitos da guerra.

Sr. Presidente, a celebração desta trégua não pode obscurecer a tragédia que aguarda os repatriados. Com cerca de 90% da população de Gaza forçados a se deslocarem, milhões retornam a uma terra arrasada. Para que reconstruam suas vidas com dignidade, é imperativo que a comunidade internacional articule um plano imediato de reestruturação do território, priorizando a remoção de escombros e explosivos, o reparo urgente da infraestrutura crítica, como água, saneamento e eletricidade, e a construção emergencial de abrigos temporários, mas que venham a ser seguros.

Em um horizonte de médio prazo, o foco deve migrar para a consolidação de uma paz sustentável e a recuperação econômica. Isso requer o estabelecimento de uma governança transitória e técnica, com a participação legítima das comunidades palestinas e a supervisão internacional, para garantir segurança e pleno respeito aos direitos civis, preferencialmente sem a participação de grupos extremistas. Paralelamente, é vital o investimento econômico estratégico em infraestrutura robusta, no fomento ao comércio e na criação e geração de empregos para aqueles desvalidos que ali, na verdade, sonhavam com a paz.

Esses esforços visam restaurar a autonomia e a dignidade da população, revertendo a migração forçada e assegurando que o povo de Gaza possa, de fato, permanecer, reconstruir e prosperar em seu lar. Que esse cessar-fogo não seja apenas uma pausa entre combates, mas o início de um processo político que assegure vidas, garanta acesso a serviços básicos e restabeleça a esperança.



A contribuição de mediadores e instituições internacionais será essencial, desde que norteada pelo respeito ao direito internacional e à proteção dos civis.

Que o exemplo deste esforço coletivo inspire outras regiões do mundo. Que a comunidade internacional siga vigilante, apoiando a reconstrução e consolidando a paz. A história mostra que a reconciliação e prosperidade nascem quando se aposta no diálogo, na empatia e na dignidade humana.

Renovo, por fim, o apelo do Brasil por negociações que priorizem vidas e fortaleçam os mecanismos multilaterais de paz.

Que as vozes que hoje celebram a libertação de entes queridos encontrem, em breve, motivos maiores para celebrar a paz definitiva entre israelenses e palestinos.

Sr. Presidente, este é um dia histórico para a humanidade.

Nós que acompanhamos, desde a madrugada, a entrega desses reféns e que vimos, na verdade, o mundo se manifestar em todas as direções, no sentido de agradecer a Deus pela volta da paz naqueles territórios conflagrados, entendemos que é fundamental – e foi também de uma forma direta, não indireta – a participação do Brasil em proteger muitos daqueles, centenas daqueles que estavam, na verdade, na iminência de perderem suas vidas. E isso não pode ser desconhecido.

Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que, apesar de algumas atitudes que o Presidente Donald Trump tem tomado nos últimos tempos em relação a essas pressões econômicas sobre os vários países do mundo, nós vemos agora, talvez, o seu coração abrandar, com ele vendo exatamente a necessidade de repor o seu juízo de valor em relação a determinadas decisões internas dos Estados Unidos, para melhorar o desempenho das nações, para criar uma nova perspectiva de esperança entre os povos, porque, obviamente, países conflagrados pela guerra não somam nada para a sociedade humana; pelo contrário, criam um clima de insegurança permanente, um clima de temor permanente. E nada melhor...

Talvez até pela nossa forma de vida de jamais apontar o dedo para os outros, de jamais procurar nos outros só defeitos, eu acho que é necessário que haja harmonização, que haja entendimento, que haja a compreensão de que os povos devem se unir, de que as nações mais desenvolvidas devem estender a mão para aquelas mais necessitadas, de que a fome não pode continuar como vem hoje, cada vez mais, grassando a vida de dezenas, centenas, milhares de pessoas – hoje, aproximadamente 800 milhões de pessoas passam fome num mundo de 8 bilhões de seres humanos, e isso não é justo, porque, como ser humano, independentemente da sua classe social, da sua raça ou de qualquer situação vital, somos todos iguais perante Deus. Então, os grandes milionários têm o mesmo direito de viver do que aqueles mais humildes, aqueles mais necessitados.

E eu cravo uma frase que vem instantaneamente na cabeça: nada melhor do que o sabor do pão partilhado. Portanto, esse é um sentimento de vida. A gente olha pelo retrovisor do tempo, você vê a sua vida, você vê a sua origem, e esse conceito, esta frase deve ficar na verdade cravada na cabeça e no coração de cada um, inclusive daqueles que são muito resistentes a poder dividir esse pão. Como eu já disse, nada melhor do que o sabor do pão partilhado. As nações hegemônicas têm esse dever, têm essa obrigação de olhar para aquelas que mais precisam e dividir, para que possam na verdade dar a mesma felicidade que foi deixada para a humanidade pelo nosso Deus.

Portanto, esse é um dia histórico para a humanidade, é um daqueles dias históricos para a humanidade. É o fim de um conflito que destruiu mais de 70 mil vidas por nada. Para hoje, haver um acordo; há um acordo, mas as vidas que foram não voltarão mais. Portanto, que seja dado um basta. Que os países, como a Rússia e a Ucrânia, também tenham o mesmo destino de voltar à paz, para que o mundo na verdade possa justificar a sua existência divina.

Então, esse é o meu registro, Sr. Presidente.

Com alegria, nós comemoramos na verdade esse fim dessa guerra entre... (*Manifestação de emoção.*)



Israel e Palestina, num momento em que, nós imaginamos... Quando você perde um ente querido, você, na verdade, quase que destrói a sua alma, mas, quando você perde dezenas, centenas, milhares de entes queridos, você sabe o que aquilo representa no coração de cada uma dessas famílias e – por que não dizer? – de uma nação.

Então, era esse registro que eu gostaria de deixar aqui nesta tarde, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bom registro, meu querido amigo, Senador pelo Estado de Roraima, Chico Rodrigues.

Um dia feliz para todos nós. Foi um final de semana de muita expectativa e que culminou hoje com a libertação de 20 reféns que estavam sob a tutela, ali, de um grupo terrorista chamado Hamas. Porque as pessoas às vezes confundem: o povo palestino também é vítima do Hamas, e uma prova disso é o que aconteceu ontem, quando o Hamas atacou palestinos durante o cessar-fogo. Antes mesmo da entrega dos reféns, o Hamas, não satisfeito com a situação, quis ali fazer justiça, eles próprios, com as mãos, segundo, na contabilidade deles, pessoas que teriam traído.

Então, execução em praça pública foi feita, tortura, de ontem para hoje, desse grupo contra os palestinos.

E, aí, a gente vê uma boa parte da chamada esquerda calada. Sabe por quê, Presidente? Porque não se importa com civis palestinos. Apenas finge defendê-los, para demonizar Israel.

Então, hoje...

Eu estive na Palestina, estive em Israel também, tive essa oportunidade, e vi que são povos amáveis e que é um momento muito importante essa paz que está sendo celebrada com a ajuda de muita gente. Os Estados Unidos são um dos que foram fundamentais.

Mas eu quero aproveitar, tendo o senhor na tribuna também, para outra coisa que me deixou muito feliz.

Esse final de semana foi cheio de boa notícia, não é? Foi cheio de boa notícia, que a gente tem que celebrar, como o Prêmio Nobel da Paz para Maria Corina Machado, uma venezuelana que é perseguida por essa ditadura lá do Nicolás Maduro. E a Maria Corina, eu tive a oportunidade, nós tivemos, de recebê-la aqui no Senado, mesmo que virtualmente. Ela não pôde vir, não foi autorizada a vir, mas ela participou, a convite do Senador Sergio Moro, e, inclusive, naquele momento, foi muito marcante para mim, ali, quando ela revelou detalhes da perseguição, da intimidação, e a busca pela libertação dela foi reconhecida com o Nobel da Paz.

Então, eu acho que este Senado precisa render homenagens a ela. Estamos fazendo aí um voto de aplauso, também uma audiência, de alguma forma, para a gente poder celebrar essa grande conquista mundial, que é em homenagem à paz, à libertação daquele povo amado, do seu estado ali vizinho.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Que Deus abençoe a sua semana.

Vamos partir para o encerramento, dando aqui as boas-vindas aos visitantes que estão chegando, mais um grupo de visitantes, aqui, que vêm de vários estados do Brasil e que estão aqui, neste momento, conhecendo o Senado Federal.

Eu posso perguntar de que estado vocês são?

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bahia.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo.



(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo também.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Santa Catarina.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pará! Pará e Minas Gerais...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Novos servidores da Casa? Que bom, parabéns! Parabéns!

Temos também visitantes de outros países aqui? De onde?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Canadá, Áustria. Que bom! *Welcome here! Thank you very much for your visit.*

É muito importante para nós todos estarmos aqui recebendo vocês, seja de outros países ou brasileiros mesmo. Eu quero aproveitar e passar uma mensagem para quem está nos assistindo que queira, como esses cidadãos e essas cidadãs, visitar aqui a Casa revisora da República e o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados. Se você quiser fazer um agendamento, é muito importante isso para a gente; eu, particularmente, me sinto muito bem porque é como se a gente tivesse tendo a oportunidade de olhar nos olhos daquelas pessoas que a gente está aqui para representar, não apenas nos nossos estados, mas na Casa que é deles, porque é sua a Casa aqui, é você quem paga para isso aqui rodar, para isso aqui funcionar. Então, até fura a nossa bolha aqui de Brasília, dessa ilha que muitos consideram ilha da fantasia. É a capital do Brasil, e aqui a gente está para servir com o mínimo de privilégios possível. Não é bem isso que acontece, por isso a importância de vocês aqui, próximos do poder.

Então, para visitar o Congresso Nacional, basta acessar o site [www.congressonacional.leg.br/visite](http://www.congressonacional.leg.br/), tudo junto. Vou repetir: www.congressonacional.leg.br/visite, tudo junto. A visitação pode ser realizada em dias úteis, exceto terças e quartas, porque a gente tem sessões deliberativas de votações e tem uma correria muito grande para as Comissões aqui. Terças e quartas são dias em que não tem a visitação, mas nos finais de semana e feriados tem visitação, das 9h às 17h. Então, basta agendar nesse site, que você vem aqui também conhecer um pouco, tem museus aqui...

Já foram ao museu?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ainda não?

Já foram à Câmara dos Deputados?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da



Presidência.) – Já? Que bom!

Então, nós estamos aqui encerrando esta sessão de hoje, que é uma sessão de debates... Aliás... Não deixa de ser de debates, de discursos aqui, sem votações, nesse dia de segunda-feira.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira.

- Sessão especial às 10h, destinada a comemorar o Dia do Professor.

- Sessão deliberativa ordinária às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa, representada aqui pela Sabrina hoje.

Então, cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento, desejando uma abençoada semana de muita paz, harmonia e realizações para todos vocês. Que Deus abençoe a nossa nação.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





Ofício nº 125/2025 - GSALOBAT

Brasília, 10 de outubro de 2025

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 10/10/2025 a 19/10/2025.

Atenciosamente,

**Senadora Ana Paula Lobato
(PDT - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1851518323>

SF/25822.13433-65 (LexEdit)



Despacho



A Presidência determina, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 4.963 e 5.022, de 2025, por tratarem de tema correlato.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Prazo: 14.10.2025 a 20.10.2025

O Projeto de Lei nº 5.022, de 2025, recebe novo prazo de emendas.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2025

(nº 1443/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 68/2025 [1 de 20]



MENSAGEM Nº 1.443

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de outubro de 2025.

Avulso da MSF 68/2025 [2 de 20]





EXM nº 320/2025

Brasília, 17 de setembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro**, em 17/09/2025, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). N° de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7001193** e o código CRC **E29EF5EE** no site:
[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 00333.000557/2025-45

SEI nº 7000482

Exposição de Motivos (SEI-Atos) 320 MPC-QE Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto (7001193) Avulso da MSF 68/2025 [3 de 20] SEI 00333.000561/2025-11 / pg. 1



00333.000561/2025-11



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 1754/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 09/10/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7056787** e o código CRC **D5C9D1D6** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000561/2025-11

SEI nº 7056787

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

OFÍCIO 1754 (7056787)

SEI 00333.000561/2025-11 / pg. 1

Avulso da MSF 68/2025 [4 de 20]

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**CPF.: Informações Pessoais
ID.: 8278 MRE

1960 Filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasce em 26 de junho, em Niterói/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1991 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr: O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil

Cargos:

- 1982 CPCD - IRBr
1983 Terceiro-secretário
1987 Segundo-secretário
1994 Primeiro-secretário, por merecimento
2001 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de segunda classe, por merecimento
2015 Ministro de primeira classe

Funções:

- 1984-86 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1986-89 Embaixada em Moscou, terceiro e segundo-secretário
1989-91 Embaixada em Madri, segundo-secretário
1991-93 Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, assessor
1993-94 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1994-95 Divisão de Organismos Internacionais, chefe, Substituto
1995-98 Embaixada em Paris, primeiro-secretário
1998-01 Embaixada em Montevidéu, primeiro-Secretário
2001 Secretaria-Geral, adjunto do Gabinete
2001-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, chefe de gabinete
2003-08 Embaixada em Londres, conselheiro e ministro-conselheiro
2008-11 Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2011-13 Comitê Nacional da Rio+20 (CNORIO20)
2013-17 Prefeitura do Rio de Janeiro, Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito
2017-21 Embaixada em Paramaribo, embaixador

Avulso da MSF 68/2025 [5 de 20]



2021-23 Embaixada em Teerã, embaixador
2023- Secretário de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores

Condecorações:

- 1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2010 Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial
2010 Medalha Mérito Santos Dumont
2013 Ordem do Mérito Militar, Comendador
2014 Ordem de Leopoldo, Bélgica, Oficial
2019 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2021 Ordem da Palma, República do Suriname, Grande-Colar

Avulso da MSF 68/2025 [6 de 20]



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE EUROPA E AMÉRICA DO NORTE
DEPARTAMENTO DE EUROPA
DIVISÃO DE EUROPA MERIDIONAL E UNIÃO EUROPEIA**

GRÉCIA (REPÚBLICA HELÊNICA)



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2025**

Avulso da MSF 68/2025 [7 de 20]



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Helênica
GENTÍLICO	
CAPITAL	Atenas
ÁREA	132.049 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2024)	10,4 milhões
LÍNGUA OFICIAL	
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Gregos ortodoxos (90%); sem religião (4%); outros cristãos (3%); muçulmanos (2%); outras religiões (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Helênico (Βουλή των Ελλήνων/Voulí ton Ellínōn): parlamento unicameral, composto por 300 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Konstantinos Tasoulas (desde 13 de março de 2025)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Kyriakos Mitsotakis (desde 8 de julho de 2019)
CHANCELER	George Gerapetritis (desde 27 de junho de 2023)
PIB NOMINAL (FMI, 2024)	US\$ 257 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA-PPP (FMI, 2024)	US\$ 467 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2024)	US\$ 24.720 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2024)	US\$ 42.920 mil
VARIAÇÃO DO (FMI, 2024)	2,3% (2024) 5,7% (2023); 5,9% (2022); 8,3% (2021); -9% (2020); 1,9% (2019); 1,9% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD, 2023)	0,908 - 34º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2024)	81
ALFABETIZAÇÃO (2023)	99,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2024)	10,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ioannis Tzovas-Mourouzis (desde março de 2022)
EMBAIXADOR EM ATENAS	Paulo Roberto Caminha de Castilhos França (desde agosto de 2023)
BRASILEIROS NO PAÍS (MRE, 2023)	(est.) 4.000

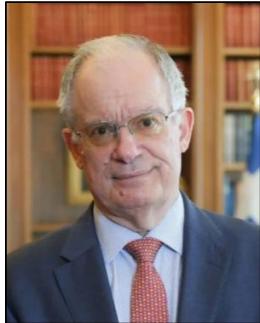
INTERCÂMBIO BILATERAL (em milhões de USD)
Comex Stat, MDIC

BRASIL→GRÉCIA	2025 (jan-ago)	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Intercâmbio total	400	496	498	406	319	259	336
Exportações	351	382	439	352	224	198	173
Importações	49	114	59	55	95	62	163
Saldo	302	268	381	297	128	136	10

Avulso da MSF 68/2025 [8 de 20]



PERFIS BIOGRÁFICOS



Konstantinos Tasoulas. Presidente da República Helênica. Nascido em Ioannina, 66 anos. Graduou-se em Direito na Universidade Nacional e Capodistriana de Atenas em 1981. Atuou como advogado em Atenas e Londres. Membro do partido Nova Democracia, foi eleito para o conselho municipal de Kifissia em 1990, assumindo o cargo de prefeito da municipalidade em 1994. Em 2000, foi eleito para o Parlamento pelo distrito de Ioannina. Atuou como vice-ministro da Defesa em 2007. Tornou-se secretário-geral do Nova Democracia em 2010. Entre 2014 e 2015, foi ministro dos Esportes e da Cultura. Após as eleições de 2019, foi eleito presidente do Parlamento grego, com votação recorde, permanecendo no cargo até 2025, quando se elegeu presidente da República Helênica. O mandato tem duração de cinco anos, com possibilidade de reeleição.



Kyriakos Mitsotakis. Primeiro-Ministro da República Helênica. Nascido em Atenas, 57 anos. Pertence a família de grande projeção política. É filho do ex-primeiro-ministro grego, Konstantinos Mitsotakis, e irmão da ex-ministra de Negócios Estrangeiros e ex-prefeita de Atenas, Dora Bakoyannis. Obteve diploma de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Harvard. É mestre pela Universidade de Stanford em Relações Internacionais e MBA pela Harvard Business School. Foi membro do Parlamento entre 2004-2019. Foi ministro de Reformas Administrativas de 2013 a 2015. Foi também membro ativo da Assembleia Parlamentar da OTAN. Tornou-se presidente de seu partido, Nova Democracia, em 2016. A agremiação foi a primeira a conquistar a maioria absoluta no Parlamento grego desde 2009. Foi empossado primeiro-ministro em julho de 2019 e reeleito em junho de 2023.



George Gerapetritis. Ministro de Negócios Estrangeiros da República Helênica. Nascido em Karpathos, 57 anos. Graduado em direito pela Universidade Capodistriana de Atenas e doutorado em direito público da União Europeia pela Universidade de Oxford. É professor de direito constitucional da Universidade de Atenas desde 2003. Como advogado, atuou em processos perante a Corte de Justiça da União Europeia e a Corte Europeia de Direitos Humanos. Assumiu a posição de ministro dos Negócios Estrangeiros em junho de 2023.



APRESENTAÇÃO

A Grécia está situada na Europa meridional, em localização estratégica, no cruzamento entre a Europa, a Ásia, o Oriente Médio e a África. Tem fronteiras terrestres com Albânia, a noroeste, Macedônia do Norte e Bulgária, ao norte, e Turquia, no nordeste. O Mar Egeu fica a leste de seu território continental; o Mar Jônico, a oeste, e o Mar Mediterrâneo, ao sul. O país tem a 11ª maior costa do mundo, de 13.676 quilômetros de extensão, com grande número de ilhas (cerca de 1.400, das quais 227 habitadas). Oitenta por cento do território da Grécia se compõe de montanhas, das quais o Monte Olimpo é a mais elevada, com 2.917 metros de altitude. Atenas é a capital e a maior cidade do país.

A República Helênica moderna deita raízes na civilização da Grécia Antiga. O estado grego moderno foi criado em 1830, após a Guerra da Independência contra o antigo Império Otomano.

Com população de mais de dez milhões de habitantes, a Grécia é, atualmente, estado democrático desenvolvido, com economia avançada e de alta renda, alto padrão de vida e índice de desenvolvimento humano (IDH) considerado muito alto pelas Nações Unidas. É membro fundador da ONU, membro da União Europeia desde 1981 e da Zona Euro desde 2001, além de integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1952. A economia grega é também a maior dos Balcãs, onde a Grécia é importante investidor regional. O turismo é componente fundamental do PIB, abarcando cerca de 20% do total.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia estabeleceram relações diplomáticas em 1912. Elas baseiam-se em interesses comuns, traduzidas no apoio recíproco em foros multilaterais e na cooperação em diversos assuntos. O bom relacionamento bilateral registra a contribuição relevante dos nacionais dos dois países. Estima-se que cerca de quatro mil brasileiros residam na Grécia. Há consulados honorários em Tessalônica, Mykonos, Corfu e Pireu. No Brasil, calcula-se haver entre 30.000 e 40.000 gregos e descendentes.

No que se refere a visitas e encontros de alto nível, a ex-presidente Dilma Rousseff esteve na Grécia, em 2011. Em 2015, houve dois encontros entre a presidente Rousseff e o primeiro-ministro grego, ambos à margem de eventos multilaterais: em junho, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC; e em setembro do mesmo ano, em Nova Iorque, no âmbito da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. O então ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitou duas vezes a capital grega: em 2003, por ocasião de encontro de Chanceleres UE-América Latina; e em 2009, primeira visita bilateral de ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. O então vice-presidente Hamilton Mourão visitou o país de 4 a 7 de outubro de 2021. Em fevereiro de 2023, o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Nikos Dendias (atual ministro da Defesa), realizou visita oficial a Brasília, a primeira de chanceler grego em mais de 100 anos de relacionamento bilateral. Na ocasião, foram assinados Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo; Acordo de Serviços Aéreos e Acordo-Quadro de Defesa.

Em junho de 2024, o ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira realizou visita a Atenas, a primeira de chanceler brasileiro à Grécia em quinze anos. Na ocasião, além de reunião com o homólogo, George Gerapetritis, firmou-se Acordo de Cooperação Cultural. Evidenciou-se interesse mútuo no fortalecimento da relação bilateral e convergências sobre temas da agenda internacional, como o conflito em Gaza. Os dois chanceleres concordaram que o fortalecimento das relações bilaterais precisa acompanhar-se da expansão de laços econômicos. O lado grego afiançou, ainda, o apoio à conclusão do Acordo MERCOSUL-União Europeia, reconhecendo o impacto positivo que tenderá a produzir no intercâmbio comercial. Nas declarações à imprensa, o chanceler Gerapetritis endossou as prioridades selecionadas pelo Brasil para a presidência do G-20, reveladoras de "política externa estratégica e coerente". Agradeceu o apoio brasileiro à eleição da Grécia para



assento não-permanente no CSNU e afirmou "contar com a cooperação e transferência de conhecimento acumulado pelo Brasil" nas suas passagens pelo Conselho.

Brasil e Grécia estabeleceram mecanismo de consultas políticas, por Memorando de Entendimento em vigor desde 2009. Realizaram-se duas reuniões: em Atenas (14/03/2013) e em Brasília (10/05/2016). Durante a visita ministerial de 2024, autoridades da chancelaria grega manifestaram interesse em reativar o mecanismo, cuja próxima reunião deverá ocorrer na Grécia.

No plano cultural, nota-se, na Grécia, crescente interesse pela cultura lusófona, que se insere em estratégia de maior diálogo e interação cultural com países de outras esferas geopolíticas. Realizou-se em Atenas, desde 2017, o Dia Internacional da Língua Portuguesa, cuja edição de 2024 contou com concerto de músicas em língua portuguesa da cantora grega, Miranda Verouli. Na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Luanda, 17/7/2021), a Grécia tornou-se Estado Observador Associado da organização. Desde setembro de 2024, o Brasil conta com leitora na Universidade Jônica, em Corfu. Em julho de 2025, Giorgos Katoúgalos, chanceler grego de fevereiro a julho de 2019, realizou palestra para alunos do Instituto Rio Branco.

A área de defesa, objeto de acordo assinado em 2023, apresenta potencial relevante para o incremento das relações bilaterais. A Grécia atribui elevada prioridade ao setor de defesa e é um dos cinco países, dentre os 28 integrantes da OTAN, que cumprem a meta de destinar mais de 2% de seu orçamento nacional àquele segmento. Em julho de 2021, realizou-se, em Atenas, a feira *Defence Exhibition Athens* (DEFEA). O evento contou com 312 expositores de 12 países. Na ocasião, gerente de vendas da Avibrás apresentou o sistema Astros-II de lançadores múltiplos de foguetes. Em abril de 2022, delegação da empresa realizou visita a Atenas e apresentou produtos para membros do Ministério de Defesa Helênico. A Embraer tem mantido diálogo técnico regular sobre o C-390 Millenium com a Força Aérea grega e a *Hellenic Aerospace Industry*, tendo realizado apresentação da aeronave na Grécia em 2023. A empresa tem procurado salientar benefícios do emprego do C-390 em situações de defesa civil e mitigação de desastres, inclusive no combate a incêndios florestais (tema de particular interesse na Grécia).

Em junho de 2024, entrou em vigor a Lei 14.884, que cria o Dia Nacional do Imigrante Grego, a ser comemorado em 21 de setembro. A data se refere à chegada de navio capitaneado por Nicolau Savas, em 1883, trazendo os primeiros gregos ao Brasil. O dia escolhido também coincide com a fundação da Coletividade Helênica de Santa Catarina, onde os imigrantes pioneiros estabeleceram residência.

No plano multilateral, a convergência entre Brasil e Grécia depende, em grande medida, das decisões da União Europeia, visto que Atenas acompanha, em geral, os posicionamentos do bloco. São frequentes as trocas de apoios a candidaturas em órgãos multilaterais.

Relacionamento econômico-comercial bilateral

O Brasil apresenta tradicional superávit comercial, mas a balança de serviços é显著mente favorável à Grécia, considerada a ampla participação de armadores gregos, sob variadas bandeiras, no mercado de fretes marítimos internacionais. A Grécia obteve os seguintes saldos positivos: USD 843 milhões (2017); USD 848 milhões (2018), USD 775 milhões (2019), USD 642 milhões (2020); USD 719 milhões (2021). Em 2023, o saldo foi de USD 1,3 bilhão, segundo o Banco da Grécia.

Em 2024, o Brasil exportou USD 382,2 milhões, redução de 13% em relação a 2023 (USD 439 milhões). No mesmo ano, as importações brasileiras somaram USD 114,2 milhões, aumento de 95% do total importado em 2022 (USD 58,5 milhões). A participação grega no total exportado pelo Brasil foi de 0,1% em 2024, ao passo que forneceu 0,01% de nossas importações globais. A Grécia posiciona-se como nosso 74º maior comprador externo e 74º fornecedor mundial.

A pauta exportadora permanece concentrada em bens primários, respondendo por cerca de 60% do total. Em 2024, destacaram-se café não torrado (43,6), soja (12,2%), tabaco, descaulificado ou desnervado (11,9%), óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (11,2%) e minérios de alumínio (4,5%). Dos principais produtos gregos importados pelo Brasil no mesmo período, destacam-se óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (32,8%), frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (22,2%), medicamentos, incluindo os de uso veterinário (7,3%), talheres (7,1%) e produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (3,3%). O superávit



da balança comercial em favor do Brasil foi de USD 268 milhões em 2024. Nos anos anteriores, foram registrados superávits de USD 136,14 milhões (2020); USD 128,27 milhões (2021), USD 297,10 milhões (2022) e USD 380,8 milhões (2023).

Entre janeiro e agosto de 2025, as exportações montaram a USD 351,2 (+39%); as importações, a USD 48,8 (-47%); a corrente, a USD 399,9 (+16%); e o saldo, a USD 302,4.

O café segue como produto estratégico, representando 47% no período. Sua excelente aceitação e imagem *premium* fomentaram incremento de mais de 50% nas remessas nos últimos cinco anos, saltando de US\$ 56 milhões em 2019 para US\$ 166,7 milhões em 2024.

POLÍTICA INTERNA

Desde a redemocratização, em 1974, a Grécia é uma república parlamentar. O chefe de estado é o presidente da República, eleito pelo parlamento para mandato de cinco anos. O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder do partido político que obtiver voto de confiança do parlamento. O presidente nomeia formalmente o primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é exercido pelos 300 membros eleitos do parlamento unicameral. As eleições parlamentares são realizadas a cada quatro anos.

O Judiciário compreende três tribunais supremos: o Tribunal de Cassação, o Conselho de Estado e o Tribunal de Contas. O sistema judiciário é composto, também, por tribunais civis, que julgam processos cíveis e penais, e por tribunais administrativos, que julgam litígios entre os cidadãos e as autoridades gregas administrativas.

O primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis, do Nova Democracia (centro-direita), ocupa o cargo desde 2019. Naquele ano, o partido obteve 158 assentos no Parlamento. Em junho de 2023, obteve novo mandato, com a mesma maioria parlamentar. No primeiro mandato, a administração foi elogiada pela gestão da pandemia, pela modernização e digitalização da administração pública e pela condução da economia, culminando na recuperação do grau de investimento. Seu governo operaria segundo lógica "triangular": pró-crescimento, mas com responsabilidade fiscal; políticas "robustas" com respeito a migrantes e temas securitários; e socialmente liberal em temas domésticos.

Segundo Mitsotakis, o crescimento alcançado com reformas de mercado, dentro de marco de responsabilidade fiscal, aliado a política migratória "dura, mas justa", permitiram retorno do foco ao combate à desigualdade e à melhoria de serviços públicos. Entre reformas importantes aprovadas no segundo mandato, vale registrar o fim do monopólio estatal sobre o ensino superior e a autorização de voto por correio, implementado na eleição para o Parlamento Europeu, em junho de 2024. Naquela eleição, a primeira a testar a hegemonia alcançada pelo Nova Democracia desde o pleito de 2023, a extrema direita obteve ganhos expressivos. O partido do primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis atraiu 28,31% dos votos, elegendo 7 parlamentares, aquém dos 33% alcançados nas últimas eleições para o Parlamento e cerca de 11% abaixo do número de votos recebidos nas eleições nacionais de 2023. Os votos perdidos pelo Nova Democracia não beneficiaram a oposição de esquerda e centro-esquerda, tendo o Syriza, o Pasok e o KKE (partido comunista) obtido, respectivamente, 14,92% (4 assentos), 12,79% dos votos (3 assentos) e 9,25% (2 assentos). A soma de todos os votos direcionados à extrema direita alcançou 18,4%, superando o Syriza, segundo melhor colocado na eleição.

POLÍTICA EXTERNA

O primeiro-ministro tem procurado explorar, com pragmatismo e dinamismo, as oportunidades que se abrem na seara internacional, de modo a projetar os interesses gregos para além da tradicional esfera europeia.

União Europeia – O governo participa ativamente das discussões europeias e procura projetar a imagem de construtor de consensos sobre temas de grande impacto, como a resposta comunitária à pandemia, migrantes e o apoio à transição verde, mediante o programa “*Next Generation EU*”. A



Grécia está entre os principais receptores de recursos do *Recovery and Resilience Facility (RRF)* e do *National Recovery and Resilience Plans (RRPs)*. A Grécia também procura apresentar-se como ponte para a aproximação dos países dos Balcãs ocidentais à União Europeia. O governo grego tem mantido posição favorável ao Acordo MERCOSUL-União Europeia.

Migrações – Como país da "linha de frente", o tema tem forte apelo local e internacional. O governo Mitsotakis procura matizar a sua posição, apresentada como "firme, mas justa". O objetivo seria "proteger as fronteiras" da ação de traficantes, ao mesmo tempo abrindo "caminhos legais" para quem quiser trabalhar no país. O governo grego celebrou a aprovação, pelo Conselho Europeu, do Pacto de Migrações e Asilo, reconhecendo o atendimento de vários pleitos do país. O ministro da Imigração e do Asilo, Dimitris Kairides destacou o estabelecimento de "sistema de solidariedade mandatária para países sob pressão migratória", o reconhecimento da ameaça da "instrumentalização de processos migratórios" e a previsão de novos protocolos para "reduzir a sobrecarga no processamento de pedidos de asilo em regiões fronteiriças". Em julho de 2025, o governo grego anunciou medidas para conter o fluxo crescente de migrantes que aportam em Creta.

Ucrânia – A Grécia acompanhou, desde o primeiro momento, a posição da UE e dos EUA. Tem fornecido armamentos, muitos dos quais repasses de material recebido dos EUA. Em 2024, anúncio de decisão dos EUA de vender até 40 caças F-35 para a Grécia incluiu cláusula sobre o interesse em aumentar, para USD 200 milhões, o programa de repasses de equipamentos à Ucrânia. No início de abril de 2024, Mitsotakis esteve em Odessa. Durante visita realizada conjuntamente com o presidente Volodymir Zelensky, uma instalação portuária foi alvejada por míssil russo, a cerca de 200 metros do local onde se reuniam os dois líderes.

Gaza – A maioria da população grega tem posições favoráveis à Palestina. A Grécia foi o último país europeu a reconhecer Israel, em 1990. Por sua vez, o primeiro-ministro tem buscado aprofundar as relações com Israel. Há arranjo triangular, incluindo o Chipre, focado na cooperação em energia. Os investimentos israelenses na Grécia são expressivos, da ordem de USD 1 bilhão nos últimos dez anos, sobretudo no setor de turismo. Após o 7 de outubro e a retaliação israelense, a Grécia procurou apresentar-se como "*honest broker*" para o conflito. Mitsotakis visitou Israel em outubro de 2023 e março de 2025, mas também manteve constantes contatos com outras lideranças regionais. Seu governo tem oferecido assistência humanitária a Gaza, vem cobrando acordo de cessar-fogo e sublinha a importância de retomar tratativas políticas, com base na solução de 2 estados. O governo grego tem grande preocupação com a perspectiva de aumento do fluxo de migrantes em função do conflito, sobretudo em cenário de escalada regional. A preocupação com a livre navegação também é significativa. A Grécia disponibilizou fragata para operação europeia de defesa da navegação no Mar Vermelho.

Turquia – Os governos grego e turco estão engajados em processo de distensão. O presidente Recep Erdogan realizou visita à Grécia em dezembro de 2023, ocasião em que foi assinada a "*Athens Declaration on Friendly Relations and Good-Neighborhood*". A declaração contém seção preambular relativa à "vontade renovada de cooperação" entre as partes, que se comprometem a "cultivar espírito de solidariedade frente a desafios correntes e futuros, sem prejuízo de suas respectivas posições legais". Em seguida, a declaração estabelece três pilares para o aprofundamento de consultas "construtivas e significativas", a saber: consultas políticas; desenvolvimento de "agenda positiva", abarcando a cooperação em diversos setores (negócios, turismo, transporte, energia, inovação, entre outros); e construção da confiança.

Em março de 2022, a realização de visita de Mitsotakis a Istambul, durante a qual foi discutida a convocação do Conselho de Cooperação, apontava para distensão. Foi também bem recebido o rápido oferecimento de ajuda humanitária pela Grécia, por ocasião do terremoto que afligiu o vizinho no início de 2023. Posteriormente, a coincidência temporal da reeleição dos dois líderes abriu caminho para retomada de contatos de alto nível e criação de mecanismo de consultas voltado à construção de "agenda positiva", para além das conhecidas disputas sobre plataformas continentais e zonas econômicas exclusivas. O fluxo de migrantes e a cooperação econômica e cultural são áreas enfatizadas por autoridades gregas nesse sentido.

Em maio de 2024, Mitsotakis reciprocou a visita de Erdogan a Atenas. Na ocasião, os dois líderes se expressaram de forma cuidadosa, evitando realçar diferenças.



Chipre – A Grécia defende enfaticamente as diretrizes estabelecidas pelo CSNU para o encaminhamento da questão de Chipre, reafirmando a República de Chipre como entidade soberana única, englobando duas comunidades politicamente iguais, sob a forma de federação "bizonal" e "bicomunal". A posição contrasta fortemente com a de autoridades da autoproclamada República Turca do Norte de Chipre e da Turquia, em favor de solução de dois estados para Chipre, baseada em igualdade soberana. Na AGNU de 2024, o primeiro-ministro Mitsotakis observou "ausência de progresso" no posicionamento turco sobre a questão e asseverou que solução de dois estados não pode ser aceita.

EUA – O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken foi recebido, em janeiro de 2024, pelo primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis em sua residência particular em Creta, mesma ilha na qual os EUA mantêm a base naval da baía de Souda. Menos de um mês após a visita, o primeiro-ministro divulgou carta recebida de Blinken anunciando a notificação ao Congresso para venda de até quarenta caças F-35 para a Grécia. A mesma carta indicou doação de duas aeronaves de transporte de carga C-130H, três navios de patrulha e quatro de combate, bem como de diversos outros equipamentos militares, inclusive tanques e veículos. O primeiro-ministro ressaltou que o recebimento da carta do secretário de Estado marcava "dia importante para a defesa nacional e a diplomacia grega (...) selando a profundidade estratégica das relações entre a Grécia e os EUA". No contexto da guerra na Ucrânia, além da Base Naval em Souda, o porto de Alexandroupoli, no norte da Grécia, adquiriu importância estratégica para os EUA, se consolidando como centro para o transporte de equipamentos militares, por ferrovia, aos países bálticos, passando por Bulgária e Romênia.

Verifica-se dinâmica de aproximação com o governo Trump. Por ocasião da posse, em 2025, o primeiro-ministro Mitsotakis destacou o compromisso com a parceria estratégica com os EUA. Em ocasiões posteriores, o chefe de governo declarou que a relação bilateral vive seu melhor momento, com forte cooperação em defesa, tecnologia e educação, e reconheceu a emergência de nova ordem internacional mais transacional, defendendo que a Europa aumente investimentos em defesa além dos 2% do PIB. Em 28/2/2025, o chanceler Gerapetritis manteve reunião com o Secretário de Estado Marco Rubio, ocasião em que reiterou a avaliação de que os países europeus devem assumir maiores investimentos em defesa.

Índia – Em seguimento a visita a Atenas realizada em 2023 pelo primeiro-ministro indiano Norendra Modi, Kyriakos Mitsotakis visitou Nova Dehli e Mumbai em 2024. Ao longo da visita, Mitsotakis sublinhou a prioridade atribuída por seu governo à participação grega no "*India-Middle East-Europe Corridor*" (IMEC), anunciado à margem da Cúpula do G-20 de 2023. O primeiro-ministro grego ponderou bastar "olhar o mapa para perceber que a Grécia se situa no centro desse novo corredor (...) Aos nossos amigos na Índia, afirmo sermos a porta natural para a Europa e além."

China – O primeiro-ministro Mitsotakis realizou visita a Pequim de 2 a 3 de novembro de 2023. A China possui dois investimentos importantes na Grécia. O primeiro e maior deles diz respeito ao porto de Pireu, no qual a COSCO assumiu controle majoritário de 51%, em 2016, posteriormente incrementado para 67% em 2021. O segundo também ocorreu em 2016, quando a *China State Grid* adquiriu 24% de sua contraparte local, a IPTO/ADMIE.

A Grécia procura enfatizar, também, a identidade comum dos dois países como "berços de antigas civilizações". Segundo a análise grega, tal atitude encontraria boa recepção na China, interessada em cultivar a relação. Nesse contexto, e tendo em conta a mudança observada no horizonte de investimentos, a China estaria apostando também em "*soft diplomacy*". Exemplos disso seriam a abertura na Grécia de três Institutos Confucius; de Academia Chinesa de Ciências Sociais; bem como a promoção de parcerias no campo da mídia, envolvendo a agência *Xinhua* e a contraparte local, bem como o principal jornal do país, o *Kathimerini*.

CSNU – A Grécia foi eleita para assento não permanente no CSNU, com mandato iniciado em janeiro de 2025. Anteriormente, ocupara o assento apenas duas vezes, em 1952-1953 e 2005-2006. Na sessão de alto nível da AGNU de 2024, o primeiro-ministro Mitsotakis elencou seis prioridades para o mandato da Grécia como membro não-permanente, a saber: resolução pacífica de disputas; respeito pelo direito internacional; mulheres, paz e segurança; crianças em conflitos armados; clima, paz e segurança; e segurança marítima. O primeiro-ministro helênico defendeu, em seguida, a expansão do CSNU, nas categorias de membros permanentes e não-permanentes.



OTAN – A Grécia atribui elevada prioridade à participação na OTAN, identificada como fundamental para a preservação de sua segurança. Grécia e Turquia aderiram conjuntamente à organização em 1952 – os primeiros novos membros admitidos após a fundação. No âmbito europeu, a Grécia apoiou com entusiasmo a criação da Cooperação Estruturada Permanente em Defesa e Segurança (PESCO), aprovada pelo Conselho da UE em dezembro de 2017, principal iniciativa de cooperação na área de defesa no âmbito do bloco.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O setor primário contribui com cerca de 4% para a economia; o secundário, em média com 16%; o terciário representa cerca de 80%, com destaque para navegação e turismo. A adesão à zona do euro, em 1º de janeiro de 2001, propiciou período de aceleração econômica, facilitado pelo acesso a crédito e por políticas fiscais expansionistas. Entre 2003 e 2007, a economia grega registrou crescimento médio anual de 4%, situando-se entre as taxas mais elevadas da União Europeia (UE).

A crise financeira global de 2008-2009 expôs vulnerabilidades como desequilíbrios macroeconômicos e endividamento público e externo, entre outros desafios. Em 2009, a economia grega entrou em recessão após a divulgação de déficit de 15,1% do PIB e dívida pública equivalente a 113,4% do PIB, aproximadamente 300 bilhões de euros. O governo grego implementou programa de resgate que incluiu medidas de austeridade, como redução de gastos governamentais, combate à evasão fiscal, eliminação de isenções tributárias, reformas na administração pública e no sistema de saúde e previdência social, além de liberalização de profissões regulamentadas.

Entre 2010 e 2015, foram acordados três programas de ajuste econômico, totalizando 368,6 bilhões de euros em financiamento. Do montante, 256,6 bilhões provieram de parceiros europeus e 32,1 bilhões do Fundo Monetário Internacional. Em agosto de 2018, a Grécia concluiu seu terceiro e último programa de assistência financeira, marcando o início de nova fase econômica.

A economia grega tem demonstrado notável recuperação nos últimos anos, superando os desafios impostos pela crise financeira de 2009 e os subsequentes programas de ajuste econômico. A Grécia apresentou em 2024 superávit primário de 2,94% do PIB, superior à previsão inicial de 2,1%. O sólido incremento das receitas desde a pandemia embala o país em espiral fiscal positiva. Em 2025, espera-se que o superávit primário atinja 2,5% do PIB. A inflação, 3% em 2024, deverá rondar 2,4% no corrente ano.

Segundo a publicação "World Economic Outlook" do FMI, a economia grega deverá crescer 2,0% em 2025, e a partir desse momento, desacelerar até alcançar 1,3% em 2029. Por outro lado, o FMI projeta déficit em conta corrente de 6,5% do PIB em 2025 e chegará a 3,4% até 2029. De acordo com o FMI, a dinâmica fiscal e o aumento do crescimento nominal acarretarão melhora da relação dívida/PIB: 142% em 2025, contra 158% em 2024, 167,4% em 2023 e quase 180% em 2022. O PIB nominal saltará para 267,3 bilhões de euros, contra 233,9 bilhões em 2024, 221,6 bilhões em 2023 e 206,6 bilhões em 2022.

O comércio exterior da Grécia demonstra igualmente dinâmica de recuperação e crescimento. Em 2024, as exportações gregas atingiram 49,9 bilhões de euros, representando aumento de mais de 40% em relação a 2019. Os principais itens de exportação incluem produtos agrícolas (especialmente azeite e produtos lácteos), produtos farmacêuticos, materiais de construção e produtos petrolíferos refinados. As importações totalizaram 84,5 bilhões de euros, resultando em déficit comercial de 34,6 bilhões. Os principais parceiros comerciais em 2024 foram Itália, Alemanha, China, Bulgária e EUA para exportações, e Alemanha, China, Itália e Iraque para importações.

Um dos aspectos mais relevantes da recuperação econômica grega é o retorno do país ao grau de investimento. Após anos situada em grau especulativo, a Grécia finalmente recuperou o status de de investimento em 2023. O setor financeiro grego se reestruturou progressivamente, amparado em sucessivas recapitalizações, reestruturações administrativas e esforços para redução de empréstimos. O governo grego implementou medidas para aprimorar a administração pública, inclusive novas regras para contratação, avaliação e mobilidade de funcionários públicos; criação de autoridade independente responsável pelas receitas públicas e iniciativas para aumentar a eficiência do sistema judicial. O investimento foi um dos motores do crescimento real do PIB no primeiro semestre de



2024, com variação anual de 3,5%. O aumento resultou do financiamento do Programa de Investimento Público do governo, bem como de aportes em "equipamentos mecânicos e sistemas de armas" e em "equipamentos de transporte", com aumentos de 16,3% e 13,4%, respectivamente. De acordo com dados do Banco da Grécia, as entradas líquidas de investimento estrangeiro direto Grécia atingiram aproximadamente 6 bilhões de euros em 2024. As principais origens de investimento seguem sendo países europeus — Chipre, Luxemburgo, Suíça, Alemanha, Holanda, França e Itália, seguidos por China, Estados Unidos e Canadá. A distribuição setorial dos fluxos entre 2013 e 2023 destaca forte concentração no setor terciário (84 %), com o secundário representando 14 % e o primário apenas 2 %. Entre os serviços, sobressaem gestão imobiliária, atividades financeiras e de seguros, além de armazenagem e transporte.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1821	Declaração de independência da Grécia.
1821-1832	Guerra pela independência da Grécia.
1913	Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
1917	O país ingressa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
1920	Plebiscito restaura a monarquia; George II assume o trono em 1922.
1924-1935	Segue-se um curto período republicano.
1935	George II é recolocado no trono graças a novo plebiscito.
1941	A Grécia é ocupada pelos alemães; o Rei se exila em Londres.
1944	A União Soviética expulsa os nazistas dos Balcãs.
1946	Novo plebiscito reinstala George II no trono.
1949	George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil.
1967	Militares liderados por Georgios Papadopoulos dão golpe de Estado e instauram ditadura militar, reforçando a repressão anticomunista.
1973	Militares decidem abolir monarquia, desencadeando onda de protestos no ano seguinte; governo é devolvido aos civis.
1974	Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Plebiscito rejeita retorno da monarquia.
1975	Com nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
1976	O grego torna-se língua oficial.
1980	Costas Karamanlis é eleito presidente do país.
1981	A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia.
2001	Adoção do Euro.
2004	Jogos Olímpicos em Atenas.
2004	O conservador partido Nova Democracia, liderado por Costas Karamanlis, assume o governo após derrota eleitoral imposta ao Movimento Socialista PanHelênico (PASOK).
2007	Karamanlis vence novas eleições.
2009	Início da crise econômica grega.
2012	Eleições parlamentares em maio geram impasse na formação de novo governo. Convocadas novas eleições, em junho, o partido Nova Democracia assume o comando do governo, por meio de seu líder, Antonis Samaras, e em coalizão com o partido PASOK.
2012-2014	Agravamento da crise econômica alimenta a instabilidade política, o que se reflete na incapacidade do Parlamento grego eleger novo presidente e na convocação de eleições antecipadas.
2015	Partido Syriza é vencedor das eleições e forma coalizão com o partido nacionalista Gregos Independentes (janeiro).
2015	Referendo rejeita termos do programa de resgate proposto pelos credores (julho).
2015	Grécia e seus credores aprovam programa de resgate no montante de EUR 86 bilhões.
2019	Assinatura do Acordo de Prespa com a Macedônia do Norte.
2019	O Nova Democracia vence eleições e Kyriakos Mitsotakis assume como primeiro-ministro.
2021	Bicentenário da Revolução Grega de 1821 (comemorada em 25 de março).
2022	Encerrado, após 12 anos, monitoramento intensivo da economia grega, imposto no contexto da crise econômica da década anterior. Primeiro-ministro comemora fim de ciclo de estagnação e abertura de "novo horizonte e crescimento, união e prosperidade".



2023	Nova vitória eleitoral do Nova Democracia e início do segundo mandato de Kyriakos Mitsotakis como primeiro-ministro.
------	--

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1883	Instalação, em Santa Catarina, da primeira colônia grega no Brasil.
1912	Abertura de missão diplomática (Legação) do Brasil em Atenas.
1941	Fechamento da Legação do Brasil durante a II Guerra Mundial.
1945	Reabertura da Legação do Brasil em Atenas.
1958	Elevação da Missão diplomática do Brasil à categoria de Embaixada.
1980	Diminuição do número de gregos no Brasil, com o início de fluxo imigratório revertido, com a ida de descendentes helênicos para a Grécia.
2003	Visita à Grécia do chanceler Celso Amorim, para encontro de Chanceleres da União Europeia e América Latina.
2006	Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil.
2009	Visita a Atenas do chanceler Celso Amorim.
2010	Criação do Conselho Empresarial Brasil-Grécia.
2011	Visita a Atenas, em trânsito para a China, da presidente Dilma Rousseff (abril).
2012	Visita ao Brasil de Alexis Tsipras (dezembro).
2015	Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Alexis Tsipras, por ocasião da Sessão de Abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque (setembro).
2017	Visita ao Brasil do ministro da Defesa grego, Panos Kammenos.
2023	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Nikos Dendias.
2024	Visita à Grécia do chanceler Mauro Vieira.





**Ministério das Relações Exteriores
Divisão de Atos Internacionais
Relação de Acordos**

Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celebração	Status	Dt. Exp. Mot. Parlamentar	Dt. Envio Congresso	Dt. Dec. Legislativo	Dt. Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica	Grécia	12/06/2024	Tramitação Ministérios/Casa Civil									
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica	Grécia	06/02/2023	Tramitação Congresso Nacional	29/06/2023	12/09/2023			06/06/2025				
Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República Helénica sobre Cooperação no Domínio da Defesa	Grécia	06/02/2023	Tramitação Congresso Nacional	03/04/2023	13/07/2023							
Memorando de Entendimento na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica	Grécia	06/02/2023	Em Vigor							31/03/2023		
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Helénica sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Helénica	Grécia	03/04/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)				08/04/2009					

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Helénica sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	Grécia	03/04/2009	Em Vigor							09/04/2009		
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação	Grécia	03/04/2009	Em Vigor	12/11/2009	12/04/2010	03/10/2011	07/10/2011	08/06/2011	30/08/2016	23/08/2017		
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helénica sobre Extradição	Grécia	03/04/2009	Em Vigor	03/02/2015	25/02/2015	21/02/2019			21/05/2019	26/06/2019		
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Grécia	Grécia	27/03/2003	Em Vigor	20/02/2004	17/03/2004	19/04/2006	16/11/2007		28/12/2007	26/03/2008		
Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica	Grécia	19/12/2002	Em Vigor		23/09/2004	29/10/2007	16/11/2007	15/09/2005		24/01/2008		
Ajuste para a Execução do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica	Grécia	16/07/1992	Em Vigor					19/11/1992		29/01/1993		
Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helénica.	Grécia	12/09/1984	Em Vigor		13/01/1986	27/10/1987				12/03/1990		
Acordo de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República Helénica.	Grécia	09/06/1975	Em Vigor		31/07/1975	11/11/1975				13/08/1976		
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais entre os Estados Unidos do Brasil e a República Helénica.	Grécia	03/04/1961	Em Vigor							12/06/1961		
Acordo Provisório de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Helénica.	Grécia	30/07/1960	Expirado							24/09/1960		

Avulso da MSF 68/2025 [19 de 20]



Comissão Consultiva de Acordos Comerciais. Acordo de Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Helênica.	Grécia	08/07/1952	Expirado								
Ajuste Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República Helênica	Grécia	06/06/1952	Expirado						02/09/1952		
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum entre a os Estados Unidos do Brasil e a República Helênica.	Grécia	03/05/1951	Em Vigor								
Acordo Comercial entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a República Helênica	Grécia	15/05/1933	Expirado						28/10/1933		
Convenção de Arbitramento para um Período de 10 anos.	Grécia	28/07/1910	Superado								

Avulso da MSF 68/2025 [20 de 20]





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2025

(nº 1455/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Repùblica do Iraque.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 69/2025 [1 de 18]



MENSAGEM N° 1.455

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de outubro de 2025.

Avulso da MSF 69/2025 [2 de 18]



00333.000653/2025-93



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 1755/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 09/10/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7056801** e o código CRC **BA57FFB7** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000653/2025-93

SEI nº 7056801

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**CPF : [Informações Pessoais]
ID.: 3126 MRE

1956 Filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni, nasce em 15 de abril, em Bauru/SP

Dados Acadêmicos:

- 1979 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980 CPCD – IRBr
1989 CAD – IRBr
2005 CAE, IRBr, O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira

Cargos:

- 1981 Terceiro-Secretário
1986 Segundo-Secretário
1992 Primeiro-Secretário, por merecimento
1999 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2012 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1981 Divisão de Atos Internacionais, assistente
1983 Departamento Consular e Jurídico, assessor
1983 Embaixada em Acra, Encarregado de Negócios em missão transitória
1984 Embaixada no México, Terceiro e Segundo-Secretário
1986 Reunião Regional das Nações Unidas sobre Nomes Geográficos, México, Chefe de delegação
1987 Embaixada em Berlim, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios
1988 Encontro Internacional em Favor de Zonas Livres de Armas Nucleares, Berlim, Chefe de delegação
1990 Divisão do Pessoal, assessor e Chefe, interino
1991 Secretaria-Geral de Controle, Subsecretário de Auditoria, substituto
1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador Executivo
1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1993 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1995 Conselho de Segurança da ONU, Delegado junto aos Comitês de Sanções
1996 Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário
1998 Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Auditoria e Secretário de Controle Interno, substituto
1999 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe

Avulso da MSF 69/2025 [5 de 18]



1999	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Diretor Geral, substituto, e Ordenador de Despesas
2000	Divisão de Cooperação Educacional, Chefe
2001	Embaixada em Roma, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001	Instituto Ítalo-Latino-Americano, Roma, Representante, alterno
2001	54ª e 55ª Sessão da Assembléia Geral do Instituto para a Unificação do Direito Internacional Privado, Roma, Chefe de delegação (2001 e 2002)
2002	Reunião da Força Tarefa das Nações Unidas para a Ásia Meridional, Roma, Chefe de delegação
2002	Reunião Internacional de Apoio à Paz no Oriente Médio, Nicosia, Chefe de delegação
2002	Reunião do Comitê das Nações Unidas sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, Nicosia, Chefe de delegação
2002	Congresso para a Harmonização Mundial do Direito Privado e a Integração Econômica Regional, Roma, Chefe de delegação
2002	Seminário das Nações Unidas sobre o Direito Penal Econômico, Mercado Global e Infiltração do Crime Organizado, Nápoles, Chefe de delegação
2003	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
2006	Coordenação-Geral de Modernização, Coordenador-Geral
2006	Embaixada em Oslo, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007	Embaixada em Washington, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios
2009	Embaixada em Islamabad, Embaixador. Embaixadas em Cabul e Dushambé, Embaixador não-residente
2009	Embaixada em Cabul e Embaixada em Dushanbe, Embaixador não-residente
2015	Embaixada em Varsóvia, Embaixador
2024	Embaixada em Mascate, Embaixador

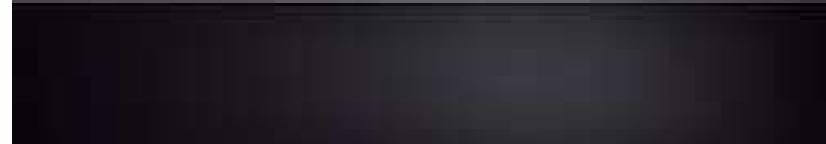
Condecorações

1991	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
2016	Medalha Cruz da Paz dos Veteranos da FEB, Brasil.
2018	Medalha Marechal Trompowsky, Brasil.
2018	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial.
2018	Ordem ao Mérito, Polônia, Comendador.
2018	Medalha do Pacificador, Brasil.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E DE ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

IRAQUE



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Setembro de 2025

Avulso da MSF 69/2025 [7 de 18]



PERFIS BIOGRÁFICOS**PRESIDENTE ABDUL LATIF RASHID**

Nasceu em 1944, na região de Sulaymaniyah, no Curdistão iraquiano. Formou-se em engenharia civil pela Universidade de Liverpool em 1968. Fez mestrado (1972) e doutorado (1976) em Hidráulica pela Universidade de Manchester. Envolveu-se com grupos de oposição de estudantes curdos na Europa, o que mais tarde levou à formação da União Patriótica do Curdistão. Também foi um dos membros das delegações curdas em conferências da oposição iraquiana voltadas a derrubar o regime de Saddam Hussein. Após a invasão do Iraque e derrubada do regime Baath pelas forças dos Estados Unidos, Rashid retornou a Bagdá para ser nomeado Ministro de Recursos Hídricos (2003-2010), antes de tornar-se assessor sênior do Presidente da República (2010-2021). Foi eleito, em 13 de outubro de 2022, 9º presidente do Iraque.

**PRIMEIRO-MINISTRO MOHAMMED SHIA' AI-SUDANI**

Nasceu em 1970, em Bagdá, em família de origem xiita. Possui bacharelado em Ciências Agrícolas pela Universidade de Bagdá. Iniciou sua vida política após a queda do regime Baath (2003). Ocupou vários cargos no serviço público entre 2004 e 2010, entre os quais os de prefeito da cidade de Amarah, de membro do Conselho Provincial de Maysan e de governador de Maysan. Foi Ministro dos Direitos Humanos (2010-2014) e Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais (2014-2018). Exerceu mandato no Parlamento, como representante de Bagdá, por dois períodos consecutivos (2014-2018 e 2018-2021). Tornou-se primeiro-ministro em 27/10/2022, após ter sido oficialmente designado, pelo Presidente Rashid, para formar o governo.

**MINISTRO DO COMÉRCIO, ATHEER DAWOOD SALMAN AL-GHURAIRI**

Nasceu em 1976, em Bagdá. Possui mestrado em Economia. Foi consultor (2001-2004) e diretor-geral adjunto (2008-2018) da Empresa Geral de Comércio de Produtos Alimentícios. Também ocupou os cargos de diretor-geral adjunto de Planejamento e Acompanhamento (2018-2020), diretor-geral da Empresa Geral de Mercados Centrais (2020-2021) e diretor-geral da Empresa Geral de Processamento de Grãos (2021-2022). Assumiu o Ministério do Comércio em 27 de outubro de 2022.



RELAÇÕES BILATERAIS

Os laços diplomáticos entre o Brasil e o Iraque foram estabelecidos em 1967. A embaixada brasileira em Damasco esteve responsável, até 1972, por representar o Brasil junto às autoridades iraquianas, quando foi inaugurada a embaixada do Brasil residente em Bagdá.

Os dois países apresentam potencial conjunto — por serem atores essenciais em suas regiões e pelo alto grau de complementaridade entre suas economias — para desenvolvimento de relação estratégica.

A aproximação entre o Brasil e o Iraque foi impulsionada, inicialmente, pela coincidência de interesses no campo do petróleo. O Iraque, no início da década de 1970, nacionalizara os investimentos estrangeiros na exploração de seu petróleo, o que levou à imposição de bloqueio pelos países das companhias detentoras das reservas. O primeiro país a desconsiderar essa situação foi o Brasil, por intermédio da Petrobras. A Braspetro, sua subsidiária, convidada, em 1972, a participar da prospecção de petróleo no Iraque, localizou, em 1976, e operou como concessionária, por 8 anos, os supercampos de *Majnoon* — o maior já encontrado no Iraque — e de *Nahr Umr*.

O Iraque tornou-se, nesse contexto, relevante parceiro comercial do Brasil entre o final dos anos 1970 e a irrupção da Guerra do Golfo, em 1990. Nesse período, as vendas de óleo cru iraquiano chegaram a 300.000 barris por dia, equivalente a 70% do petróleo importado à época pelo Brasil. Por sua vez, o Brasil exportava sobretudo material bélico (tanques Urutu e Cascavel, bateria Astros), automóveis (Passat/Brazili), alimentos e serviços de engenharia. A empreiteira Mendes Júnior, por exemplo, construiu várias obras no Iraque, com destaque para a Ferrovia Bagdad-Akashat-Alkhaim, de 553 km e custo global de US\$ 1,3 bilhão, ademais de rodovias e projetos de irrigação no rio Eufrates.

No contexto da Guerra do Golfo, em 1991, e do ambiente de sanções econômicas ao Iraque que se seguiu, os laços bilaterais perderam seu dinamismo. A Embaixada do Brasil em Bagdá não foi fechada, mas o pessoal diplomático brasileiro foi retirado em 1991. Em 2004, o governo brasileiro criou núcleo de Assuntos Iraquianos na embaixada em Amã, como parte do processo de reativação gradual da embaixada em Bagdá.

O pessoal diplomático brasileiro retornou a Bagdá em março de 2012. Entre outubro e dezembro de 2014, as atividades da missão foram novamente interrompidas, em razão da deterioração das condições de segurança no contexto dos combates ao autointitulado “Estado Islâmico” (EI).

O Brasil é hoje o único país latino-americano com embaixada no Iraque. É, também, ao lado da Austrália e da Nova Zelândia, um dos três únicos países do hemisfério sul com representação de alto nível, em caráter permanente, em Bagdá.

Visitas de alto nível. A partir de meados da década de 2010, o Brasil e o Iraque ensaiaram retomada do diálogo político. Em junho de 2015, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Ibrahim Al Jaafari, realizou visita oficial ao Brasil. Na oportunidade, foram tratados temas como expansão e diversificação do intercâmbio econômico-comercial e dos investimentos, assim como questões das agendas regionais e internacional de interesse dos dois países.

No sentido oposto, o então Ministro da Defesa, Jacques Wagner, realizou, em agosto de 2015, a primeira visita de Ministro de Estado brasileiro ao Iraque desde a Guerra do Golfo, passado, portanto hiato de quase três décadas.

Delegação brasileira chefiada pelo então Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) realizou missão a Bagdá, em 30 de maio de 2022. Além



do secretário, integraram-na representantes do Congresso, do Ministério da Defesa, da Apex-Brasil; da indústria de defesa brasileira; do setor agrícola, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque.

Em abril de 2025, o Ministro do Comércio do Iraque, Atheer Dawood Salman Al-Ghurairi, visitou o Brasil. Na ocasião, manteve reuniões com o Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e com o presidente da APEX, Jorge Viana.

Consultas Políticas. Em maio de 2025, o Brasil e o Iraque celebraram, em Brasília, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, estabelecido pelo "Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas", firmado em Bagdá, em 2018. Foram debatidos, na ocasião, temas de interesse mútuo, como comércio, investimentos e cooperação, assim como assuntos da agenda internacional.

Comissões Mistas. O “Acordo de Cooperação Econômica e Técnica”, assinado em 11/5/1977, estabeleceu, em seu artigo 9º, uma Comissão Mista. O Iraque é o país da região do Golfo com o qual o Brasil possui o maior número de reuniões de comissões mistas realizadas: 9, no total, desde 1979. Não obstante, as últimas edições foram realizadas em 2011, em Brasília, e em 2012, em Bagdá, após esforço de retomada que incluiu a assinatura, em 26/10/2011, do “Memorando de Entendimento sobre o Procedimento para Reestabelecer Comissão Mista entre o Brasil e o Iraque”.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

As reservas de hidrocarbonetos do Iraque (145 bilhões de barris de óleo, 3,7 bilhões de pés cúbicos de gás natural) e sua extração a baixo custo (média de US\$ 10,70 por barril, comparado com US\$ 49 no Brasil e US\$ 36 nos EUA, segundo a Rystad Energy's UCube database) asseguram àquele país lugar de relevo — por meio da produção média de 4,4 milhões de barris/ano de petróleo e 11 milhões de pés cúbicos de gás natural — no suprimento global de energia.

A pendência da dívida oficial iraquiana com o Brasil representava impedimento a qualquer iniciativa de cooperação ou investimento. Após três anos de gestões nas respectivas capitais, o Brasil e o Iraque assinaram, em 14 de setembro de 2018, acordo contratual de reestruturação da dívida iraquiana com o governo brasileiro, decorrente das quebras de contratos no período de Saddam Hussein.

O montante total do débito, consolidado em US\$ 430, 94 milhões ao final de negociações realizadas em 2004, foi reduzido para US\$ 44, 17 milhões após o Brasil oferecer ao Iraque diminuição de 89,75% de suas obrigações financeiras pendentes, em consonância com os parâmetros estabelecidos no Clube de Paris. O então ministro das Finanças do Iraque, Fuad Hussein (hoje Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros), autorizou o pagamento antecipado do valor acordado e liquidou o débito pouco tempo após a assinatura do referido acordo.

O comércio entre o Brasil e o Iraque passou por significativas transformações nas últimas duas décadas. Apesar de saldos negativos entre 2003 e 2014, o Brasil reverteu a tendência a partir de 2015, mantendo, de forma consistente, resultados positivos. Nos últimos anos, verificou-se aumento acentuado nas exportações brasileiras ao Iraque, que saltaram de US\$ 613 milhões em 2022 para US\$ 1,29 bilhão em 2023 e atingiram recorde histórico de US\$ 1,88 bilhão em 2024. Em 2025, o volume de exportações no período jan/jun registrou crescimento de 8,7%, alcançando US\$ 733 milhões.



Em contraste com valores significativos, sobretudo até 2014, caíram quase a zero, nos últimos anos, as importações oriundas do Iraque. Em 2025, no período jan/jun, o Brasil importou US\$ 600 mil.

Hoje a pauta exportadora brasileira para o Iraque concentra-se em soja (36%), carne de aves (22%), açúcar (22%), animais vivos (7,7%) milho (4,1%), o que reflete expressiva concentração em *commodities* agrícolas. Por outro lado, as importações brasileiras são integralmente compostas por óleos combustíveis.

O atual período marca o maior volume de exportações do Brasil para o Iraque desde a reabertura, em 2012, da Embaixada do Brasil em Bagdá. Esses dados encontram-se, porém, subestimados, uma vez que parte dos produtos brasileiros que chegam ao Iraque tem por primeiro destino países vizinhos, como os Emirados Árabes Unidos e a Turquia.

POLÍTICA INTERNA

A população do Iraque é de 40,2 milhões de habitantes, 4^a maior no Oriente Médio, atrás da do Egito, do Irã e da Turquia. O território iraquiano divide-se em 18 províncias, das quais 3, localizadas ao norte, formam a região autônoma do Curdistão, na fronteira com o Irã, a Turquia e a Síria.

Entre as cidades iraquianas, a capital Bagdá, Najaf e Karbala (importantes centros de peregrinação religiosa), Basra (principal *hub* de transporte marítimo) e Erbil (capital do Curdistão iraquiano) notabilizam-se como polos de consumo e distribuição de produtos e serviços para o restante do mercado nacional. Mosul, 2^a maior cidade, foi devastada após a ocupação pelo EI, de 2014 a 2017.

A situação político-econômica do Iraque em anos recentes resulta de quase quatro décadas de conflitos externos e internos, que provocaram recorrentes crises humanitárias, enfraqueceram as instituições nacionais e minaram a coesão social do país. A guerra com o Irã (1980-1988) e as sanções internacionais que se seguiram à invasão do Kuwait (1990-1991) arruinaram a economia iraquiana e impulsionaram a repressão do governo de Saddam Hussein a curdos e xiitas.

Ao isolamento econômico e repressão da década de 90, seguiu-se, em 2003, a intervenção da coalizão liderada pelos EUA. Para além da destruição física e da perda de vidas, a intervenção contribuiu para agravar a fragilidade institucional do país, com a dissolução das duas principais instituições nacionais, o partido Baath e as Forças Armadas.

Após a invasão, o governo provisório do Iraque, sustentado pela coalizão, foi responsável por redigir a atual Constituição iraquiana, promulgada em 2005. A Constituição de 2005 introduziu o federalismo no país e reconheceu o Curdistão iraquiano como região autônoma, com a prerrogativa de manter forças armadas (“peshmerga”) e parlamento próprios.

A reconquista do território iraquiano ocupado pelo Estado Islâmico, anunciada em dezembro de 2017, representou importante marco para o governo iraquiano. Após a vitória contra o EI, o governo passou a concentrar esforços na reconstrução do país, no diálogo nacional e na retomada do desenvolvimento econômico. Cabe registrar, entretanto, que o EI continua a representar ameaça latente em regiões críticas do Iraque.

O governo iraquiano é uma república parlamentar, federativa e representativa. A chefia de Estado cabe ao presidente da República, escolhido pelo Conselho de Representantes. O Conselho é integrado por 328 deputados e representa, em modelo unicameral, o Poder



Legislativo. A chefia de governo é exercida pelo primeiro-ministro, normalmente o líder da coalizão vencedora nos pleitos eleitorais nacionais que têm lugar a cada quatro anos.

O jovem regime democrático-parlamentar iraquiano avança em seu processo de consolidação institucional. Foram realizadas cinco eleições gerais desde a promulgação da Constituição (2006, 2010, 2014, 2018 e 2021). Repete-se, na prática, fórmula de distribuição de poder em que a presidência do país é atribuída a cidadão da etnia curda, o cargo de primeiro-ministro cabe a cidadão de confissão xiita, e a presidência do Conselho de Representantes, a um sunita. Outros cargos de primeiro e segundo escalão também seguem regra de repartição entre etnias e confissão religiosa.

Em outubro de 2022, o Conselho de Representantes elegeu Abdul Latif Rashid como presidente, e Mohammed Shia al-Sudani tornou-se primeiro-ministro. Desde que assumiu o cargo em outubro de 2022, o primeiro-ministro al-Sudani lidera período de relativa estabilização política, econômica e de segurança. As próximas eleições parlamentares estão agendadas para novembro de 2025.

ECONOMIA

A economia do Iraque exibe sinais de recuperação. Beneficiou-se da melhora do quadro de segurança no país e da consolidação das instituições nacionais.

O Iraque detém a 5ª maior reserva de petróleo confirmada, atrás da Venezuela, da Arábia Saudita, do Canadá e do Irã. Foi também, em 2020, o 5º maior produtor de petróleo, depois dos Estados Unidos, da Arábia Saudita, da Rússia e do Canadá. A extração e exportação de petróleo continuam a ser a principal atividade econômica iraquiana, ao responderem por 90% das receitas do governo e 95% das exportações.

Apesar de suas vastas reservas petrolíferas, o Iraque enfrenta sérios desafios econômicos. Luta com déficits gêmeos (déficit fiscal e em conta corrente) persistentes e extrema dependência de receitas de hidrocarbonetos. Registrou déficit fiscal de US\$ 5,2 bilhões no primeiro semestre de 2025.

As reservas internacionais, embora ainda substanciais, mostraram tendência de declínio, caindo de US\$ 111,7 bilhões em 2023 para US\$ 98,1 bilhões em março de 2025. Esta redução foi atribuída a medidas de aperto monetário pelo Banco Central do Iraque, preços mais baixos do petróleo e maior circulação de moeda em decorrência do aumento dos gastos públicos. As reservas ainda fornecem, porém, cobertura equivalente a 7-8 meses de importações, o que oferece proteção razoável contra choques externos.

O crescimento econômico é volátil e fortemente influenciado pela dinâmica do setor petrolífero. As projeções sugerem crescimento de 4,1% em 2025. O setor não-petrolífero, representando 45% da economia, mostrou padrões de crescimento mais consistentes. O Iraque implementa reformas estruturais para diversificar a base de receitas, com meta de alcançar 20% de receitas não-petrolíferas até o final do período orçamentário 2023-26, incluindo sistemas digitais de cobrança de impostos e reestruturação tarifária.

Os esforços de reconstrução do Iraque seguem favorecendo a reestruturação de operações comerciais internacionais e devem criar novas oportunidades de parcerias com empresas estrangeiras. Há, contudo, grandes desafios em relação ao financiamento da reconstrução iraquiana.

Os problemas de segurança, embora não obstaculizem por completo, dificultam o renascimento e a intensificação da cooperação econômica do Iraque com outros países.

Está em curso processo de adesão do Iraque à Organização Mundial do Comércio (OMC).



POLÍTICA EXTERNA

Historicamente, a política externa iraquiana caracterizou-se pela busca de influência e liderança regional entre as nações árabes. Nesse contexto, o Iraque invadiu o Irã em 1980, com objetivo de controlar o canal de Shatt Al Arab (confluência dos rios Tigre e Eufrates) e posicionar-se como líder dos povos árabes na região do Golfo. A guerra Irã-Iraque estendeu-se até 1988 e esgotou as finanças iraquianas.

Em agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, acusando o país de aumentar a produção de petróleo para reduzir o preço do barril no mercado internacional, assim como de desviar petróleo de campos compartilhados na fronteira. Ademais, parte das lideranças iraquianas considerava o Kuwait como província a ser reintegrada ao país, em virtude de seus laços históricos com a província de Basra, no sul do Iraque.

Em 1991, coalizão militar liderada pelos Estados Unidos e autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) expulsou o exército iraquiano do Kuwait em cinco semanas de combates. Em março de 1991, o Iraque aceitou os termos do cessar-fogo da primeira Guerra do Golfo. Em 1994, a Assembleia Geral iraquiana reconheceu a independência e as fronteiras do Kuwait. As consequências da guerra foram devastadoras para a economia iraquiana, em razão de sanções impostas pela ONU e do isolamento regional imposto ao país.

Em fevereiro de 2002, na sequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, incluiu o Iraque de Saddam Hussein no chamado “eixo do mal”, abrindo possibilidades de ataque para uma mudança de regime no país. A invasão do Iraque iniciou-se em março de 2003, com ofensiva norte-americana não autorizada pelo CSNU, por meio de ataques aéreos a Bagdá. Em maio do mesmo ano, o presidente George W. Bush declarou vitória e o fim da fase de combates intensos.

A política externa dos governos iraquianos pós-2003 pautou-se pela normalização do diálogo com os países do entorno regional, mediante adoção de política de não interferência. A reaproximação com os vizinhos auxiliou, por sua vez, a reinserção do país na comunidade internacional. Em 2014, foi encerrado o regime de sanções imposto ao Iraque pela ONU. Para esse significativo êxito diplomático, contribuiu o avanço das negociações com o Kuwait sobre as dívidas de guerra e sobre o destino de cidadãos e bens kuwaitianos durante o conflito.

É notável a aproximação recente do Iraque com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), processo que se iniciou em 2008, com a abertura de Embaixada dos Emirados Árabes Unidos no Iraque.

Desde setembro de 2014, o esforço militar iraquiano concentrou-se no combate ao Estado Islâmico, apoiado, nos planos diplomático e militar, pela ação da coalizão internacional liderada pelos EUA e integrada por cerca de 60 países. As principais ações empreendidas pela coalizão em apoio ao Iraque foram a cessão de material militar a Bagdá e a realização de bombardeios aéreos contra alvos do EI. Considera-se que o apoio iraniano a milícias que integravam as Unidades de Mobilização Popular (PMU) também tenha sido importante para liberação, concluída em dezembro de 2017, dos territórios previamente ocupados pelo EI.

Permanecem no Iraque contingentes militares norte-americanos que integravam a “coalizão anti-ISIS”, estimados em 2,5 mil. Em 2024, os EUA e o Iraque acordaram a



retirada completa das tropas da coalizão, que deverá iniciar-se no final de 2025 e concluir-se em 2026.

COMUNIDADE BRASILEIRA NO IRAQUE

O número de brasileiros residentes no Iraque foi estimado, em junho de 2025, em 200, concentrados na Região do Curdistão iraquiano e em Bagdá.



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Iraque
CAPITAL	Bagdá
ÁREA	435.052 km ²
POPULAÇÃO	42 milhões de habitantes (CIA, est. 2024)
LÍNGUA OFICIAL	Árabe e curdo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (98% da população – 64% xiitas, 34% sunitas)
SISTEMA DE GOVERNO	República federal parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Legislativo unicameral (“Conselho de Representantes”) com 329 membros
CHEFE DE ESTADO	Abdul Latif Rashid (CIA, 2025)
CHEFE DE GOVERNO	Mohammed Shia’Al Sudani (CIA, 2025)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Fuad Hussein
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 258 bilhões (est. 2025), US\$ 277,4 bilhões (est. 2024), US\$ 270,7 bilhões (2023), US\$ 288 bilhões (2022), US\$ 210,7 (FMI, 2025)
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 5.668 (FMI, est. 2025)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-1,5% (2025), 0,3% (2024), 0,9% (2023), 7,7% (2022), 1,4% (2021)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,695; 126 ^a posição entre 193 países (PNUD, 2023)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,3 anos (World Bank, 2023)
ALFABETIZAÇÃO	86% (World Bank, 2017)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	16,2% (ILOSTAT, 2021)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar iraquiano
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador Luis Evaldo Villafañe Gomes Santos
EMBAIXADOR DO IRAQUE	Encarregado de negócios Firas Hassan Hashim Al-Hammadany
BRASILEIROS NO PAÍS	Cerca de 100 (MRE, 2023)



INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-IRAQUE
(US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2005	50	523	573	-473
2006	153	563	716	-410
2007	90	272	362	-182
2008	106	1.186	1.292	-1.080
2009	250	718	968	-469
2010	288	739	1.026	-451
2011	400	898	1.298	-498
2012	287	962	1.249	-675
2013	281	692	972	-411
2014	226	1.041	1.268	-815
2015	307	477	783	-170
2016	455	115	570	341
2017	811	125	936	685
2018	589	327	916	262
2019	658	235	892	423
2020	557	102	659	456
2021	399	305	703	94
2022	613	1	614	613
2023	1.289	2	1.291	1.286
2024	1.886,7	0,2	1.886,9	1.886,5
2025	943,7 (-6,5%)	1,6 (780,6%)	945,3 (-6,4%)	942,2

*Obs.: Os dados de 2025 referem-se ao período janeiro a agosto.

Principais produtos exportados (2025 – Jan/Ago): soja (27,8%), açúcar (23,8%), carne de aves (21%), animais vivos (10,7%), tubos e perfis ocos (7,3%), milho (4,1%);

Principais produtos importados (2025 – Jan/Ago): óleos combustíveis (100%).



ACORDOS FIRMADOS

Título	Data de celebração	Status
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas em Assuntos de Interesse Comum entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque	26/6/2018	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Procedimento para Restabelecer Comissão Mista entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Negócios Estrangeiros da República do Iraque	26/10/2011	Em ratificação pela outra parte
Protocolo sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque.	7/12/1987	Superado
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	27/5/1986	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Intercâmbio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	12/9/1983	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	25/3/1982	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	26/8/1981	Em vigor
Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	5/1/1980	Expirado
Acordo pondo em vigor o Memorando de Entendimento entre Autoridades Aeronáuticas da República Federativa do Brasil e da República do Iraque.	6/12/1979	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	1º/10/1979	Superado
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque.	11/5/1977	Expirado
Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	21/1/1977	Em vigor
Declarações Conjuntas	21/7/1976	Em vigor



Acordo sobre Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	11/05/1971	Expirado
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino do Iraque.	05/07/1939	Expirado

ATOS REFERENTES A PERDÃO OU RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

– Acordo de reestruturação de créditos junto à República do Iraque, no valor de US\$ 44.172.115,21 aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 24 de 5/9/2018, publicado no Diário Oficial da União n° 173, de 6/9/2018.



Mensagens da Presidência da República

- nº 68, de 2025 (nº 1443/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica;

- nº 69, de 2025 (nº 1455/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5099, DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para prever a contratação de pessoas com deficiência acima dos percentuais mínimos legais como critério de desempate em processos licitatórios.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5099/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25945.64496-99

PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para prever a contratação de pessoas com deficiência acima dos percentuais mínimos legais como critério de desempate em processos licitatórios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 60.

V – contratação, pela empresa, de pessoas com deficiência em percentual superior ao mínimo exigido no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem como objetivo promover a inclusão e a valorização de pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho, inserindo como critério de desempate nas licitações públicas a contratação, pelas empresas, de pessoas com deficiência em percentuais superiores aos estabelecidos pela legislação vigente.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.RogerioCarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3783655475>

Avulso do PL 5099/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25945.64496-99

A Constituição Federal de 1988, em sua estrutura normativa e principiológica, assegura direitos fundamentais voltados à promoção da dignidade humana, da igualdade e da inclusão social. O art. 1º estabelece como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, enquanto o art. 3º elenca como objetivo fundamental do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou discriminações de qualquer natureza. Adicionalmente, o art. 5º, *caput*, assegura o princípio da isonomia, impondo ao Estado e à sociedade o dever de corrigir desigualdades históricas.

No caso específico das pessoas com deficiência, o art. 37, inciso VIII, da Constituição obriga o Estado a reservar um percentual de cargos públicos para esses indivíduos, o que demonstra o compromisso constitucional com sua inclusão. Esse compromisso é reforçado no âmbito das contratações privadas e das ações afirmativas, como delineado pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, que estabelece cotas mínimas para empresas com 100 (cem) ou mais empregados. Contudo, apenas o cumprimento de percentuais mínimos não é suficiente para promover, de forma efetiva, a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

A presente proposição encontra respaldo na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e promulgada pelo Brasil com status de emenda constitucional (Decreto Legislativo nº 186, de 2008 e Decreto nº 6.949, de 2009). A Convenção tem como objetivo promover, proteger e assegurar o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, bem como promover sua plena inclusão na sociedade, ressaltando a importância da não discriminação e da igualdade de oportunidades. O art. 27 da Convenção estabelece que os Estados Partes devem assegurar o direito das pessoas com deficiência ao trabalho em igualdade de condições, promovendo ações concretas para sua efetiva inclusão no mercado de trabalho.

O ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), também

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.RogerioCarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3783655475>

Avulso do PL 5099/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25945.64496-99

reforça a relevância de medidas que promovam a igualdade de oportunidades e a inserção social de pessoas com deficiência. Essa Lei consagra como princípios a autonomia, a igualdade, a inclusão social e a acessibilidade, que devem guiar todas as políticas públicas relacionadas ao tema.

Com base nesses fundamentos, a inclusão do critério ora proposto, entre os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), cria um incentivo concreto para que as empresas ampliem seus percentuais de contratação de pessoas com deficiência além do mínimo exigido. Tal medida não apenas beneficia diretamente indivíduos que enfrentam barreiras estruturais de participação no mercado de trabalho, mas também reforça a responsabilidade social das empresas que participam de contratações públicas, estimulando uma postura mais inclusiva.

Essa proposta se alinha ao princípio da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição), ao priorizar empresas que não apenas cumprem suas obrigações legais, mas que desenvolvem práticas que contribuem para o interesse público ao promover a inclusão e a cidadania de pessoas com deficiência. Ademais, também se enquadra no princípio da isonomia, ao integrar no processo licitatório critérios que consideram a necessidade de compensar desigualdades históricas no acesso ao trabalho.

Portanto, ao incluir esse critério de desempate, busca-se consolidar as licitações públicas como instrumento não apenas de contratação eficiente e técnica, mas também de incentivo à inclusão social e à promoção da igualdade, em consonância com os valores fundamentais de nossa República.

Dessa maneira, a aprovação do presente projeto reafirma o compromisso do legislador com a construção de um Brasil mais justo, solidário e inclusivo. Convocamos os nobres Pares desta Casa Legislativa a contribuir com a aprovação desta medida legislativa de grande relevância para a efetiva promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.RogerioCarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3783655475>

Avulso do PL 5099/2025 [4 de 6]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

SF/25945.64496-99

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3783655475>

Avulso do PL 5099/2025 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art37_cpt_inc8
 - cpt
- Decreto Legislativo nº 186 de 09/07/2008 - DLG-186-2008-07-09 - 186/08
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.legislativo:2008;186>
- Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - DEC-6949-2009-08-25 - 6949/09
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2009;6949>
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social (1991) - 8213/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
 - art93
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) - 13146/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>
 - art60





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5100, DE 2025

Acrescenta o § 1º-A ao art. 843 e o § 6º ao art. 844, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a necessidade de apresentação, em juízo, de documento que demonstre a condição de preposto do reclamado, bem como sobre as consequências da ausência de sua apresentação.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5100/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25166.93796-00

PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Acrescenta o § 1º-A ao art. 843 e o § 6º ao art. 844, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a necessidade de apresentação, em juízo, de documento que demonstre a condição de preposto do reclamado, bem como sobre as consequências da ausência de sua apresentação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 843 e 844, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar acrescidos dos seguintes §§ 1º-A e 6º, respectivamente:

“Art. 843.

.....
§ 1º-A. O preposto deverá apresentar documento que comprove a relação de preposição com o reclamado.

.....” (NR)

“Art. 844.

.....
§ 6º Para fins de aplicação dos efeitos previstos no *caput* e salvo o disposto nos §§ 4º e 5º, considera-se ausente o reclamado cujo preposto não apresentar o documento previsto no § 1º-A do art. 843 desta Consolidação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3638209429>

Avulso do PL 5100/2025 [2 de 5]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO¹

O projeto ora apresentado tem por objetivo positivar a prática forense relativa à carta de preposição.

Trata-se de documento que comprova ao juízo a condição de representante do empregador, fazendo com que sobre o reclamado incidam as consequências jurídicas da atuação daquele a quem o tomador dos serviços incumbiu sua representação.

Sabe-se que, atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é silente acerca da necessidade de apresentação de qualquer documento que demonstre que aquele que alega representar o empregador de fato ostenta poderes para fazê-lo.

Tal quadro tem levado o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a reformar decisões proferidas em instâncias inferiores, no sentido de considerar revel e confesso, quanto à matéria de fato, o empregador que deixa de juntar aos autos o referido documento, após transcorrido o prazo oferecido pela autoridade judicial para tanto.

Diante da necessidade de se imprimir segurança jurídica à matéria, no sentido de se conferir precisão acerca de qual documento demonstra a qualidade de preposto daquele que assim se apresenta em juízo, necessário que a carta de preposição alcance à condição de requisito indispensável para a certificação em juízo da relação de preposição disciplinada nos arts. 843 e 844 da CLT.

Nesse sentido, pede-se o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

¹ Esta proposição foi elaborada a partir de sugestão da jurista Carmela Grüne, inscrita na OAB/RS nº 76.190. Apresentamos nossos agradecimentos à jurista pela colaboração prestada.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho

SF/25166.93796-00

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3638209429>

Avulso do PL 5100/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

(1943) - 5452/43

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- art843

- art844

Avulso do PL 5100/2025 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5101, DE 2025

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para instituir a Sociedade Anônima Esportiva, de modo a permitir que as organizações de prática esportiva, de qualquer modalidade, possam ser regidas pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto 2021.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5101/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25266.45931-99

PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para instituir a Sociedade Anônima Esportiva, de modo a permitir que as organizações de prática esportiva, de qualquer modalidade, possam ser regidas pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto 2021.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do art. 214-A:

“Art. 214-A. As organizações de prática esportiva, de qualquer modalidade, poderão constituir-se como Sociedades Anônimas Esportivas e submeter-se, no que couber, às disposições da Lei nº 14.193, de 6 de agosto 2021.

Parágrafo único. A denominação da Sociedade Anônima Esportiva deve conter a expressão “Sociedade Anônima Esportiva” ou a abreviatura “S.A.E.”.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, instituiu a Sociedade Anônima do Futebol (SAF), criando um modelo jurídico moderno e atrativo para profissionalizar a gestão de clubes de futebol, ampliar o acesso a investimentos privados e oferecer mecanismos eficazes de reestruturação de passivos.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.RogerioCarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5487491987>

Avulso do PL 5101/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25266.45931-99

A experiência inicial demonstrou que o regime da SAF representa importante avanço institucional, ao combinar regras de governança corporativa, *compliance*, transparência contábil e condições especiais para reorganização financeira de entidades esportivas. Esse modelo tem contribuído para atrair investidores e garantir maior sustentabilidade econômica no futebol nacional.

Entretanto, a realidade brasileira não se restringe ao futebol. Outras modalidades esportivas — como vôlei, basquete, tênis, natação, judô e esportes olímpicos e paralímpicos — enfrentam desafios semelhantes: endividamento, fragilidade administrativa, dificuldade de financiamento privado e ausência de governança compatível com sua relevância social e econômica. Esses obstáculos comprometem a continuidade de clubes, atletas e competições, com impacto negativo no desenvolvimento esportivo do País.

Diante desse cenário, o presente Projeto de Lei propõe estender o regime da SAF a todas as modalidades esportivas, criando a Sociedade Anônima Esportiva (SAE). O dispositivo permite que organizações de prática esportiva, qualquer que seja sua modalidade, se constituam como sociedade anônima regida, no que couber, pelas disposições da Lei nº 14.193, de 2021.

Essa solução simples, por meio de remissão legislativa, promove maior governança e transparência, amplia o acesso ao financiamento privado, viabiliza regimes tributários simplificados, profissionaliza a gestão, fortalece o desenvolvimento social com estímulo à formação de atletas e, sobretudo, corrige desequilíbrios regulatórios, aproximando o tratamento conferido ao futebol daquele destinado às demais modalidades esportivas.

Ao inserir o novo art. 214-A na Lei Geral do Esporte, a proposta confere sistematização e racionalidade legislativa, evitando a criação de tipos societários paralelos e mantendo unidade normativa em torno do regime já instituído.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5487491987>

Avulso do PL 5101/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25266.45931-99

Em síntese, a ampliação do modelo da SAF para outras modalidades, sob a denominação de Sociedade Anônima Esportiva (SAE), representa passo decisivo para a modernização do esporte brasileiro, contribuindo para sua sustentabilidade econômica, fortalecimento institucional e para o papel social do esporte como vetor de desenvolvimento nacional.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogericarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5487491987>

Avulso do PL 5101/2025 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.193, de 6 de Agosto de 2021 - Lei do Clube-Empresa - 14193/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14193>
- Lei nº 14.597, de 14 de Junho de 2023 - Lei Geral do Esporte (2023) - 14597/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14597>

Avulso do PL 5101/2025 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5102, DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para instituir a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas como critério de desempate em licitações públicas.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5102/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25025.21997-01

PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para instituir a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas como critério de desempate em licitações públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece como critério de desempate em licitações públicas a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas.

Art. 2º O art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 60.

.....

V – participação do licitante em programa de profissionalização e admissão de pessoas idosas, nos termos do art. 28 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A participação no mercado de trabalho é um dos problemas mais sérios enfrentados pelas pessoas idosas no Brasil. A colocação

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9084196363>

Avulso do PL 5102/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25025.21997-01

profissional torna-se um desafio cada vez mais difícil à medida que o trabalhador envelhece, a despeito da experiência acumulada ao longo de sua carreira. Estudos comprovam que a partir dos 50 anos de idade os trabalhadores já encontram mais dificuldades para conseguir um novo emprego em comparação aos mais jovens. De acordo com dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na Região Metropolitana de São Paulo, em 2016, os desempregados nessa faixa etária levaram, na média, 50 semanas para conseguir um novo emprego, frente a 35 semanas para os profissionais mais novos.

O estudo Envelhecimento da Força de Trabalho no Brasil, feito pela Fundação Getúlio Vargas, mostra que apenas 1% dos cargos em mais de uma centena de empresas no Brasil são ocupados por pessoas com mais de 65 anos. A pesquisa apontou, ainda, uma lamentável prevalência de visões negativas sobre os trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho: 70% das empresas que responderam à pesquisa acreditam que profissionais na terceira idade são mais caros, 69% responderam que eles não se adaptam bem às mudanças e 63% os veem como acomodados com a proximidade da aposentadoria.

Essa situação preocupante demanda que o Poder Público adote medidas de mitigação. A legislação já prevê a necessidade de adoção de políticas públicas para proteção dos trabalhadores idosos. Com efeito, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) conta com um capítulo dedicado ao tema da profissionalização e do trabalho, em que se garante que a pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. O art. 28 do Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que o Poder Público deve criar e estimular programas de profissionalização especializada para as pessoas idosas e de estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho, além de projetos de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria.

Entendemos que o Poder Público pode ampliar a efetividade e o escopo de tais programas de inclusão profissional das pessoas idosas por meio da utilização estratégica do seu potencial como consumidor de

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9084196363>

Avulso do PL 5102/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25025.21997-01

produtos e serviços, estimulando os seus fornecedores a adotarem padrões de responsabilidade social. O projeto que apresentamos tem precisamente esse sentido, ao firmar na lei de licitações e contratos que a participação do licitante em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas seja considerada como critério de desempate nas licitações para fornecimento de bens e serviços ao Poder Público.

A proposta altera a redação do art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para introduzir como parâmetro de desempate nas licitações a colaboração do licitante em programa de profissionalização e admissão de pessoas idosas, nos termos do art. 28 do Estatuto da Pessoa Idosa.

Com a certeza que a proposição deve contribuir significativamente para o incremento da participação das pessoas idosas no mercado de trabalho, solicitamos que os nossos estimados Pares manifestem o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9084196363>

Avulso do PL 5102/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa (2003) - 10741/03
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>

- art28

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>

- art60

Avulso do PL 5102/2025 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5103, DE 2025

Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o crime de poluição, e estabelece o crime de poluição luminosa.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5103/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25550.92856-29

PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o crime de poluição, e estabelece o crime de poluição luminosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 54.** Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, à segurança, ao bem-estar da população, à fauna ou à flora:

§ 1º

§ 2º

VI – causar poluição luminosa.

§ 3º

§ 4º Para os fins desta Lei, entende-se por poluição luminosa a emissão de luz artificial em níveis, horários ou condições em desacordo com os padrões, limites e condições estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

§ 5º O órgão ambiental competente estabelecerá os padrões, critérios e limites a partir dos quais a poluição, em suas diversas modalidades, é considerada prejudicial à fauna ou à flora. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7404422150>

Avulso do PL 5103/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25550.92856-29

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto propõe nova redação para o crime de poluição, tipificado no art. 54 da Lei dos Crimes Ambientais (LCA), e a inclusão da modalidade qualificada referente à poluição luminosa.

Atualmente, a conduta de causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora é punida com pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

A despeito da louvável tipificação das condutas, existem impactos negativos da poluição, cujas condutas precursoras não são contempladas pelo texto do *caput*. Por exemplo, uma ação que seja prejudicial à fauna, mas que não provoque mortandade de animais, ou que seja danosa à segurança pública, mas que não promova ou tenha potencial de promover danos à saúde, pode não ser enquadrada no crime de poluição, segundo o atual texto da LCA.

Em consonância com o entendimento que apresentamos, podemos citar a recente decisão relativa poluição sonora exarada pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 2.130.764-MG. Ainda que a convicção jurídica do colegiado esteja ancorada na potencialidade de dano à saúde, em pleno compasso com a atual previsão legal, o reconhecimento – na decisão – da relevância da degradação ambiental ocasionada pelo excesso de ruído reitera a motivação deste projeto: os prejuízos da poluição são mais amplos e não se restringem aos aspectos atualmente previstos na lei.

Adicionalmente, com a proposta, alinhamos a previsão do crime de poluição à definição de poluição contida na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que considera, de modo mais abrangente, os seus diversos impactos negativos e deveras prejudiciais.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7404422150>

Avulso do PL 5103/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25550.92856-29

Além da ampliação do escopo do *caput*, este projeto propõe a definição de poluição luminosa, bem como a sua inclusão no rol de modalidades qualificadas do crime previsto no art. 54. A poluição luminosa é um dos mais graves problemas ambientais contemporâneos e é urgente a adoção de medidas voltadas à regulação e mitigação de seus impactos. Em países como Coreia do Sul, Reino Unido e França, já existe um arcabouço normativo vigente direcionado ao tema.

O uso excessivo ou indevido de iluminação artificial pode resultar em impactos negativos para a saúde, segurança e qualidade de vida da população, bem como para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e para a biodiversidade. Exemplo dessa realidade ocorre com perturbação do habitat de tartarugas marinhas, cujos filhotes, em função do excesso de luz, podem ficar desorientados, tornando-se mais vulneráveis às condições adversas naturais.

Com a iniciativa, pretendemos alterar a LCA, adequando-a aos desafios ambientais contemporâneos, que ensejam a atuação firme, coordenada e atenta do Estado. Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta importante proposição.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7404422150>

Avulso do PL 5103/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
 - art54

Avulso do PL 5103/2025 [5 de 5]



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 762, DE 2025

Requer informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, relativas à denúncia veiculada na imprensa sobre o uso de recursos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) para o pagamento de despesas pessoais de familiares do presidente da estatal.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 762/2025 [1 de 6]





SF/25583.72560-44 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações relativas à denúncia veiculada na imprensa sobre o uso de recursos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) para o pagamento de despesas pessoais de familiares do presidente da estatal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações relativas à denúncia veiculada na imprensa sobre o uso de recursos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) para o pagamento de despesas pessoais de familiares do presidente da estatal.

Nesses termos, requisita-se:

1. Esclarecimentos sobre as Despesas e Normas de Ressarcimento

1.1. O SGB confirma ou nega a veracidade dos fatos noticiados?

1.2. Houve custeio de despesas com hospedagem, alimentação (incluindo o item específico de “camarão”) ou quaisquer outros gastos de natureza pessoal e não institucional para familiares de seu presidente?



Em caso positivo, qual foi o valor total das despesas identificadas, a rubrica orçamentária utilizada, e o nome do responsável pela aprovação? Qual é o instrumento formal (nota fiscal, recibo ou similar) que autorizou e/ou formalizou o pagamento?

1.3. Qual é a política interna do SGB para resarcimento de despesas de viagens, hospedagem e alimentação de seus dirigentes e, especificamente, para eventuais acompanhantes ou familiares? Pode o Ministério enviar a normativa que rege a matéria?

2. Medidas de Investigação, Accountability e Compliance

2.1. O Ministério de Minas e Energia (MME) ou o SGB já instauraram procedimento de auditoria, sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar os fatos? Em caso positivo, qual é a etapa atual da investigação e o prazo para conclusão? É possível o envio de cópia integral da portaria de instauração?

2.2. Quais medidas corretivas e/ou punitivas foram adotadas contra os agentes públicos envolvidos, incluindo o presidente da estatal e os responsáveis pela aprovação das despesas? Houve afastamento cautelar ou aplicação de penalidade?

2.3. Em que medida os critérios de *compliance* e governança do SGB foram violados, e quais ações foram implementadas para evitar a repetição de situações análogas, garantindo o devido controle interno sobre o uso de verbas de representação?

3. Avaliação de Conduta, Atuação e Experiência do Dirigente

3.1. A denúncia é considerada um fator que compromete a reputação e a adequação do gestor para permanecer no cargo, conforme os requisitos da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), visto que a conduta de dirigentes de estatais deve ser exemplar e em estrita consonância com o interesse público?



3.2. Pode o Ministério enviar o currículo e o registro da experiência profissional do atual presidente do SGB, mencionando expressamente a sua atuação e experiência citados no noticiário?

3.3. Qual foi o detalhamento da análise de adequação (*due diligence*) realizada pelo Comitê de Elegibilidade e pelo Conselho de Administração da estatal no momento da posse, atestando sua qualificação para o cargo em face das denúncias?

4. Governança, Autonomia e Controle Interno

4.1. Qual é o grau de autonomia e o limite de competência do Presidente do SGB/CPRM para aprovação e ordenação de despesas, especialmente aquelas relacionadas a passagens, diárias e resarcimentos? Onde o Presidente se insere na cadeia de controle interno de autorização de despesas?

4.2. Qual é a atuação do Conselho Fiscal da estatal na supervisão de despesas da Presidência e da Diretoria Executiva?

4.3. O Conselho Fiscal foi notificado da denúncia?

Em caso positivo, que medidas específicas foram adotadas por este órgão colegiado para fiscalizar a execução orçamentária (que supera os R\$ 600 milhões anuais)?

4.4. Qual é a previsão estatutária ou regimental sobre a responsabilidade do Presidente e da Diretoria Executiva por atos de gestão que resultem em desvio de finalidade ou prejuízo ao erário?

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação se justifica pela extrema gravidade da denúncia veiculada na imprensa, que aponta para o uso de recursos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) – cuja razão social é a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), listada na estrutura do MME pelo Decreto nº 11.492/2023 – para custeio



de despesas estritamente pessoais de familiares de seu presidente, incluindo hospedagem e artigos de luxo.

É imperativo ressaltar a natureza estratégica e a importância vital do SGB/CPRM, uma empresa que opera com um orçamento anual na casa das centenas de milhões de reais e que, por meio de seus serviços estratégicos, gera um Lucro Social estimado em bilhões de reais à sociedade brasileira (com um retorno que, em 2022, foi de R\$ 3,65 para cada R\$ 1 investido). (Fonte: *Balanço Social do SGB/CPRM e Notícias da Sala de Imprensa*, disponível em: https://www.sgb.gov.br/sala-de-imprensa/-/asset_publisher/ujyx/content/servico-geologico-do-brasil-triplica-lucro-social-e-gera-r-6-5-bilhoes-em-2023).

Ademais, a empresa é a única responsável por gerar e disseminar o conhecimento geocientífico e hidrológico básico do País, subsidiando o planejamento de setores como mineração, recursos hídricos, gestão territorial e a prevenção de desastres naturais. O desvio de finalidade de seus recursos não apenas afeta o Tesouro, mas potencialmente compromete a capacidade da estatal de cumprir sua missão essencial.

A questão transcende o valor monetário das despesas. O recurso público, independentemente de sua quantia, possui uma única e inegociável finalidade: o bem comum e o interesse público. A sua destinação para fins privados ou para servir a interesses pessoais de gestores configura desvio de finalidade, violação dos princípios da moralidade e da legalidade, e uma grave quebra de confiança da sociedade, demandando a apuração da responsabilidade do Presidente da Entidade na gestão e fiscalização da execução orçamentária.

Denúncias dessa natureza causam danos profundos e imediatos à imagem do SGB e, por extensão, comprometem a credibilidade das políticas de ciência e tecnologia do País, e a confiança na gestão de seus recursos, minando os esforços de *compliance* e boa governança. O conhecimento da experiência e atuação do gestor, citados no noticiário, torna-se essencial para reavaliar a sua adequação



ao cargo e se os critérios de probidade exigidos pela Lei das Estatais estão sendo rigorosamente cumpridos.

O Senado Federal, no exercício de sua competência constitucional de fiscalização e de controle externo, tem o dever de exigir total transparência e a mais rigorosa apuração dos fatos, garantindo que os responsáveis sejam devidamente responsabilizados e que medidas eficazes de saneamento sejam implementadas.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2025.

Senadora Damares Alves

SE/25583.72560-44 (LexEdit)

Avulso do RQS 762/2025 [6 de 6]



Requerimento nº 762, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, relativas à denúncia veiculada na imprensa sobre o uso de recursos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) para o pagamento de despesas pessoais de familiares do presidente da estatal.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
MDB - Pedro Chaves* (S)
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orio visto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25

MDB-12 / UNIÃO-6 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Pedro Chaves.	MDB / GO
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 17

PSD-13 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
José Lacerda.	PSD / MT
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16

PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagatelli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES

Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12

PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11

PP-7 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleiton.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mécias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Pedro Chaves* (MDB-GO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	José Lacerda* (PSD-MT)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4º Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 12 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p>Líder do UNIÃO - 6 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57) Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 17</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 13 Omar Aziz (13,53) Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Teresa Leitão (35,64,99)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,58) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p>		



Líder Rogerio Marinho - PL (50,70)	Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)	
---	--	--

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLID/GLREPUBL)



59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)	1.
	2.

Notas:

- Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



**2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.**

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL N° 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS n° 1/2025).

2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS n°1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmci@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | **Adjunto:** Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

Prazo prorrogado: 06/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (2)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)

Notas:

1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI N° 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)**

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Instalação: 24/09/2025

Apresentação de Emendas - prazo final: 22/10/2025

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2025

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2025

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (1)	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (1)	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1)	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Weverton (PDT-MA) (1)	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (1)	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)

Notas:

- Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2) CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 17/06/2025



3) CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) (7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,10)	8. Senador Oriovaldo Guimarães (PSDB-PR) (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,14)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	2. Senador Jaime Bagatelli (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (9)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (9)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (9)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (9)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mécias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (11)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,12)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luís Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mécias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolph Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mécias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2,20,21,22,23)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (16)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLD/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (3)	1.

Notas:

1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.**

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
1.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Jaime Bagatollo (PL-RO) (2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,22)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (5)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagatollo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMO).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB)
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalcí Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalcí Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA)
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,10,11,14)	4. VAGO (3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,16)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) (2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	2. VAGO (6,18)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (12)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegerá a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 19.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	1. Senador Orio Visto Guimarães (PSDB-PR) (10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (15)
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,17)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (13)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (16)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (6)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Orio Visto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Orio Visto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,10)
VAGO (3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6. VAGO (9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (13)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,24)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	3.
VAGO (20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (15)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (14)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (17)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	4. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,19)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,20,21)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3. VAGO (6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (18)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (14)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margarethe Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luís Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luís Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
1.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
1.	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
1.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
1.	

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (9)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (5)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (5)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (5,17,18)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (5)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (15)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (5)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (7)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (7)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (7)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 19.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,22,23)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA**

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senador Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,10,11,15)	3. VAGO (2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (9,10)	4. (10)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)	5. VAGO (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (17)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (3)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (3,16)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (3)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (19)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (18)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (4)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (4)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (4,13)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA)

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11,12)	5. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	3. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,20)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (16)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (21)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6)
Notas:	
1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).	
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).	
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).	
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).	
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).	
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).	
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).	
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).	
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).	
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).	
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).	
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).	



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 19.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



**13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30**

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) (1)	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (1)	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,26,27)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	2.
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,9)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TG) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa**Telefone(s):** 6133032230**E-mail:** cddd@senado.leg.br

**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: cddd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: cddd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

- 1ª Designação:** 16/11/1995
- 2ª Designação:** 30/06/1999
- 3ª Designação:** 27/06/2001
- 4ª Designação:** 25/09/2003
- 5ª Designação:** 26/04/2011
- 6ª Designação:** 21/02/2013
- 7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG

Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS

Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal

José Edmar de Queiroz

Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação

João Paulo Mendes de Lima

Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco

Rebeca Otero Gomes

Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho

Rosalina Maria Soares

Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor

Bárbara Panseri - Fundação Lemann

Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum

Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



**31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

